Frederico d'Almeida
ENCADERNADOR
Lisboa — Rua António Maria Cardoso, 31 — (Ao Chiado)

Francisco Xavier d'Ataíde Oliveira

Bacharel formado em Teologia e Direito,

Sócio correspondente do INSTITUTO de Coimbra e da ACADEMIA de SCIÊNCIAS de Lisboa

MONOGRAFIA

DE

PORCHES

CONCELHO DE LAGÔA

CASA EDITORA DE ANTÓNIO FIGUEIRINHAS

1912

TIPOGRAFIA UNIVERSAL (A VAPOR)

de FIGUEIRINHAS & C.ª

75, Rua das Oliveiras, 77

PORTO

Ilº digna camara municipal de Montemor-
Sonde 16 dabril 1913

Of.

O Autor

Monografia de Porches

Digitized by the Internet Archive
in 2016

https://archive.org/details/monografiadeporc00oliv

FRANCISCO XAVIER D'ATAÍDE OLIVEIRA

Bacharel formado em Teologia e Direito,
Sócio correspondente do INSTITUTO de Coimbra e da ACADEMIA de SCIENCIAS de Lisboa

Monografia

DE

Porches

CONCELHO DE LAGÔA

PORTO
TIPOGRAFIA UNIVERSAL (A VAPOR)
75, RUA DAS OLIVEIRAS, 77
1912

AO SEU AFILHADO

Bento Martins Barbosa e Castro

Of. ded. e consagra

O AUTOR.

Bento Martins Barbosa e Castro

Algumas palavras

EM 6 de maio de 1911 tracei as primeiras linhas da presente Monografia. *Era então ideia minha escrevê-la e publicá-la dentro do ano. Infelizmente uma visita desagradável e incómoda, desde o dia 22 de junho até quatro meses depois, teve-me preso ao leito, e eu tive de adiar o trabalho para mais tarde.*

Escolhi a freguesia de Porches para assunto da minha Monografia, *porque necessito de ter sempre de portas a dentro da freguesia que faz objecto do meu estudo, pessoa da minha confiança absoluta a fim de ser conscienciosamente informado acêrca de diversos assuntos, muito principalmente no que diz respeito ao registo paroquial. Ora informando que o pároco dessa freguesia é o meu afilhado João Evangelista de Freitas Barros, tenho dito tudo.*

Dediquei a última Monografia *à minha querida afilhada D. Maria Inês Madeira Marreiros Neto,*

filha estremecida de uma ilustre família da minha terra natal; dedico esta ao meu querido afilhado Bento Martins Barbosa e Castro, bisneto, neto e filho de pessoas que sempre tenho estimado e considerado.

Durante o percurso dêste estudo terei mais de uma vez ocasião de me referir a essas relações íntimas de antiga e nunca interrompida amizade.

Neste livro mantenho o plano iniciado e seguido em outras Monografias, porque é o que mais se coaduna com as minhas circunstâncias oficiais.

Para escrever a parte pre-histórica aproveitei-me dos estudos do nosso benemérito patrício Estácio da Veiga, consignados no seu precioso trabalho — Antiguidades Monumentais do Algarve; *para escrever a parte referente aos povos proto-históricos e ao povo romano subsidiei-me do valioso livro do Snr. Leite de Vasconcelos* — As Religiões da Lusitânia.

Na parte histórica referente aos Godos e aos Árabes, como ainda á nossa história dos primeiros séculos da monarquia, consultei os nossos historiadores de maior crédito.

Para a confecção das Actualidades, *capitulo sempre muito importante em obras desta natureza, recorri ao reverendo páraco e ao meu antigo colaborador, o Ex.mo Snr. António Judice de Magalhães Barros; e muito me aproveitou o que já conhecia do povo e freguesia, pois que por várias vezes a tinha visitado.*

Dadas pois todas estas explicações, receba o meu afilhado esta pequena recordação do muito que o seu padrinho o estima.

O Autor.

Athaide Oliveira

MONOGRAFIA DE PORCHES

CAPÍTULO I

Noções prévias

Escrevemos no Capítulo I da *Monografia de Estombar* as seguintes linhas:

«Não é a vaidade de revelar sciência, que não possuimos, que nos leva a subir á origem dos povos, entrando pelos tempos remotíssimos que marcam o início do mundo humano: seria isso completa loucura da nossa parte. Obedecendo a novos preceitos, impostos por uma nova sciência, a paleoetnologia, temos de dizer mais alguma cousa do que até agora se dizia ou escrevia.

«De há pouco mais de cincoenta anos quem tentava escrever a história de um país ou a monografia de uma região, não ia alêm do povo fenicio, como se êste fôra a semente do género humano; e o que se pensava em *Portugal* repetia-se entre as nações mais civilizadas. Escreveu Edward Clodd em o seu *Homem Primitivo:*

«Até há poucos anos as histórias adoptadas nas escolas inglesas começavam na invasão da *Britania* por Júlio César, e nem uma palavra diziam acêrca do homem e da sua existência anteriormente àquela data. Dir-se-ia que não ocorria aos historiadores averiguar

se os bretões eram os naturais daquelas regiões, ou se outros habitantes tinha havido antes dêles, e que vestígios tinham deixado da sua civilização. Tudo isso mudou e felizmente para melhor. Nos conhecimentos humanos inscreve-se hoje mais uma nova sciência — a sciência do homem — a paleoetnologia.

«O nome de pre-história foi dado ao imenso período que está para alêm da história, tal como a concebemos e acêrca do qual são mudas as recordações escritas. Foi do leito dos antigos rios, das cavernas calcáreas, do fundo dos lagos, dos montes do refugo de comida, que a desenterrámos; nas grosseiras sepulturas e nas construções de pedra achámos uma enorme massa de relíquias, que nos revelam a história do homem nos tempos em que o continente europeu se estendia para alêm da Grã-Bretanha e da Irlanda, pelo Atlantico dentro, e estava ligado à África em mais de um ponto.»

«Devido aos esforços dos grandes pioneiros da sciência, que teem espalhado a luz até onde há pouco só havia trevas, chegou-se a assentar princípios e a tirar conclusões que formam hoje um corpo de sciência, que tem outorgado á humanidade um pecúlio de conhecimentos maravilhosos; e hoje quem quizer escrever a monografia de uma região deve empreender o estudo do homem que primitivamente a habitou.

«Para a sistematização dos trabalhos desta natureza estabeleceu-se a divisão do tempo em períodos: *pre-histórico* e *histórico;* como porêm entre a luz e as trevas há sempre um espaço que constitui a penumbra, convencionou-se designar êste sob o nome —*proto-histórico,* designação indecisa e provisória, como também a de *pre-história* e outras, condenadas a desaparecer, quando a sciência progrida. Convencionou-se ainda dividir o grande passado pre-histórico em três grandes idades, *paleolítica, neolítica* e dos *metais.* A idade paleolítica, de todas a mais extensa, é caracterizada pelo aparecimento da pedra tôsca ou completamente lascada, da qual o homem primitivo se serviu para atacar e defender-se das feras que, então,

povoavam a terra. Para se abrigar o homem habitava as cavernas e por isso o denominam *troglodita*.

«A idade neolítica é caracterizada pelo aparecimento de instrumentos igualmente de pedra, mas esta alisada e polida; na idade dos metais aparecem os instrumentos de cobre, de bronze e de ferro, sucessivamente.

«Entraremos depois no estudo dos povos *proto-históricos,* que deixaram vestígios da sua civilização nesta freguesia, e a seguir escreveremos dos povos *históricos,* romanos, godos e árabes, terminando assim a Primeira parte do presente livro.

«Antes devemos prevenir os leitores de que as divisões das idades, como as deixámos indicadas, manteem-se mais por conveniência de metodização dos trabalhos, do que pelo seu rigor scientífico, pois não é possivel traçar uma divisória rigorosa entre os tempos paleolíticos, neolíticos e dos metais. Não é possível matematicamente determinar quando começou um dado *período* ou *idade,* mas podemos afirmar qual fosse a sua ordem de sucessão. Escreveu Edward Clodd: «Os diferentes estádios sobrepõem-se em parte, confundem-se, penetram uns nos outros, como as côres do arco iris. Não são aplicáveis num dado momento a todas as partes do globo, indistintamente, pois não se pode conceber que houvesse uma abolição geral das ferramentas dum dado período para em sua substituição vir outras ferramentas.» Em outras palavras: é certo que ao período paleolítico se seguiu o neolítico, a êste o dos metais, mas isto não quer dizer que esta sucessão fosse estabelecida ao mesmo tempo, pois que ainda hoje há povos que vivem em pleno domínio lítico. Acresce que nem todos os povos exerceram a sua civilização, seguindo aqueles estádios, pois está averiguado que algumas raças passaram directamente do uso da pedra para o do ferro.»

Estas palavras que inserimos no Capítulo I da *Monografia de Estombar* teem rigorosa aplicação ao que vamos escrever acêrca da presente *Monografia,* e por isso aqui as reproduzimos textualmente.

§ 1.º

Período paleolítico

É êste o período mais extenso, na opinião dos sábios. Salvador Sampere y Miquel, na sua História — *O Luxo* — calcula a extensão dêste período em 222:000 anos. Os seus petrechos, encontrados nas formações diluvianas ou sedimentares de areia, terra e cascalho, depositados por antigas correntes, encontram-se igualmente nas cavernas, que serviram de habitação e de refúgio ao homem primitivo. Por isso hoje as cavernas são os melhores livros onde podemos estudar a civilização do paleolita. A leitura porêm de tais livros não pôde ser feita em nenhuma caverna do Algarve, pois que em nenhuma foram feitos quaisquer estudos. Desejou o nosso benemérito patrício Estácio da Veiga soletrar nas páginas dêsses grandes livros, mas o governo não lhe consentiu tal leitura pelas grandes despesas que a mesma acarretaria. No entanto Estácio da Veiga fez no seu livro — *Antiguidades Monumentais do Algarve* — a resenha das principais cavernas do Algarve, indicando na freguesia de Porches a seguinte:

«Furna ou caverna da Senhora da Rocha. Todo o viajante habituado a sulcar as águas da costa do sul de Portugal conhece a ponta do Carvoeiro ou Cabo Carvoeiro, formada por uma elevada rocha de cretáceo inferior, pertencente á zona mesozoica das rochas sedimentares, avançada para o mar na latitude 37'7' e um tanto a nascente, propinqua ao oceano, a ermida amuralhada da Senhora da Rocha, defendida por uma bem situada bateria. Entre esta ermida e a ponta do Carvoeiro está a muito antiga, forte e grande povoação de *Porches Velho,* outr'ora defendida por um castelo, que D. Afonso III, em 1252, doou ao seu chanceler, D. Estevão Anes, mas que no dia do terramoto de 1755 ficou pela maior parte destruído, perdendo 238 casas de habitação. Entre a ponta do

Cabo e as ruínas do antigo castelo, a nordeste, junto à praia, está situada a chamada furna da Senhora da Rocha, assás espaçosa, de forma quási cilíndrica, alumiada por um óculo, que sôbre a sua entrada está aberto na abóbada natural que a cobre. Pode-se ali entrar a pé enxuto, mas não se sabe hoje se em antigos tempos comunicava com algumas ramificações actualmente obstruídas.

«Se esta furna — escreve Estácio da Veiga — foi habitada pelo homem primitivo, não se pode dizer, por que nenhum trabalho de investigação ali se tem feito neste sentido. E' porêm notavel o grande número de instrumentos de pedra polida, que consta ter-se achado nas imediações da caverna e em toda a área do concelho de Lagôa, a que Porches pertence, mostrando a freqüência que teve aquela área do litoral marítimo, no período neolítico, um povo que usava de instrumentos de pedra polida, sem que se lhe possa atribuir outro abrigo de habitação mais próximo do que a mencionada caverna.»

No museu do Algarve existem três machados de pedra; um que comprei em Porches Velho; outro no sítio dos Crastos, e outro que eu mesmo achei isolado, indo a pé de Crasto para a Senhora da Rocha, de que adiante escreverei.

Presume Estácio da Veiga que a furna da Senhora da Rocha fosse habitação do homem primitivo, em vista dos instrumentos de pedra polida que se encontram nas imediações da mesma furna; não pôde infelizmente fazer o devido estudo da furna, visto a oposição do governo, e por isso não pôde tirar conclusões scientíficas. Mais feliz foi o investigador da caverna denominada o *Buraco de Kent,* perto de *Torquai,* que tendo conseguido do governo do seu país fazer o respectivo estudo, conseguiu enriquecer a sciência com resultados maravilhosos.

§ 2.º

Período neolítico

Os instrumentos de que o neólita se serviu eram igualmente de pedra, mas polida. Encontram-se ainda hoje à superfície do solo e a pequena profundidade, nos refugos das refeições, nas habitações lacustres, nas remoções de terra, e todos êles mais ou menos polidos e alisados. Encontrou Estácio da Veiga na freguesia de Porches muitos dêstes instrumentos, de onde devemos concluir que o homem neolita percorreu esta região. São dêste período os instrumentos que abaixo mencionamos.

Escreveu Estácio da Veiga:

«Crastos — A corrução parece querer invadir tudo, não escapando os próprios nomes das localidades. Visivelmente *Crastos* é um nome corruto; deve ter sido *Castro* ou *Castrum*. Não me faltam fundamentos para o julgar. Lá estão ainda parcialmente à vista as arrazadas muralhas de um grande quadrilátero fortificado, que vigiou e defendeu em antigos tempos aquelas parajens já de per si defendidas por outra mais valente muralha, como é todo aquele trato em que a rocha está cortada a pique sôbre o mar com altitudes compreendidas entre 54 e 25 metros, cujas depressões são defendidas pelo forte da Torre, pelo forte da Encarnação, na enseada do Carvoeiro, pela fortaleza do Carvoeiro e bateria da Senhora da Rocha.

«São muitos os característicos pre-históricos de que ali há notícia. Os instrumentos da última idade da pedra aparecem sem ninguem os procurar; muitos poderia ter obtido se me fosse possível demorar naquele altaneiro escampado, buscando entre os cascalhos que para as depressões do solo e logares baixos vão arrastados pelas correntes pluviais; ainda assim achei quem me vendesse o que vou indicar.

«Machado pequeno de quartzo, todo polido, com o corte quási horizontal, formado pelo desengrossa-

mento decrescente dos seus lados mais largos. Comprimento 0m,057, largura 0m,032 e espessura 0m,023.

«Porches Velho — Neste sítio encontrou Estácio da Veiga sepulturas da idade do bronze, e instrumentos de pedra que pertencem a uma época muito anterior á idade da pedra polida. Um machado de pedra foi oferecido ao nosso benemérito patrício, o que êle desenhou assim:

«*Machado* de rocha quartzosa, todo polido, com o gume abatido e formado por desengrossamento convergente dos dois lados mais largos. Mede: 0m,075 de comprimento, 0m,045 de largura e 0m,027 de espessura.

«*Senhora da Rocha* — Á distância de 5 quilómetros a es-nordéste do Cabo Carvoeiro avança para o mar uma ponta de terra, guarnecida de baixo parapeito, onde se vê edificada a 32 metros de altura sobre o nível do mar a ermida da Senhora da Rocha, em grande parte construída com material de edifícios romanos destruídos. A curta distância da ermida estão parcialmente à vista as ruínas romanas de um castelo arrazado *(Castrum)* deixando observar um quadrilátero da grossa muralha, donde o próximo sítio de *Crastos* muito provávelmente derivou por corrupção o nome tradicional que ainda conserva, e entre estas ruínas e uns pavorosos abismos que comunicam com o mar está situada na ponta da rocha uma bateria com a mesma invocação da ermida. E', pois, nas enseadas que ladeiam aquele pequeno istmo e noutros pontos próximos que hão sido achados muitos instrumentos de pedra, deixando presumir que alguns monumentos da última idade da pedra tivessem existido entre a ermida da Senhora da Rocha e o Cabo Carvoeiro.

«Tiveram as informações colhidas dos moradores dos sitios próximos a sua confirmação; descobri num amontoamento de calhaus arrastados pelas correntes pluviais o seguinte instrumento:

«Enxó de schisto negro, de forma achatada e larga, formada por dois planos paralelos com o gume

determinado por uma facêta oblíqua, tendo perdido mais de metade para a extremidade inferior, destacada por uma fractura diagonal. Tem o comprimento actual 0m,085, largura 0m,067 e na espessura 0m,016.

Ainda hoje encontramos nesta freguesia de Porches, e cremos que em todas as freguesias da diocese do Algarve, um instrumento de pedra, de origem neolítica, denominado *mó*. Em Loulé podemos afirmar que êste instrumento aparece em todas as casas habitadas, sejam ricas ou pobres. Há quem os denomine por um nome que traduz a sua importância real: o *segrêdo das famílias,* por que com êste instrumento se fabríca alimento para uma família por muito numerosa que seja. E o instrumento manipula-se por forma que ninguem fica sabendo. E' com êste instrumento que se fabríca o xerem para o alimento do lavrador e da sua família. A *mó* compõe-se de dois discos de pedra, um denominado *mó de cima,* e o outro *mó de baixo*. Ambos teem a mesma circunferencia: apròximadamente um metro. A *mó de baixo,* de 15 centímetros de espessura, tem no centro um espigão, onde se introduz um instrumento de madeira, chamado *segurelha,* de um feitio especial. Esta mó é plana. A de *cima,* tendo a mesma circunferencia, é todavia menos espêssa. No centro da *mó de cima* há uma cavidade que a atravessa no seu todo, de uns 12 centímetros de circunferencia e no seu plano inferior uma cavidade correspondente à segurelha, evitando assim no seu rodar que a mó de cima se escape da de baixo quando aquela roda sôbre o grão, que se quer triturar ou moêr. Na parte superior da mó de cima e pela cavidade já mencionada se introduz o grão. Ao lado desta cavidade há outra parcial onde se mete um pequeno cabo de madeira, chamado *mão,* a que o operador se segura quando exerce a moenda. O operador, quási sempre uma mulher, impelindo a mó de cima sôbre a de baixo, faz rodar aquela sôbre esta, triturando o grão, que vai introduzindo pela cavidade principal, reduzindo-o a farinha. Se é milho, a esta farinha chama-se *xerem*.

O Snr. Leite de Vasconcelos, e outros escritores que se ocupam dos estudos pre-históricos, ensinam que êstes instrumentos de pedra são da idade neolítica e teem sido encontrados em locais pertencentes a esta *idade*.

Em Loulé estas mós constituem um dote que as mães legam às filhas, quando casam. São o segrêdo da família, dizem, por que as chamadas *papas* do lavrador, e que constituem o alimento dos menos abastados, são feitas com o *xerem* do milho fabricado pelo chefe da família no interior da sua casa, sem que ninguem o saiba.

§ 3.º

Período dos metais

a) o cobre

Aos dois períodos, da pedra lascada e da pedra polida, segue-se o período dos metais. Parece hoje demonstrado que na península ibérica os metais apareceram pela seguinte ordem—*cobre, bronze* e *ferro*.

Estácio da Veiga, ocupando-se da investigação dos característicos da idade do bronze na freguesia de Porches, escreve:

«Silva Lopes, na *Corografia do Algarve*, diz haver ali antigos sarcófagos, e, com efeito, visitando em 1878 os restos daquela importante povoação *(Porches Velho)* me comunicou o Snr. Manuel Verissimo Cabrita, um dos principais lavradores da localidade, que na propriedade da sua residência tinham os trabalhadores algumas vezes achado sepulturas quási quadradas, feitas com lajeado tôsco, e que dentro delas havia pedaços de ossos, vasilhas de um barro escuro muito ordinário, cunhas e outros objectos de cobre. Naquele sítio teem aparecido muitos machados de pedra. O Snr. Cabrita guardava entre outros objectos um machado de cobre.»

b) O BRONZE

Também Estácio da Veiga se refere aos característicos da idade do bronze, que deviam existir nesta freguesia, mas não encontrou.

Por um princípio adoptado entre os estudiosos, do facto de se não encontrar numa dada região característicos de uma determinada civilização não devemos concluir que ela aí se não exercesse, uma vez que próximamente ela se tivesse acentuado. Ora em Estombar, Lagôa e Ferragudo, povoações do mesmo concelho, foram encontrados característicos da idade do bronze; logo a única conclusão que devemos tirar é que na região de Porches não foram encontrados esses característicos, naturalmente porque se acham bem escondidos, ou porque foram mais tarde destruídos pelos povos que vieram posteriormente.

c) O FERRO

Com o aparecimento do ferro forjou-se a porta que abriu o templo da História: é a última idade dos tempos pre-históricos.

Também Estácio da Veiga não encontrou documentos característicos desta idade. No seu conceito pertencem à primeira idade do ferro umas contas de vidro azul-escuro que êle encontrou no Comoros de Portela, em Silves e em Estombar. Em Silves foi ainda encontrada uma arma de ferro. A grossura do que parece ter sido espigão para o encabamento não mostra decrescimento, e por isso se pode julgar que a propria aste da lança seria de ferro, como o são algumas que foram encontradas em Alcácer do Sal.

«O Algarve—escreve Estácio da Veiga—deve ter um certo número de estações da primeira idade do ferro, como o deixam presumir os vestígios espersos que coligi; mas não me deram tempo suficiente para as descobrir. Se alguma vez houver nas altas regiões da governação pública quem por estas cousas se interesse, não será difícil achá-las.»

Na freguesia de Porches não vemos que fossem encontrados característicos da idade do ferro; encontraram-se porêm em Silves e Estombar, a poucos quilómetros de distância de Porches, e por isso devemos afirmar que esta região foi igualmente visitada pelo homem da idade do ferro.

Estácio da Veiga indica no seu livro monumental os característicos mais importantes de cada um dos períodos pre-históricos; para se tirar algum resultado da sua indicação, vamos aqui transcrevê-los. Entendemos pois dever fazer essa transcrição com referencia ás idades do cobre, do bronze e do ferro, e isto vem muito a propósito a fim de que os nossos leitores possam ajuizar de algum característico que encontrem nesta freguesia.

A idade do cobre é caracterizada por instrumentos de cobre pontagudos ou cortantes e por outros artefactos do mesmo metal sem manufactura alguma de bronze;—por terem sido substituidos, não o espigão para o encabamento das pontas da frecha, mas os entalhes laterais na face das facas, dos serrotes, das lanças e das adagas de cobre, por dois e mais orifícios;—por sepulturas quadrangulares de certas dimensões, não alinhadas e sem orientação uniforme, construídas com lajes tôscas, cujos tôpos lateraes excedem um tanto o alinhamento transversal das cabeceiras;—por serem tais construções mais geralmente grupadas em rampas de colinas e em cabeços de outeiros, formando grandes ou pequenas necrópoles;—por melhoradas diferenças de louças em que é quàsi constante o fundo externamente convexo, etc.

A idade do bronze é fundamentalmente caracterizada por serem algumas estações de habitação defendidas por muralhas de pedra de rustico aparelho, conservando, digo, circunscrevendo perímetros fortificados e ainda por parapeitos de terra em planaltos de outeiros e colinas, onde se achem artefactos de bronze;—por *cistos*, sepulturas de iguais configurações, por montículos de incineração ou por monumentos dolménicos, e por grutas ou cavernas, que

encerrem armas ou outros artefactos de bronze; por jazigos com inscrições de caracteres paleográficos peninsulares gravados nas pedras tôscas da sua construção, dispostas em fileiras mais ou menos regulares, que contenham artefactos característicos da idade do bronze.

A idade do ferro é caracterizada em estações e jazigos pre-históricos, por artefactos de ferro ou associados aos de bronze ou ferro; por pontas de frecha e adagas de ferro com espigas; por espadas curtas, inteiriças, de ferro ou bronze, tendo em geral o tôpo do punho bifurcado ou repartido em dois ramos externamente convexos e rematados em botões arredondados, subcilindrados ou em esporas achatadas; por cutelos de ferro ligeiramente convexos na cota e mais amplamente no fio, a partir do segundo terço para a ponta, sendo o punho liso ou cinzelado, algumas vezes com orifícios para o encabamento, fechando em arco oblongo ou aberto e rematado em cabeça de cavalo ou de dragão, e tendo alguns, assim como as espadas, bainha de ferro com embraçadeiras e argolas de prender ao talim; por lanças de alvado, de folha estreita reforçada no centro por uma nervura longitudinal, medindo o seu comprimento entre $0^m,10$ e $0^m,50$; por mostrarem algumas adagas, espadas e lanças haver sido partidas, dobradas, torcidas, e assim encerradas nas sepulturas dos guerreiros para que ninguem mais as utilizasse; por vários petrechos de guerra e atavios de equitação; por diversos adornos, tórques, braceletes, argolas de orelha, aneis, filulas, pingentes lisos, de variado valor e de qualquer metal; por contas de azeviche, de coral, de vidro de uma só côr, esmaltadas, com duas e mais côres, de formas diversas; por louças grosseiras, sendo algumas já fabricadas por oleiro; por necrópoles de fileiras próximamente paralelas, de cistos, com orientação intencional, sendo muitos dêstes jazigos formados por lajes tôscas com inscrições luso-ibéricas voltadas para o espaço interno; por simples jazigos *sub tumuli,* contendo mais de um esqueleto e por sepulturas

réctangulares construídas com grosso material de pedra e terra para um só enterramento, fechadas por travessões ou por lajes tôscas de pedra sob montículos de terra.

São êstes os característicos indicados por Estácio da Veiga. Nenhum dêstes foi encontrado dentro da área da freguesia de Porches. Será porque o homem da idade do ferro a não civilizou e habitou? Não cremos. Encontrando-se no concelho de Lagôa, em Estombar e Ferragudo, a poucos quilómetros de distância de Porches, abundantes característicos desta idade, devemos concluir que esta freguesia fôra igualmente habitada pelo homem da época do ferro. Não foram encontrados êstes característicos na freguesia de Porches, porque Estácio da Veiga não teve tempo de os procurar. E' o próprio que o confessa nas seguintes palavras:

«O Algarve deve ter ainda um certo número de estações da idade do ferro, como o deixam presumir os vestígios esparsos que coligi; mas não me deram tempo suficiente para as descobrir. Se alguma vez houver nas altas regiões da governação pública quem por estas cousas se interesse, não será difícil achá-las.»

*
* *

Teem sido encontrados nas cavernas vasos de pedra com vermelhão; e o mesmo achado tem sido descoberto em estações caracteristicamente neolíticas, o que tem convencido os sábios de que o homem primitivo se pintava. E desta forma tem razão o autor do *Homem Primitivo* quando escreve:

«O amor pelos enfeites começou cêdo no homem, e o vaso de vermelhão, sob a forma de oxido de ferro, bem como o colar de dentes ou conchas que teem sido achados nos depósitos das cavernas, são *documento elucidativo de que já então a moda ocupava o seu trono de rainha.* Os papuanos, que engolem excrementos e armas e se enfeitam com amóras tintas; os

foliões fulguinos, que, não obstante convertidos ao islamismo, pintavam metade da face de vermelho e outra metade de preto; os indígenas das ilhas Almirantes, que se dilíciam em cobrir o corpo com tiras amarelas e verdes, pintadas; e os esquimós, que usam um prego no lábio inferior ou nas faces, dão-se as mãos com o peralvilho e a empoada casquilha de hoje para justificarem a sua descendência estética dos garridos moradores das cavernas paleóliticas.»

E' hoje ponto averiguado o antigo costume estabelecido entre os primitivos povos de pintar o corpo. A tatuagem encontra-se documentada em todas as cavernas e em muitas estâncias do homem da pedra.

Não tendo sido estudada a caverna da Senhora da Rocha não podemos afirmar que nela se encontrem vestígios de que o homem desta região já então pintava o corpo. Pode muito bem ser que tais vestígios ali se não encontrem; é certo porêm que ainda hoje não são desconhecidos os processos empregados para fixar no corpo humano ramos, flores, figuras, simbolismos. Ainda hoje ali se emprega a tatuagem. Entre alguns marítimos encontram-se êsses usos de pintar o corpo.

Chegado a êste momento, vejamos se é possível precisar o tempo que a humanidade gastou em percorrer todo êsse estádio que até agora temos percorrido. Será êste o objecto do seguinte capítulo.

CAPÍTULO II

Considerações em relação ao passado

Que espaço de tempo decorreram as idades da pedra e dos metaes?

A esta pergunta responde Sampere no seu livro —*O Luxo*— afirmando que o tempo decorrido durante o período paleolítico ou da pedra lascada foi de 222:000 anos. Para chegar a êste resultado estudou os geleiros quaternários, valeu-se dos caracteres gerais dêstes geleiros, que consistem em polimentar as rochas em que descansam, e conclui que a polimentação operada levaria certamente todo êsse tempo.

Isto mesmo afirma Mr. de Mortilet, director do museu pre-histórico de *Saint-Germain* no artigo titulado *Cronologia,* do Dicionário das Sciências Antropológicas.

Edward Clodd escreveu: «Não é possível precisar datas a estas diferentes divisões. A grande idade do gêlo dá-nos grosseiramente a medida do vasto tempo durante o qual o homem habitou a Europa ocidental no período paleolítico. Comparado com êste, o neolítico, tanto quanto se pode conjéturar pelo tempo necessário para formar certos depósitos em que aparecem as suas relíquias, é recente, pois data de 5:000 anos antes da era christã. O início da idade do bronze deve ter sido uns quatro mil anos mais tarde, prolongando-se pela idade do ferro, pois Homero, que viveu 860 A. de C., refere-se a este metal, e Henodo, o pastor poéta, no seu *Trabalhos e Dias*, considera cinco idades do mundo: a do ouro, a da prata, a do bronze, a dos heróis ou semi-deuses, e por fim, a do ferro, em que êle viveu, com saudades do tempo dos heróis.»

Vê-se pois que a sciência não tem por ora elementos para determinar o tempo do homem sôbre a terra até o momento actual.

*
* *

Também se trata de saber se os iniciadores de cada *idade* descenderam uns dos outros ou se cada *idade* marca uma imigração de qualquer raça vinda da Ásia, que ensinasse aos habitantes da Ibéria os novos instrumentos.

Seguindo a demonstração de Estácio da Veiga cremos que do paleólita descende o neólita e dêste o homem da idade dos metais. Quando o primeiro povo proto-histórico, o fenício, desembarcou na nossa Península, já aqui encontrou habitantes que rijamente se opozeram á sua invasão; ora os fenícios, na frase dos nossos escritores, foram os primeiros que ousaram sulcar os mares em barcos. De onde vem, pois, o primeiro povo que assentou residência na nossa região?

São todos os escritores de opinião que a humanidade apareceu nos platós da Ásia. Um casal no espaço de 222:000 anos, tempo decorrido na idade paleolítica, deveria ter-se multiplicado extraordinàriamente. Esta multiplicidade de sêres humanos, que, nos primitivos tempos, eram pastores, obrigou-os certamente a afastar-se do ponto em que apareceram, procurando o alimento próprio e os pastos para o seu gado. Decorridos pois os 222:000 anos, quási todos os pontos da terra deveriam ser povoados, como se tem comprovado, pois, encontram-se os seus vestígios nas cavernas dos tempos paleolíticos desde Workshore a Gibraltar, da França até á Síria e através do Pacífico à America (Ed. Clodd—*Home Primit.*, pag. 55). Foi durante este período que sucederam essas eminentes revoluções geológicas, que alteraram por completo o antigo relêvo do globo, cortando as antigas comunicações e imprimindo o relêvo actual.

Sucedidos êsses cortes violentos, cada povoador ficou circunscrito por novas barreiras no ponto em que fôra encontrado.

Desde êsse momento até á idade do bronze, ou talvez do ferro, o homem que povoava a Ibéria ficou por assim dizer incomunicável até que foi descoberta a navegação. Se foram os fenícios que a descobriram, deveremos concluir que êles ao invadir a Península aqui encontraram os descendentes dos paleólitas, pois que nas estações da Ibéria teem sido encontrados vestígios do homem paleólita e neólita. Acresce que nessas estações, principalmente nas cavernas, teem sido descobertos indícios certos de que os habitantes da Ibéria tinham experimentado os diversos estádios da pedra lascada e polida, do cobre, do bronze e do ferro, e êste mostrando que os diversos estádios foram percorridos por pais, filhos e netos, sem intervenção alguma de qualquer emigrando saído da Ásia.

Outro argumento para demonstrar que os homens que iniciaram as diversas idades descendiam uns dos outros está no máximo respeito que os mais novos tributavam aos mais antigos. E' assim que vemos consignada nas estações de cada idade o respeito pelos instrumentos antigos, por exemplo—*a pedra de raio.*

Entre os diversos instrumentos de pedra do período acolítico o nosso povo classifica um de *pedra de raio;* e êste é considerado um verdadeiro amuleto, que preserva o prédio onde está abrigado de qualquer raio. Este facto não é privativo da nossa província, mas encontra-se mencionado em todos os livros do antigo e novo mundo — em toda a parte. Tambêm é notável que tal denominação não é moderna, mas lê-se nos livros da mais clássica antiguidade. Os judeus, os gregos e romanos comungaram da mesma crença, considerando tais pedras como divinas e explicando a sua presença sôbre a terra consoante as suas crenças.

Assim, os Etruscos ensinavam que as pedras polidas, ou pedras de raio, colocadas sôbre os altares, preservavam os donos das oferendas de ser destruídos pelo fogo, e livravam o lar doméstico da acção do

raio. Por isso consignavam nos seus códices de doutrina que nove dos seus deuses principais passavam o tempo a dardejar pedras de raio de encontro ao nosso planeta.

Plínio, comungando da crença que a pedra de raio tinha alguma coisa de divino, explicava a existência destas pedras, afirmando que elas caíam do céu com as chuvas e os raios.

Entre os judeus era tão oficial a crença em tais pedras que o seu sacramento da circuncisão só se celebrava com a pedra silex.

Júpiter e Baco eram adorados e reverenciados pelos politeistas sob a forma de um machado de pedra e a deusa Vénus de Paphos era representada por uma pedra lisa, cónica, como Júpiter, depois por uma simples pedra lisa. E' ainda Plínio que afirma um facto bem notável: costumarem os sacerdotes de Cibele mutilar-se com a religiosa pedra silex, em honra da espôsa do deus Saturno. Os egípcios empregavam as pedras polidas quando abriam as entranhas dos mortos, e ainda hoje os japoneses conservam nos seus templos facas de silex, que êles reputam ser armas preventivas dos kunis, primeiros habitadores daquela região.

Na Itália, ainda hoje são denominadas *línguas de S. Paulo* as pedras silex, em forma de frechas, lisa ou polidas, e que se encontram casualmente no campo; e quando algum camponês encontra uma dessas pedras, ajoelha imediatamente e com toda a devoção a apanha com a língua e a coloca no lugar mais respeitoso da sua casa, por ter a crença que tal pedra livra o seu prédio do raio.

Em França, na Inglaterra e em todos os países do mundo, civilizados ou não, tais pedras são objecto de uma verdadeira veneração.

Esta crença, tão generalizada e tão antiga, está certamente a significar que talvez quando ainda os povos se achavam reùnidos nos platós da Ásia, já ela estivesse em uso, e data portanto dos primeiros séculos da humanidade. Ora, não seria tão intenso e tão

antigo o respeito pelos instrumentos neólitas se os povos que se lhe seguiram não fossem seus descendentes.

Efectivamente vemos nos *túmulos* neólitas os instrumentos da idade paleólita, a pedra lascada; vemos nos túmulos da idade do cobre, a pedra polida (neólita) e a pedra lascada (paleólita); vemos nos túmulos da idade do bronze, a pedra lascada, polida e instrumentos de cobre; e vemos finalmente nos túmulos da idade do ferro, a pedra lascada, polida, o instrumento de cobre, de bronze e de ferro. Êste caso que vemos repetido em os diversos túmulos das diferentes idades, não está a demonstrar o grande respeito pelo homem da idade anterior? Se o neólita não descendesse do paleólita, se o homem da idade do cobre não descendesse do neólita, e se o homem da idade do bronze não descendesse do do ferro, seriam tão respeitosos para com os que viveram nas idades anteriores?

Notando alguns escritores um modo de viver muito diverso entre o paleólita e o neólita e um certo desenvolvimento entre os instrumentos do uso, sendo mais perfeitos os da idade neólita, apelaram para uma invasão da Ásia para a Europa, querendo por essa invasão explicar êsses aperfeiçoamentos; entendemos, porêm, com Estácio da Veiga, que êsse progresso foi devido a outra ordem de acontecimentos.

Escreve Estácio da Veiga:

«As variedades de tipo, um diverso modo de viver e os desenvolvimentos industriaes poderiam explicar-se, admitindo-se uma invasão social, derivada de um centro mais civilizado do que a raça inferior que povoava a Europa, se tudo isso tivera aparecido repentinamente; mas o que nenhuma invasão podia consigo trazer era a faculdade de transformar a temperatura fria dos ultimos tempos geológicos num clima temperado, como parece ter havido no período neolítico; não podia fazer retirar para a cumieira das montanhas os mamíferos que até então viviam nas planícies; não podia em toda a parte extinguir o *ma-*

muth, a hiena e os outros grandes carnívoros das cavernas, nem promover a emigração da rena e de outros viventes da fauna paleolítica para as regiões setentrionais.

«Houve certamente grandes modificações climatéricas, não repentinas, mas lentamente progressivas, ao passo que o decrescimento das geleiras foi libertando amplos espaços e preparando condições muito mais propícias para a vida humana do que anteriormente havia enquanto a temperatura do ambiente foi excessivamente fria para manter nas planícies os mamíferos, que só podiam viver nas regiões alpinas. Cremos, pois, que todos êstes progressos foram devidos a encontrar-se o neólita num meio mais propício a êsses progressos; e portanto não há necessidade de apelar para uma invasão extrangeira.»

Continuemos.

*

* *

Teem sido encontrados uns monumentos megalíticos, formados de grandes pedras tôscas e denominados *menhirs, alinhamentos*, *cromlecks* e *dolmens*, pela maior parte dos sábios compreendidos na época neolítica e talvez ainda na idade dos metais. O *menhir* consiste numa pedra tôsca erguida a pino e cravada no solo, de forma variável e de diversas dimensões. A sua significação é ainda hoje problemática: a crença popular em algumas localidades atribui-lhe significação religiosa, e por isso o enfeitam com uma cruz ou imagem; outros consideram-no padrão funerário; e outros ainda o consideram monumento comemorativo.

Os *alinhamentos* são construções de *menhirs* de dimensões e formas diversas, enfileirados e distanciados mais ou menos entre si, com uma extremidade cravada na terra ou apenas colocados sôbre o solo. São singelos ou compostos conforme de uma ou mais fileiras paralelas. Julgam uns que êstes monumentos seriam cemitérios; outros consideram-nos

como campos de reùnião pública, onde se tratava de assuntos importantes e se procedia à eleição dos chefes e grandes mandatários da nação ou em que se praticavam solenidades religiosas; outros, finalmente, conjecturam que significassem lugares de combate.

Os *cromlecks* são construções monumentais prehistóricas em que os *menhirs*, geralmente de menores dimensões, se acham em figura circular, oval ou rétangular. E' tambêm duvidosa a significação dêstes monumentos, crendo-se geralmente fossem lugares fortificados.

Antas ou *dolmens* são monumentos de pedra formados por três ou quatro pedras tôscas, enterradas a pino, sobre as quais assenta uma laje, formando no seu conjunto um repartimento. São geralmente consideradas mansões mortuárias.

Não encontramos nenhum monumento na freguesia de Porches que possa ser classificado entre os que acima indicamos, o que não quer dizer que não tivessem existido; e se aqui os indicamos é para dar uma pequena ideia dêstes monumentos ao leitor que pela primeira vez os encontre.

São igualmente de origem pre-histórica os *talaiotes* e *palafitas*.

A construção denominada *talaiote,* derivada certamente da palavra cananeia *talal,* significa *habitação alta*. Por isso desta palavra derivamos a palavra *atalaia*. O *talaiote* era uma casa-tôrre, construida de modo que seus moradores estivessem seguros contra os seus inimigos. Era como que uma tôrre para onde se subia, e em cujo plano superior estava a habitação da família. Tinha de quatro a seis metros de altura em forma de cóne truncado. Subia-se por uma fiáda de pedras dispostas em espiral, que desempenhavam o lugar de degraus de uma escada. Bastava um só homem postado no alto para defender a sua casa de uma invasão. Encontramos a descrição dêste monumento no precioso livro intitulado— *O Luxo,* devido à pena de Sampere y Miquel, escritor espanhol. O *talaiote*, em relação à caverna, constituía um progresso.

Como nem em toda a parte havia cavernas, construiram os *silos,* as palafitas e os talaiotes, de onde não só se defendiam das feras, mas também dos homens.

As palafitas ou cidades lacustres eram fundadas sôbre os lagos. Cravavam grossa estacaria de madeira no fundo dos lagos e sôbre esta rêde de valentes alicerces edificavam cabanas cobertas de colmo ou de palhas de cereais que já sabiam semear. E' assim que se exprime Estácio da Veiga para nos dar a ideia do que fossem as chamadas *palafitas.* Só na Suíssa se encontraram perto de duzentas palafitas, sendo ao mesmo tempo numerosas no norte da Itália, na Suécia, na Austria, na Baviera, em todo o mundo. Cremos que duas houve no Algarve, na lagôa do Boinho, em Cacela, e na lagôa do Navarro, freguesia de Algôs.

Nem talaiotes nem palafitas encontramos em Porches.

*

* *

Temos algumas vezes empregado as palavras *homem primitivo* para designar uma forma da vida humana, pela primeira vez contemplada; mas devemos notar que o emprêgo daquelas expressões não é rigorosamente scientífico; empregam-se por conveniencia para significar — como afirma Edward Clodd — o ponto mais alto que teem alcançado as investigações scientíficas acêrca do tipo que desejamos atingir. O homem das formações sedimentares descendia de uma forma ainda mais primitiva.

CAPÍTULO III

Tempos proto-históricos

Na *Monografia de Estombar* citamos o precioso livro *Religiões da Lusitânia* do Snr. Leite de Vasconcellos, de onde extratamos as seguintes palavras:

«Por tempos proto-históricos entendo os que medeiam entre a Pre-história e a chegada dos Romanos à Lusitânia, ou melhor à Península, no século III A. C. Passaram-se então os factos cujo mais antigo conjunto constitui a nossa História Heróica, para me servir da expressão que costuma aplicar-se a ciclos análogos da vida de outros povos.

«As primeiras tradições circunstanciadas, embora vagas por vezes, acêrca da Lusitânia; as primeiras notícias dos autores antigos, referidas aos nossos maiores; os nossos primeiros monumentos literários, escritos em caracteres chamados ibéricos, que, porêm se relacionam com os que serviram de instrumento à literatura clássica; tudo isto data dêstes tempos. Não possuímos ainda testemunhos, por toda a parte seguros, do passado; descortinamos todavia êste através do clarão que os historiadores ou os monumentos projectam, de quando em quando, na complicada tela da vida dos povos. São os primeiros alvores da História que chegam. Daqui a designação de Proto-história, designação indecisa e provisória, que, como tambêm a de Pre-história, e outras, está condenada a desaparecer logo que a sciência caminhe mais um pouco. Por enquanto torna-se necessário conservá-la.»

Por virtude das informações colhidas nos autores clássicos e consoante os resultados obtidos pela arqueologia, assentou o Snr. Leite de Vasconcellos

que a Lusitânia ou extremidade ocidental da Ibéria constava de três grandes regiões, sendo a do Algarve denominada *Cineticum*.

Sabe-se pela história que antes dos romanos, estiveram no Algarve ou Cineticum, os Fenícios ou Phenícios, Celtas e Africanos. Vejámos se nesta freguesia se encontram alguns vestígios dos tempos proto-históricos.

a) Fenícios ou Phenícios

Os Fenícios constituíam um povo essencialmente comerciante e são denominados os primeiros navegadores que sulcaram o mar em seus barcos. Parece que antes da Colónia que fundaram em Cádiz existiam vestígios de estabelecimentos seus; é todavia certo que sómente da fundação da Colónia de Gades é que data a verdadeira colonização fenícia da nossa Península, chamada Ibéria.

O que principalmente na Ibéria seduzia os fenícios eram as riquezas mineiras, sobretudo a prata e o cobre. Com o cobre da Península e o estanho que iam buscar às Casseteridas, fabricavam o bronze: «*et du bronze ainsi fabriqué, ils fournissaint le monde entier*»—encontramos escrito nas *Religiões da Lusitânia*.

Ora na freguesia de Porches não encontramos minas onde possámos observar os vestígios dos fenícios; é certo porêm que esta freguesia pertence à comarca de Silves, onde foram encontrados vestígios fenícios nas minas, depois desenvolvidos pelos romanos. Exploraram pois o minério daquelas minas, e sendo estas tão próximas da região de Porches, lícito nos é acreditar que a civilização fenícia se exerceu na freguesia de Porches.

Alêm desta razão plausivel temos ainda que antigamente esta região do Algarve tambêm se denominou Turdetânia, e Estrebão, escritor grego, afirma que no seu tempo a maior parte das cidades da Turdetânia e os seus arredores eram fenícios.

Encontramos em Alvôr, Ossónoba e outras povoações da nossa província, vestígios dos fenícios; diz-se até que Alvôr fôra fundada pelos felonícios e baptizada com o nome de *Portus Annibalis* e nos estudos da velha Ossónoba encontrou Estácio da Veiga vestígios desta remotíssima civilização.

Há também escritores que afirmam ter Silves sido fundada antes da vinda dos Cartagineses à nossa província e portanto pelos Fenícios; ora achando-se êstes tão espalhados pela nossa região, é de supôr que se encontrassem tambem na hoje denominada freguesia de Porches.

No entanto não podemos negar que até hoje não se encontram vestígios alguns dêsse povo nesta região.

b) Celtas

Parece demonstrado que os Celtas exerceram a sua civilização no nosso Algarve. Herodoto escreveu que havia Celtas no extremo oriente da Europa junto dos povos cinésios ou cinétas, denominação esta aplicada a uma região do Algarve; Estrabão afirmou que na mesopotâmia compreendida entre o Tagus e o Anas os Celtas habitavam na sua maior parte. Ora está averiguado que aquela região abrangia parte da Extremadura, Alentejo e o Algarve. Ainda o mesmo escritor afirmou ser notável, entre as cidades dos Celtas no Algarve, Cinistorgis, que se supõe ser a actual Cacela. Em vista do exposto devemos crer que na freguesia de Porches se exercesse a civilização celtica.

Escreve o Snr. Leite de Vasconcelos: «A vinda dos Celtas supõe-se que seria pelos séculos VI-V A. C. Chegando à Península encontraram-se com os Fenícios, Ligures e Gregos. O carácter da influência dos Celtas resulta do próprio onomástico: nomes locais que significam *fortalezas militares,* tais como os que são compostos de *briga* e *dunum.*» No Algarve ainda encontramos sua prova na palavra *Lacobrica.*

Chegou a influência dos Celtas até à época ro-

mana; antes porêm do aparecimento dos romanos, tiveram os Celtas de entrar em luta com os Cartagineses.

Escusado é afirmar que nesta freguesia não encontramos documento que nos demonstre a existência dos Celtas; o que não admira, por isso que no dizer do Snr. Leite de Vasconcelos, o auxílio importante que a êstes estudos poderia dar a antropologia nacional aqui é inútil, visto que a antropologia no nosso país está ainda no berço.

c) Africanos

Cansados os nossos lusitanos das extorsões dos Fenícios no seu litoral, ligaram-se com os Celtas e Turditanos e os obrigaram a concentrar-se em Cádiz, segundo os melhores cálculos, em 592 antes de Cristo. Daqui pediram os Fenícios auxílio aos Cartagineses, da mesma raça, e êstes, segundo a máxima das nações protectoras, depois da vitória, trataram de subjugar os protegidos tomando-lhes as povoações. Ficaram de todo na nossa Península, até que por sua vez sofreram a pena de talião da parte dos romanos.

«Os cartagineses — escreve o Snr. Leite de Vasconcelos — continuaram na Hispânia as explorações mineiras já empreendidas pelos Fenícios e a êstes sucederam também na actividade comercial.»

Na exploração das minas cupríferas de Silves foram encontrados vestígios romanos e de um povo mais antigo que talvez fosse o cartaginês e fenício.

Também não encontramos vestígios dêste povo na freguesia de Porches, sendo certo que em outros pontos do Algarve êsses vestígios teem sido encontrados.

Dissemos que os Ligures e Gregos foram dois povos proto-históricos, mas êstes não se estabeleceram no Algarve, segundo os melhores autores, e por isso dêles aqui não tratamos.

*
* *

Dos povos proto-históricos mencionados foi o povo fenício o que exerceu na nossa região maior influência. Encontram-se vestígios da sua existência nas minas cupríferas do Algarve, e ainda em os centros importantes que aqui fundaram. Os fenícios foram uma raça essencialmente comercial, mas não foram os inventores do alfabeto no mundo conhecido, nem os primeiros que ousaram sulcar os mares em barcos, como outros afirmam.

São êstes dois pontos que o nosso benemérito patrício Estácio da Veiga demonstra no volume IV da sua obra monumental, mais de uma vez aqui citada.

Efectivamente, Estácio da Veiga formula a êste respeito uma interrogação, que não vemos respondida satisfatóriamente. Escreve êle no citado volume, páginas 283, as seguintes palavras:

«¿Se, com efeito, foram os fenícios que estabeleceram a base comum de que dimanaram todos os alfabetos do mundo conhecido, desde a Índia e Mongólia até à Gália e Espanha, em que consistem os embaraços que impedem os sábios de interpretar as inscrições da Espanha?

«Alguns sábios estrangeiros, e mais especialmente a Academia das Inscrições, composta dos mais abalisados orientalistas, não só dão como interpretados os hieroglíficos, a escritura hierática e a demótica dos egípcios, como toda a epigrafia arcaica dos gregos. Além disso tudo quanto tem aparecido filiado na epigrafia semítica dizem estar magistralmente interpretado, chegando a causar a mais satisfatória admiração os preciosos *fac-similes* dos monumentos fenícios de Cartago, publicados no *corpus inscripcionem semiticarum* das inscrições desde 1881 até 1885.»

Pois não obstante tal afirmação é certo que aquela academia não tem podido interpretar as inscrições encontradas nas Espanhas e nas Gálias, de onde

devemos concluir que estas inscrições não nasceram do elemento fenício. Chegados a este ponto, resta ver em que estações foram encontradas estas inscrições ibéricas: se anterior ou posteriormente à entrada dos fenícios na nossa região.

Ora, segundo afirma Estácio da Veiga, as inscrições ibéricas encontram-se em estações muito anteriores à entrada dos fenícios na Ibéria e acrescenta: «Ora, estas expedições, pertencendo já ao domínio da história, nada podem atestar com referência às origens da linguagem escrita, tanto na península hispânica, como nos países que melhor podem comprovar a sua muita antiguidade pre-histórica.»

Aos fenícios tem sido dado igualmente o privilégio exclusivo de terem êles sido os inventores da navegação. Ora, a existência da navegação está comprovada a contar da última idade da pedra. «Bastaria — escreve Estácio da Veiga — saber-se que na Irlanda, nas Canárias, em algumas ilhas do Mediterráneo, e noutras muitas paragens, apareceram instrumentos de pedra de todo o ponto semelhantes aos dos países continentais; que muitas dessas pedras fabricadas pertencem a outras localidades, e que são numerosas as naves ou fungas excavadas em grossos troncos de árvores pela acção do fogo e de instrumentos de pedra, que teem sido achados em grande profundidade nos lôdos marginais de muitos pontos marítimos, de rios e lagos, para não poder haver a mínima dúvida a êste respeito.

«Sabido isto — continua o mesmo escritor — com que fundamento se dá aos fenícios o exclusivo privilégio da propagação de um alfabeto, que se afirma terem êles inventado e trazido a estas paragens do extrêmo ocidente, quando arqueológicamente se demonstra que a península hispânica é possuidora de muitos monumentos epigráficos, uns pertencentes à primeira idade do ferro, outros à do bronze e ainda uma preciosa relíquia dessa língua escrita à última idade da pedra, quando ainda não existia o povo fenício?

«Não há, pois, dúvida alguma de que as nave-

gações nesta região do ocidente, na nossa península, em França e na Inglaterra, são muito anteriores às dos fenícios e gregos, como o Snr. de Mortilet confirma, dizendo: *la navigation, tant marine que lacustre, á commencé des la plus haute antiguité. Elle existait dejá regulière et habituel à l'epoque de la pierre polie.*» Isto é: quando não existia ainda o povo fenício, ou sómente existia na massa dos possíveis.

Em vista, pois, desta afirmação, já não fica bem que se continui a afirmar que foram os fenícios os primeiros que ousaram sulcar os mares em os seus barcos.

Dos povos proto-históricos foram os fenícios os primeiros que invadiram a Turditânia, e outros povos que embora tivessem nome especial tinham o nome genérico de Turditanos. Escreveu Vicente Salgado: «Ainda que João Bispo Girandense escreva serem simplesmente os Turdulos aqueles povos que habitaram as terras marítimas desde o Ana até ao Promontório Sacro, contudo é coisa sabida e inegável que desde Gibráltar, Cádiz e a Lusitânia marítima e litoral, tudo era Turditânia, tudo era Tartesso, e tudo eram os mesmos povos no nome genérico.»

Chamava-se Tartesso a toda a região, a partir da Bética até o Promontório Sacro; e portanto toda a nossa costa marítima, de Vila Real de Santo António até o Promontório Sacro, foi o palco onde se deu a peleja memorável dos Titans contra os deuses, como conta a lenda. Segundo esta, os gigantes, filhos de Titan, quizeram escalar o céu e tirar de lá Júpiter para colocar ali o pai. Escolheram para empreender esta façanha o Algarve. Então Júpiter abrasou os gigantes com raios e os fêz acabar soterrados debaixo dos mesmos montes que êles ali haviam posto para subir.

Parece que dos povos proto-históricos conservamos ainda hoje muitos preconceitos e costumes que mal pensamos que datem de uma época tão distante: os sonhos e os agouros. Ainda hoje se tributa fé aos

sonhos, e confiança nos agouros. Quem se der ao trabalho de ler um capítulo que consignamos em todas as nossas Monografias referente às superstições, ficará convencido de que a crença nas superstições é quási geral no nosso povo, e que essa crença não data de óntem, mas tem muitos séculos de existência.

CAPÍTULO IV

Povos históricos

Assim se denominam os romanos, godos e árabes, que se seguiram por esta ordem aos cartagineses.

Na *Monografia de Estombar* démos amplos esclarecimentos em relação a cada um dos povos históricos; nesta apenas mencionaremos os seus relativos vestígios encontrados nesta freguesia.

Entraram os romanos na Península Ibérica no século III A. C., e daqui foram expulsos pelos godos no século V da nossa era, sendo êstes por sua vez expulsos pelos árabes no ano 711 ou 714. No Algarve se conservaram os árabes, que o nosso povo designa pela palavra *mouros,* até o reinado de Afonso III.

Devemos notar que a palavra expulsos, empregada para designar a saída de cada um daqueles povos da nossa península, não tem uma significação tão ampla que se refira a *todos,* pois que nem todos os romanos, nem todos os godos, nem ainda todos os mouros foram forçados a sair da nossa região; ficaram muitos que já se tinham fundido com as populações preexistentes e ficaram ligados ao solo, onde tinham nascido.

Todas aquelas três nacionalidades aqui deixaram documentos da sua civilização, sendo todavia certo que nesta freguesia apenas encontramos alguns vestígios da sua existência; e isto não só porque os godos trataram de destruir tudo o que fôra devido aos romanos, mas porque os árabes ou mouros, por sua vez, seguiram aquele exemplo, destruindo os monumentos devidos aos godos.

§ 1.º

Romanos

Com a entrada dos romanos na nossa península muito ganharam os povos que nesta habitavam, porque a civilização romana era muito superior à cartaginesa. Foram os romanos um povo activo e empreendedor, e muito dotado de um gosto fino e apurado pelas artes e indústrias. Continuaram na exploração das minas, encetadas pelos neólitas, fenícios e cartagineses; entregaram-se com cuidado à agricultura, sendo curioso que ainda hoje muitas das alfaias agrícolas conservam os seus nomes de origem romana; povoaram cidades, construiram castros inexpugnaveis, desenvolveram superiormente a indústria da pesca e transformaram maravilhosamente a nossa região do Algarve.

Encontram-se nesta freguesia de Porches documentos da sua civilização. Escreve Estácio da Veiga:

«Senhora da Rocha—A distância de 5 quilómetros a es-nordeste do Cabo Carvoeiro, avança para o mar uma ponta de terra, guarnecida de baixo parapeito, onde se vê edificada a 32 metros de altura sôbre o nível das águas a Ermida da Senhora da Rocha, da freguesia de Porches, em grande parte construida com material de *edifícios romanos destruídos*. A curta distância da ermida estão parcialmente à vista as ruínas romanas de um castelo arrasado *(castrum)*, deixando observar um quadrilátero de grossa muralha, de onde o próximo sítio de Crastos muito provávelmente derivou por corrupção o nome tradicional que ainda conserva.»

«Crastos—A corrupção parece querer invadir tudo, não escapando os próprios nomes das localidades. Visivelmente Crastos é um nome corrupto, deve ter sido *Castro,* ou *Castrum*. Lá estão ainda parcialmente à vista as arrasadas muralhas de um grande quadrilátero fortificado, que vigiou e defendeu em antigos tempos aquelas paragens já de per si defendidas

por outra mais valente muralha, como é todo aquele trato em que a rocha está cortada a pique sôbre o mar, com altitudes compreendidas entre 54 e 25 metros, etc.»

Cada um daqueles períodos manifestamente comprova a existência do povo romano nesta freguesia.

Da sua existência nesta região muitos benefícios deveriam receber os algarvios; e efectivamente receberam, como se deduz das seguintes palavras do Snr. Leite de Vasconcelos:

«A avaliar do que se conhece, não há nas províncias do norte nada que se compare ao luxo das termas de Milreu (Ossónoba) e aos espólios funerários de Balsa — Tavira.»

Foram os romanos que introduziram na nossa província as vias públicas (estradas). De Ossónoba partia uma estrada para Salácia, de Castro Marim duas estradas para Beja. Na *Monografia de Estombar* desenvolvemos êste assunto. Foi El-Rei Eurico quem expulsou de todo, em 483, os romanos.

§ 2.º

Godos

Foram povos que baixaram das selvas da Escandinávia e invadiram o império romano quando êste se achava quási agonisante. Em 483 o rei Eurico expulsou definitivamente da Península os romanos, ficando sómente os que se tinham já ligado às famílias lusitanas. No princípio os godos perseguiram a religião cristã, mas depois a protegeram grandemente. Ossónoba era então catedral católica. Permaneceram os godos até 711 ou 713 da nossa era na Península. Nêsse ano foi ela invadida pelos árabes ou mouros. Por ciume ou inveja levantara-se na côrte do último rei godo — Rodrigo — um grande partido contra o próprio monarca. Dois dos principais fidalgos fizeram-se cabeças desta revolta; um dêles, Oppas, era arcebispo de Sevilha, desejou ser bispo de Tolêdo, mas não

conseguiu o respétivo despacho; o outro, o Conde Julião, por ciume da autoridade real, combinaram a traição de chamar às Espanhas (Portugal e Lusitânia) os árabes a vir ocupar o trono gótico. Vieram os árabes, e venceram as tropas de Rodrigo, no célebre combate de Guadalete. Receando os dois traidores de que fosse conhecida a sua traição, combinaram com os árabes justificar o seu procedimento, invocando o falso pretexto de que o rei Rodrigo violara a filha do Conde Julião, que vivia como dama principal no palacio real. Vingou a desculpa e o povo tornou-se poéta, traçando com lágrimas as linhas do seguinte *romance:*

D. Julião

Dom Rodrigo, dom Rodrigo,
Rei sem alma e sem palavra,
Com a vida pagas hoje
A traição de D. Cava.
D. Julião lá em Ceuta
Lá em Ceuta a bem fadada
A jurar está vingança
Pelas suas mesmas barbas.
Não estivera êle enfermo,
Já com armas se voltara,
Que onde Julião chega
Ninguem chega nem chegara;
Cavaleiro de armadura
Não se lhe mostra com armas
Que fadado foi Juliano
Para só vencer batalhas.

Sete noites pensa o conde,
Todas las sete pensara
Como pudera vingar-se
De quem tanto o magoara;
Quer escrever, mas não pode
Por seus servos rebradara;
Ao mais velho escrever manda,
E o conde a carta notara;
Mal acaba de escrever-se,
Ao rei mouro a enviava.
Na carta lhe dava o conde,
Todo o reino de Granada,

Se logo ao campo mandasse
Sua gente bem armada,
Para vingar sua filha,
Que el-rei godo deshonrara.
Mal recebe el-rei a carta
Sua gente aparelhava,
Para vingar Juliano
Para conquistar Granada.

Triste Espanha, flor do mundo,
Tão nobre e tão desgraçada,
Por vingança de um traidor,
Serás dentro em pouco escrava!
Tuas cidades e vilas,
Todas te serão ganhadas
Andaluzia não ha-de
Dar-te mais vida, mais alma!

Terras benditas são logo
De perros moiros cercadas;
O triste de Dom Rodrigo
No campo vai dar batalha,
Mas o traidor de Dom Opas
Tudo ali lhe atraiçoara.
Grande senhor de Moirama
Comandava grande armada
Pondo o pé em terra firme
Toda a terra conquistava,
O sangue já era tanto
Que todo o campo ensaguava.

Assim perde Dom Rodrigo
A sua grande batalha,
Tambêm perde Andaluzia,
E tambêm perde Granada;
Guadalete outra não vira,
Tão fera e tão pelejada!

Toda Espanha se converte
Em poderosa Moirama;
D. Juliano e dom Opas
Dona Cava assim vingaram.

Durante o domínio gótico floresceu a religião católica, achando-se sua igreja catedral estabelecida na velha Ossónoba. E' de supôr por isso que a civilização gótica se exercesse nesta região.

Segundo a opinião de muitos historiadores os godos não constituíam um povo bárbaro. O chamarem-lhes bárbaros foi frase tirada do povo romano que baptizava com êste nome todo o indivíduo de nacionalidade extranha. Pelo contrário há historiadores que afirmam que os godos eram um povo casto, fiel, que defendia os parentes e amigos como se defendessem as suas próprias pessoas; compadeciam-se dos pobres e sómente lançavam tributos aos ricos; não empreendiam guerra alguma sem primeiro invocar a protecção divina.

«A entrada dêste povo na Península—escreve um historiador—foi no princípio violenta e seguida de assolações; mas a inclinação ao repouso ganhou-o prontamente; todos os dias se apròximavam dos indígenas. Os godos sôbre tudo mostravam tendência para os costumes romanos. Os chefes vangloriavam-se de amar as artes, e afetavam a política de Roma. Desta maneira se reparavam gradualmente os males da invasão; as cidades erguiam as muralhas; as indústrias e as sciências recobravam alento.»

Em Ossónoba, cuja catedral foi governada por diversos bispos góticos, encontramos documentos que traduzem os costumes e a civilização daquele povo. Rígidos no cumprimento dos seus deveres seguiam com austeridade as funções do seu cargo.

El-rei Eurico foi o primeiro rei godo que mandou escrever as leis por onde êste povo se havia de reger. A' colecção destas leis se deu o nome *Liber Judicum,* que os espanhoes cognominam impròpriamente *Fuero Jusgo*. Esta colecção de leis compunha-se de leis novas e de leis antigas, sendo estas as leis dos romanos.

Por todas estas leis foram regidos os povos da região algarvia ou lusitana e por isso certamente a sua influência se exerceu na freguesia de Porches.

Verdade é que sendo o Algarve tão visitado pelos fenícios, celtas e africanos; sendo tão cultivado pelos romanos, godos e árabes, todavia aqui se não encontram monumentos que atestem as suas civiliza-

ções. A razão disso encontra-se em Vicente Salgado que dá nas suas *Memórias eclesiásticas do Reino do Algarve* a seguinte explicação:

«Ainda que o Reino do Algarve foi antigamente habitado de raças instruídas e cultas, como Fenícios, Romanos e Godos, não pude descobrir nêste País grande porção de inscrições e monumentos da antiguidade, como vimos ainda em muitas cidades e vilas do nosso continente. A história nos ensina os consules, ou pretores, os chefes que venceram e também foram vencidos nesta parte da Lusitânia e que deixaram eternizados aos vindoiros os testemunhos de suas gloriosas áccões e vitórias. Porêm os africanos (os moiros), gente naturalmente oposta e inimiga dos Godos e Romanos, descarregando com barbaridade a mão naquele vizinho país litoral, cruel e indignamente destruiu os dignos monumentos que os romanos tinham ideado para perpetuar a sua glória. Pirámides, Colunas, Cipos, Lápides, Edifícios, pequenas pedras, tudo quanto julgaram serviria de aumentar a fama dos seus contrários, arruínam, quebram, despedaçam. Nos alicerces das fortificações e muralhas das praças, êles sepultam os mais pequenos fragmentos, querendo escurecer de todo a memória daqueles povos.»

Efetivamente, quando um dia um fenómeno geológico ou razão superior do Estado, resolvam arrancar pelos alicerces os castelos, hão-de encontrar nos seus alicerces monumentos romanos e góticos de grande valia. E' autêntico o que se afirma em relação ao castelo de Castro Marim em cujos alicerces os árabes meteram muitos monumentos romanos.

§ 3.º

Árabes ou mouros

Afirmam os nossos historiadores que a invasão dos Árabes na Península Ibérica se efetuou aí pelos anos de 713 ou 714. Com esta invasão caiu o domínio gótico, vencido na grande batalha de Guadelet, em

que os godos quási foram aniquilados. Os que não ficaram mortos ou feridos no campo do combate retiraram-se para as Astúrias onde, no decorrer dos tempos, formaram um núcleo importante, que havia de formar os reinos das Astúrias, de Leão e de Navarra, e levar de vencida os árabes ou mouros e expulsá-los da península.

A propósito do domínio mourisco, escreve um nosso conhecido frade, Vicente Salgado:

«Ficaram as nossas terras sujeitas ao Império e senhorio dos Kalifas, ou sucessores de Mafôma. Tinham êstes sua côrte na cidade de Damasco e nomeavam os Vice-Reis e Governadores, que, regendo os Povos, recebiam os tributos em reconhecimento de Vassalagem... Dura séculos êste bárbaro domínio. Dilatados tempos geme a Lusitânia nesta escravidão. Os reis das Astúrias, de Leão e de Navarra, sacodem o jugo e por muitas partes levantam o troféu e estandarte da Cruz contra os intrusos e infames africanos.»

Os nossos cronistas, padres ou frades, não souberam fazer justiça ao povo invasor, muito mais adiantado do que o nosso, e porque á invasão se seguisse uma perseguição desenfreada e iníqua, êles alcunhavam os árabes de bárbaros. A êste propósito um escritor nosso afirma: «Não foi ainda bem compreendida pela geração do século presente a importância que a dominação árabe teve na civilização da Península... As duas nacionalidades repeliram-se no princípio... e por fim olharam-se reciprocamente com menos ódio, e avaliaram melhor da respectiva superioridade ou inferioridade, no que toca á civilização. Os árabes eram mais instruídos sem dúvida do que o povo que vieram dominar.»

Efetivamente, durante o domínio árabe na Península floresceu a nossa agricultura e desenvolveram-se grandiosamente as nossas artes e indústrias. Como agricultores mostraram-se os árabes verdadeiros mestres.

«Estiveram os árabes na posse do Algarve cinco

inteiros séculos e com grande vantagem sua, não só pelas variadas e ricas produções que tiravam das terras e pelo comércio que faziam com seus irmãos de Africa, mas também pela comodidade que os povos do Algarve lhes davam, ou para ali acolherem as suas frotas, ou para protegerem as diferentes passagens que faziam dos seus exércitos de Africa para Espanha ou vice-versa. Não deixou de prosperar nesta época a sua agricultura e aumento de população, ainda mesmo sendo retalhado em vários reinos e principados.»

Façamos a transcrição de uma página dos *Lusos-árabes:*

«Pomares, vergando sob os frutos, jardins coroados de flores, vinhas, ostentando rubros e dourados cachos, carobeiras ou alfarrobeiras, destacando da verdura vivíssima das suas ramarias os frutos negros como dedos de etíopes, curvos como cimitarras de agarenos, as amendoeiras, alternando-se com as piteiras e palmas na construção dos valados; toda esta vegetação cortada, de vez em quando, pelas toalhas argênteas das ribeiras bordadas de aloendros, romeiras e laranjeiras davam à paisagem um ar de animação e abundância indescritível.»

Em outra parte:

«Ranchos de camponeses, armados de um gancho talhado toscamente em ramo sêco, baixavam os braços das figueiras para as despojar dos frutos maduros, que dispunham em cabazes de vime e cana, colocados de banda.»

Isto via-se no Algarve, há mais de oito séculos, quando os árabes se achavam na posse desta região, a que êles tinham dedicado todos os seus cuidados e todas as suas mais intensas atenções, porque realmente os seus campos se prestavam e ofereciam grande juro aos capitais que com êles se empregassem. Os árabes tinham trazido para a Península e muito principalmente para o Algarve e Andaluzia todos os frutos e perfumes da Arábia, da Sérvia e da Pérsia, como todos os mimos e requintes do luxo oriental. Eram os árabes, pois, essencialmente peritos em agri-

cultura e sôbretudo hábeis nos sistemas de irrigação, pois que fizeram das feracíssimas regiões da Andaluzia e do Algarve uma sucessão não interrompida de jardins, hortas e vergeis, que refrescavam a vista e deleitavam o olfato e o paladar, como afirma um escritor.

Não eram menos peritos na arte da guerra como fácilmente se conclui da descrição do cêrco de Silves; e nas sciências basta saber-se que êles abriram aulas públicas de rètórica e de outras sciências na cidade de Silves e foram insignes na medicina. Quem deseje conhecer os processos dos árabes na Arquitectura visite as principais cidades da Espanha, onde existem monumentos, porque embora em Silves êles tivessem construido palácios notáveis e cultivado ricos jardins, nada ali se encontra, nem mesmo as suas ruínas.

Era então Porches uma vila, pequena vila certamente; ou então de pequena importância o seu castelo, pois que sendo certo que êle foi conquistado aos mouros por D. Afonso III, como afirmam todos os historiadores, todavia o autor da *Crónica inédita da conquista do Algarve,* encontrada no arquivo da Câmara de Tavira, fazendo a história da tomada de Tavira, Alvôr, Estombar, Cacela, Faro, Albufeira e Algezur, não escreve uma palavra com referência a Porches.

Fôsse ou não de pequena importância é certo, segundo escreveu Fr. Joaquim de Santo Agostinho, que Porches foi conquistada em 1249. Diz o escritor citado: «Afonso III, em 1249, acompanhado do Mestre D. Paio, que o viria socorrer, ou sem êle, entrou no Algarve e tomou Faro, Albufeira, Loulé, Algezur e Porches.» Pela ordem que são indicados êstes castelos parece que Porches foi o último que se sujeitou ao domínio português.

Já foi notado por um escritor ilustre que a história da conquista do Algarve era um caso dos mais embrulhados na História Portuguesa. Escreveu: «A conquista do Reino do Algarve é um facto dos mais

embrulhados. A identidade dos sucessos dêstes tempos, a pouca exacção dos primeiros crónistas, a prevenção e o espírito de partido, que desgraçadamente dominava os escritores da idade média da Espanha e de Portugal, realizou a quimera de ser o reino do Algarve conquista das armas espanholas, e um presente, de que a generosidade dos seus Príncipes nos quiz fazer mercê. Assim correu esta opinião, bebida nas encharcadas fontes dos cronicões, sem outra prova, ou outra averiguação. E que assim sucedesse não é muito para admirar, porque os Portugueses, contentes em todo o tempo da glória verdadeira de terem sido os primeiros e únicos conquistadores daquele Reino do Algarve, pouco interessavam na discussão de opiniões arrojadas e frívolas, que os sucessos desmentiam e a falta de fundamentos argùia de fabulosas. Mas que *Se Quien de la Neuville la Clede,* e uma sociedade de Homens literatos em Inglaterra, assim o pensassem, e quizessem antes conduzir-se pela parcialidade dos cronicões, que pelas provas, que oferecem Brandão e todos os que depois dêle teem escrito a nossa história nacional, é isto, ao meu ver, um excesso de paixão, sem desculpa, ou uma ignorância indigna de qualquer homem dado às letras.» Ora outro historiador que temos sôbre a banca do nosso trabalho afirma que a tomada de Porches se realizou em 1248!

E' tempo de fazer aos nossos leitores a apresentação do castelo de Porches. Antes, porêm, façamos a história da expulsão dos árabes da nossa província.

CAPÍTULO V

Domínio Português — 1250 a 1408

O espírito de dissensão que em breve se manifestou entre os diversos governadores árabes que administraram a península ibérica foi causa de que os restos góticos que se tinham acolhido nas montanhas das Astúrias tomassem força e alentos e se constituissem em pequenos reinos independentes, que começaram a declarar guerra aos mouros. Um dos reis que por êsse tempo tiveram maior nome pela sua importância e pelo seu valor aponta-nos a história o lendário D. Afonso VI. Sob a sua bandeira se alistaram muitos príncipes, que não podendo acompanhar as cruzadas que se dirigiam à conquista da Terra Santa, entenderam cumprir a sua obrigação, batalhando na Europa contra os Mouros. De entre os que se alistaram nas falanges de D. Afonso VI um dos mais notáveis foi o conde D. Henrique de Borgonha, a quem o monarca espanhol em agradecimento de tão assinalados serviços não só lhe deu a filha D. Teresa ou D. Tereja em casamento, mas lhe fez doação dos terrenos do Minho ao Douro, debaixo do título de conde de Portocale. Aceitou o valente caudilho o condado e desceu à Lusitânia a fazer guerra aos Mouros que tinha por vizinhos, conquistando-lhes terras importantes. Por sua morte, seguiu-lhe os passos o seu único filho D. Afonso Henriques, o fundador da Monarquia Portuguesa. Seguiu-se-lhe D. Sancho I, que tomou o castelo de Silves, auxiliado pelos cruzados, em 1189, e a êste rei seguiram-se D. Afonso II, D. Sancho II e D. Afonso III.

D. Afonso III, no intuito de conquistar definiti-

vamente todo o Algarve, aí pelos fins de 1248 e princípios de 1249 desceu a esta província, tomando o caminho do Alentejo. Fr. João de S. José, o autor da *Crónica inédita* encontrada no arquivo da Câmara de Tavira, descreve esta jornada pela forma seguinte:

«El-Rei D. Afonso mandou aparelhar suas gentes e foice loguo a grão preça ao Algarve e foi por beja, e dahi a almodovar do campo de ourique e passou a serra pelas *cortiçadas* e encaminhou direito a sellir..... quando ho mestre dom payo soube que o rei hia lho foyo aguardar entre loulé e almodovar e na villa de sellir se viu el-rei com elle e as suas gentes todas juntas forão cercar farão.»

«Tomou-se o caminho de Faro — diz La Clede — em cujas vizinhanças se veio assentar o arraial. Aben-Baran, governador daquela cidade, saiu a impedir o acampamento das Tropas Cristãs, mas foi rechaçado, e o exército se postou com a comodidade e vantagem que quiz. Sendo D. Afonso advertido de que os sitiados podiam ser socorridos por mar, deu logo ordem que partissem alguns navios a tomar a foz do rio, sôbre que a cidade estava fundada. Dispozeram-se depois disso para atacar a praça. Entretanto teve el-rei meios de persuadir aos moradores que se rendessem. Estando para se concluir o *Tratado da Capitulação,* entrou el-rei na cidade com dez cavaleiros. Sabendo-o os Portugueses ficaram admirados do seu valor, e vendo todavia que êle não voltava, investiram furiosamente com o destino de escalar a praça; mas aparecendo el-rei do alto de uma Tôrre, retiraram-se, pasmados da sua confiança e louvando a bôa fé dos Mouros, que se fizeram seus vassalos, pagando-lhe os mesmos tributos, que pagavam ao Miramolim. Nomeou el-rei para governador da praça a Estevão Peres e ordenou logo a D. Paio Peres Correia que fosse tomar Albufeira. Obedeceu o Grão-Mestre e tinha quási tomado a praça, quando el-rei chegou.»

Para não avolumar a presente *Monografia* desistimos de fazer a descrição das diversas cidades e

castelos tomados pelo nosso quinto rei de Portugal; e apenas vamos fazer as devidas referências a Porches. Não sabemos o dia certo, nem ainda o mês ou o ano em que a vila de Porches com o seu castelo foi tomada aos sarracenos, cremos, porêm, pela data que encontramos na doação do referido castelo, feita por El-Rei ao seu chanceler Estevão Anes, que a tomada do castelo se realizou pouco tempo antes da doação do mesmo; ora da doação vê-se que fôra feita quando ainda El-Rei se encontrava em Faro, isto é, em fevereiro de 1288, da era de César, que corresponde aos anos de 1250 da era de Cristo. Por esta doação D. Afonso III premiou os serviços prestados pelo seu chanceler Estevão Anes, e nela lhe fêz presente do *Castro* de Porches. Há ainda outra doação feita ao mesmo chanceler e tem a data de 4 de agosto de 1289 e corresponde aos anos de 1251 da era de Cristo. Esta doação é datada de Coimbra e nela El-Rei faz doação do herdamento que os mouros Abozaala e sua mulher Zaforana tinham em Santa Maria de Faro e em todo o Algarve. Nesta doação assina como Pretor Estevão Pedro Tavares; ora o Pretor equivalia nos primeiros séculos da monarquia a certo magistrado local que governava Faro imediatamente com os Alvasis e constituindo com êles as câmaras daqueles tempos.

Não transcrevemos a doação feita do herdamento, e datada de 1251, por não vir a propósito na presente monografia, mas vamos fazer a transcrição da doação do castelo de Porches, ao qual o nosso rei insiste em chamar *Castro*. E' um documento curiosíssimo, pois descreve Porches como então era. Da leitura deste documento parece deduzir-se que nêsse tempo a freguesia de Porches, ou antes a área do seu castelo, compreendia a maior parte da freguesia de Lagôa. Cremos até que então esta freguesia não existia. Com a decadência de Porches lucrou primeiro Silves e mais tarde Lagôa.

Vamos ler a escritura de doação do Castro de Porches.

§ 1.º

Castrum Porches

Em graça e nome de Cristo. Porque a memória dos homens é fugitiva, para que as obras dos mortais não desaparecessem com o tempo, a graça divina providenciou ao homem que os factos passados fôssem conhecidos pelos vindouros mediante os documentos escritos, e por isso mesmo, nós, Afonso, pela graça de Deus, Rei de Portugal e Conde de Bolonha, considerando que são dignos de recompensa aqueles que por seu trabalho assíduo e devotada solicitude no nosso serviço, como também pelos seus naturais merecimentos se fizeram merecedores de graças, damos e concedemos a vós, dom Estevão Anes, nosso chanceler, o *Castro* de Porches no Algarve com todos os terrenos e pertenças, novas e antigas, estragadas ou conservadas, exactamente como deveram existir no tempo do domínio sarraceno, e com os montes, fontes, pastos, águas, prados, entradas e saídas, vinhas, figueiras e oliveiras, com todas as pescarias, tanto do mar, como da água doce, que se encontrar dentro dos seus limites, com o direito do padroado sôbre a igreja ou igrejas que dentro do mesmo *Castro* e seus limites se venham a edificar, por qualquer que seja, salvando para nós o privilégio da preparação do ouro e prata, minério e fundições. Damos e concedemos alêm disso o mesmo *Castro,* desobrigado, isento e livre de todos os direitos, do serviço real, de qualquer tributo, de qualquer obrigação servil, e isto por forma que para o futuro nenhum foro será lançado ao castelo por nós ou pelos nossos sucessores ou pelos nossos homens que nêle devam habitar. Conservareis êsse castelo que deveis possuir perpetuamente, livre, tranqüila, pacificamente por direito hereditário. E pelo que respeita aos nossos e vossos sucessores disporeis dêle como se fôsse de herança própria, como vos aprouver, à vossa vontade, em todos os tempos. Se porêm alguem, tanto dos vossos como dos extra-

nhos, por temerária ousadia, se insurgir contra esta nossa doação, não lhe será tal permitido, e incorrerá logo para sempre na ira de Deus, e nossa maldição, e se sómente tentar, pagará o dano e satisfará as despesas em duplicado, ficando todavia esta nossa doação em pleno vigor. E, para que esta nossa doação tenha perpetua e firme fôrça de lei, vos fazemos esta doação reforçada com o nosso sêlo.

Estiveram presentes e assistiram dom Martinho Fernando, mestre de Aviz e dom João Guarcia, prior do hospital em Portugal; dom Gonsalves Pedro, comendador da Ordem Velencis em Portugal, Rodrigo Martinho, comendador de Távora, João Sueiro, arcediago Calaguritanus, dom Matheus, nosso capelão, João de Avoyacir, nosso vice-portabandeira, Mendo Sueiro de Merloo, João Sueiro, conhecido pelo Coelo, Ezeas Lourenço da Cunha, ... Diogo, nosso superintendente. Foi o presente lavrado em Santa Maria de Faro, no mês de fevereiro do ano de mil duzentos e oitenta e oito. (A).

(Chancelaria de D. Afonso III, livro I, fl. 106).

Chamamos a atenção dos nossos leitores para a insistência de D. Afonso em chamar ao castelo de Porches *Castrum de Porches*.

Escreve o Snr. Leite de Vasconcelos: «Os castros datam dos tempos prehistóricos. A maior parte acabou na época romana, mas muitos continuaram a existir ainda depois. Os principais locais de habitação das tribus proto-históricas do nosso país eram nos altos das montanhas. Das povoações de então (fortalezas) restam ainda muitos vestígios que hoje geralmente se chamam castros ou crastos.»

Estácio da Veiga, descrevendo o sítio dos *crastos,* onde certamente se achava erguido o castelo, diz: «Crastos — A corrupção parece querer invadir tudo, não escapando os próprios nomes das localidades. Visivelmente Crastos é um nome corrupto, deve ter sido castro ou *castrum*. Não me faltam fundamentos para o julgar. Lá estão ainda parcialmente à vista

as arrazadas muralhas de um grande quadrilátero fortificado, que vigiou e defendeu em antigos tempos aquelas paragens já de por si defendidas por outra mais valente muralha, como é todo aquele trato em que a rocha está cortada a pique sôbre o mar, com altitudes compreendidas entre 54 e 25 metros, cujas depressões são defendidas pelo forte da Tôrre, pelo forte da Encarnação na enseada do Carvoeiro, pela fortaleza do Carvoeiro, e bateria da Senhora da Rocha.»

Efectivamente, estudando-se com verdadeira atenção todo aquele sítio dos Crastos, Porches Velho e Senhora da Rocha, o nosso espírito sente-se dominado; e confrontando o que temos lido em relação aos monumentos daquelas pristinas idades com o que ali vemos não nos resta dúvida alguma em acreditar que aquelas ruínas, que se adivinham e muitas das quais já desapareceram, traduzem a existência dêsses monumentos pre-históricos ou pelo menos proto-históricos.

Continua Estácio da Veiga:

«São muitos os característicos pre-históricos de que ali há notícia. Falarei, no 2.º tomo, acêrca dos da idade do bronze. Os instrumentos da última idade da pedra aparecem sem ninguem os procurar; muitos poderia ter obtido, se me fôsse possível demorar-me naquele altaneiro escarpado.»

Hoje nenhuns indícios nos põem a descoberto o antigo *castrum* de Porches. Estácio da Veiga emite a opinião que o castelo mourisco doado por El-Rei D. Afonso III estivesse situado no local onde fôra primitivamente construido o mais antigo castelo proto-histórico ou pre-histórico.

E' sabido que todas as edificações acasteladas com o nome de *castros, crastos, castrelos, crastelos* e *cristelos* são de origem pre-romana, e portanto é-nos lícito supor que o castelo de Porches, denominado pelo doador *castrum,* seja de origem proto-histórica ou pre-histórica.

Ao castelo de Porches não faltam os caracterís-

ticos comuns e próprios das construções daqueles antiqüíssimos tempos. Ensina o Snr. Leite de Vasconcelos na sua preciosa obra—*Religiões da Lusitânia*—volume 2.º, páginas 79: «que os principais locais das tribus proto-históricas do nosso país eram nos altos das montanhas», e quem hoje visitar o sítio onde a tradição afirma ter existido o *castrum* de Porches vê que realmente êle domina pela sua altitude toda a região. Não encontrando hoje a descoberto nenhuns restos de construções não podemos averiguar se o processo de construção das suas paredes obedece ao sistema daquelas remotas épocas; o que podemos porêm afirmar é que no local onde se afirma ter existido tal construção ainda hoje se observam restos significativos da civilização daqueles tempos.

Podemos afirmar com toda a evidência que D. Afonso III, na sua doação do *castrum* de Porches, não se quiz apenas referir ao castelo propriamente dito, mas a tudo quanto com êle tinha relação desde o tempo dos sarracenos. E' isto o que se deduz da carta de doação acima traduzida e cujo original publicaremos sob a nota A. Falemos agora do foral da vila de Porches.

§ 2.º

O foral de Porches

Tem o foral de Porches a data de 20 de agosto de 1224, no tempo de El-Rei D. Diniz.

Quando no século V as hordas semi-selvagens do norte invadiram a nossa península, foram pouco a pouco modificando e civilizando seus bárbaros costumes e perdendo a sua ferocidade. Não levou muitos anos que as raças germânicas se não misturassem com as peninsulares e formassem um só povo. Então os reis godos trataram de promulgar leis, tanto sôbre religião, como sôbre os diversos ramos de administração pública e direito de propriedade. Todas estas leis e regulamentos, que as explicavam, eram feitas pelos

concílios, formados dos bispos e dos *senhores* e êstes procuravam estabelecer legal e solidamente o seu domínio sôbre a propriedade e o seu despotismo sôbre o povo. Daqui nasceram os *forais*. A península ibérica caiu no princípio do século VIII em poder dos sarracenos e o poder dos *senhores* godos acabou. Pelaio, senhor godo, de sangue real, junta nas cavernas de Cavadonga o núcleo dessas legiões, que, depois de uma guerra de mais de 500 anos, conseguiram expulsar os árabes das Espanhas. Tornam depois a ressuscitar as leis, a religião, novos costumes e novos forais se vão dando às terras conquistadas do poder dos mussulmanos. Todos os reis da primeira dinastia concederam forais, sendo D. Diniz o que mais generosamente distribuiu privilégios pelos povos. Os *forais,* pois, firmando os direitos reais, concediam certos e determinados privilégios aos povos, a quem eram concedidos.

O *foral* concedido a Porches é do teor seguinte:

«Em nome de Deus, amen. Seja por todos sabido, tanto presentes como vindouros, que eu D. Diniz, por graça de Deus, Rei de Portugal e do Algarve, juntamente com minha esposa, Rainha Dona Isabel, filha do ilustre Rei de Aragão, vos faço, a vós povoadores de Porches, carta de foral, nos termos seguintes: Dou e concedo o foral de uso e costumes que eu concedera á cidade de Silves; excepto a jugada do pão (1), que para nós perpetuamente conservo, para mim e meus sucessores; perpetuamente todos os fornos de pão construidos e que venham a construir-se; e todas as salinas construidas e que venham a construir-se em Porches e seus arredores. E todas as tendas de Porches que os Reis sarracenos possuiam

(1) Jugada de pão.—Tributo antiqüíssimo. D. Afonso Henriques reservou as jugadas para a corôa. Pagava-se êste tributo de cada jugo de bois. Havia jugadas de pão, de vinho e de linho.

como propriedades suas. Igualmente conservo para mim e todos os meus sucessores a venda do sal, para que na vila de Porches e seus arredores se não venda outro sal que não seja o meu; e também conservo para mim e meus sucessores a disposição que obriga os vizinhos de Porches que quizerem fazer vinho de Porches ou seus arredores a pagar-me por cada tunel meio maribitano; do vinho porêm que tenham comprado e aquele que não fôr vizinho, pelo vinho que prepare pagarão por cada tunel um marabitano. E por êste motivo, vós e aqueles que preparem vinho de Porches e arredores, ficai isentos do pagamento de aqueles almudes de vinho, que se dão em Lisboa como portagem de vinho que exportam pelo mar, salvo o direito *Relegar* sôbre o mesmo — as três medidas do *Relego* (1). Também conservo para mim e meus sucessores os moinhos de Eidabrado (2) e os meus bens de lagôa e arrozal e todas as figueiras que os sarracenos por minha permissão conservavam. Do mesmo modo retenho para mim e meus sucessores os açougues e casas de banhos da Vila e termo de Porches. Outro sim retenho para mim e meus sucessores o Padroado de todas as igrejas de Porches e seus arredores, construidas e que se venham a construir e mais o domínio em todas as outras cousas alêm das supramencionadas. Dou e concedo-vos o fôro de uso e costumes da cidade de Lisboa, cujo fôro como tal é considerado. Dou-vos o fôro ou privilégio de lançar sôbre aquele que publicamente, em presença dos homens bons, atacar uma casa de mão armada, a multa de quinhentos soldos sem que tenha de dar parte ao vozeiro (2), e, se o assaltador fôr

---

(1) Era um direito com que o soberano ou donatário podia livremente vender o vinho que se criou nos seus reguengos, coutos ou jugados e isto por certos meses e por uns tantos dias, durante os quais mais ninguem podia vender vinho sem se expôr à pena de relegajem.

(2) Molendina de Eidabradi et Regalengos de lacuna et de arrozel — (os moinhos de Eidabradi e os reguengos da

morto dentro de casa, o que o matar, ou o dono da casa, pagará um marabitano, e sendo aí ferido pagará quem o ferir meio marabitano. Semelhantemente por homicídio publicamente praticado pagará o assassino quinhentos soldos, pelo crime de pôr merda em bôca (1) pagará sessenta soldos, ouvido o testemunho dos homens bons; havendo furto conhecido, o criminoso poderá satisfazê-lo, restituindo o seu valor nove vezes, ouvido préviamente o homem bom. Aquele que romper o Relego do vinho do rei, se vender seu vinho em relego, sendo ouvidos os homens bons, pela primeira vez pagará de multa cinco soldos, pela segunda quinze, e pela terceira vez perca todo o vinho, sendo êste derramado. No que respeita ao vinho de fóra, dêem por cada uma carga um almude e seja entregue outro ao veador (2) para o Relego.

Os habitantes de Porches tenham publicamente as suas vendas, e fornos de olaria. Pelos fornos de telha paguem a décima. O que matar um homem descuidado ou desacautelado pagará a pena de 30 soldos. O que em lugar público ferir qualquer com armas incorrerá na pena de meio homicídio. O que em momentos de ira puxar de uma arma, e com ela ameaçar alguem, embora dela não faça uso, incorrerá na pena de 60 soldos.

Os homens de Porches podem ter herdades suas

Lagôa e de arrozel. Chamavam-se reguengos ou regalengos às terras que eram património real e que tinham ido à coroa por direito de conquista, confiscação, herança, escambo, etc.

Não podemos hoje averiguar onde seriam situados os moinhos, nem onde ficavam a lagôa e o arrozel. Sabe-se que na freguesia de Lagôa havia uma extensa região mais ou menos pantanosa, que tornava insalubre a freguesia, havendo sempre sezões, que desapareceram depois que se abriu uma vala que favoreceu o escoamento das águas. Seria esta região a lagôa a que o foral se refere?

(1) Pôr merda em bôca—era a injúria mais atroz que se podia fazer naquele tempo, e por isso era punida com uma pena grave.

(2) Veador—empregado da fasenda real.

povoadas e aqueles que nelas habitem, incorrendo nos crimes de homicídio, roubo público, ou de merda em bôca, pagarão 60 soldos, metade para o rei e metade para o dono da herdade, não tendo nada mais a pagar, ainda mesmo ao rei. A almotaçaria (1) da Vila e o almotacé nomeado pelo alcaide e pelo concelho pagarão por uma vaca um dinheiro, por um *zeuro* (?) um dinheiro, por um veado um dinheiro, por uma besta de transportar peixe um dinheiro, por uma barca de pesca um dinheiro, por um julgamento o mesmo, e por alcavala três dinheiros. Dum veado, um *zeuro,* uma vaca e um porco, pagam um dinheiro, e dum carneiro o mesmo. Os pescadores paguem a décima ou dizima. Dum cavalo, mula ou macho, que homens de fora de Porches vendam ou comprem, do valor de dez marabitanos para cima, pagarão um marabitano. Duma égua, vendida ou comprada, paguem dois soldos, por um boi dois soldos, por uma vaca um soldo, por um burro ou burra um soldo. Dum mouro ou moura pagará meio marabitano. Dum porco ou carneiro dois dinheiros. Duma cabra um dinheiro. Duma carga de azeite, couros de boi, de bezerro ou de veado meio marabitano; por uma carga de cera meio marabitano. Por uma carga de anil, de pão, de peles de coelho, de couros vermelhos ou brancos, de pimenta, grã, um marabitano. Do braçal dois dinheiros. Vestimentas de peles três dinheiros. Do linho, alhos, ou cebolas, o dízimo. Do peixe de fora o dízimo; das tigelas, vasos, linhas o dízimo; por todas estas cousas sempre que alguem de fora as exponham à venda, paguem portagem; aquelas porêm que comprarem para uso doméstico não pagarão por elas portagem alguma. Por uma carga de pão ou de sal, quando vendida por alguem de fora da vila, por cada carga de besta cavalar, ou de muar, terá de pagar três dinheiros. Os mercadores da vila que queiram pagar soldada, receba-se; se porêm não quizerem pagar sol-

(1) Almotacé—empregado que taxava o preço dos viveres.

dada, paguem portagem. Por cada carga de peixe que as pessoas de fora da vila levem de aí, paguem seis dinheiros. Os soldados pedestres paguem a oitava do vinho e do linho; os batistarios, isto é, os que atiram projécteis contra o inimigo, gosam do privilégio de soldados. A mulher do soldado que enviuve, tenha as honras de soldado até que se case, e se requerer conceda-se-lhe o fôro do que requerer (?). O soldado que se enfraqueça ou de tal modo se debilite que se não possa encorporar no exército, conservem-se-lhe as honras de soldado. Se porêm a mulher do soldado, estando viuva, tiver um filho tal que, vivendo com ela em casa, possa cavalgar, faça-o pela mãe (?). O almocreve que viva da almocrevaria faça o seu fôro, uma vez por ano. O soldado porêm que mande a sua égua ou as suas bestas à almocrevaria, nenhum fôro tem a fazer. O caçador de coelhos que fôr à Sageyra (?) e aí se demorar dê a pele dum coelho, e aquele que se demorar por oito dias, dê um coelho com a sua pele. O caçador de fora pague a décima todas as vezes que vier caçar. Os moradores de Porches que tiverem noutros logares pão seu, vinho, figos e azeite, e que o trouxerem para Porches, para seu govêrno e não para vender, não pagará portagem. Aquele que vivendo com alguem, com êle se desavenha, entre depois em casa, e tomar um bordão ou uma vara, e sem nenhuma atenção, fira o companheiro, pagará trinta soldos. Se, porêm, inconsideradamente ou por acaso ferir, nada pagará. O inimigo de fora não entre na vila, no intuito de fazer mal ao seu inimigo, e só lhe é permitida a entrada, em tréguas, ou justificando o motivo da entrada. Se alguem matar um cavalo de outrem, incorrerá no pagamento do cavalo ou na penalidade imposta ao homicídio, segundo fôr mais conveniente ao dono do cavalo. O clérigo tenha o fôro do soldado, e se fôr encontrado em actos torpes com uma mulher, o oficial de justiça não o capture, mas pode, se quizer, capturar a mulher. Da madeira que venha por água pague-se a décima. Com respeito à atalaia da vila, deve o rei conservar metade e os soldados a outra metade. Os

soldados de Porches *cum meus dives homo bene fuerit de terra sua vel de havere suo per quod cum habeat ego eum recipiam meo diviti hominis in numero meorum militum...* Faltam palavras evidentemente. Não é possível a tradução. O mordomo não entre em casa do soldado sem licença do Pretor. E o meu rico homem a quem entrego Porches não meta outro Pretor, que não seja também de Porches. As casas que forem habitadas por gente nobre, hospitaleiros e mosteiros paguem à vila o fôro exactamente como os soldados. O gado perdido que o mordomo encontrar, conserve-se até três meses, e em cada um dos meses faça apregoá-lo, para, se aparecer o dono, lhe seja entregue. Se porêm, estando apregoado, o respectivo dono não aparecer, decorridos os três meses, então o mordomo tratá-lo-há como sendo seu. Da sua cavalaria nada recebe o alcaide (1) senão aquilo que os soldados expontaneamente queiram dar. Com relação à cavalaria sendo composta de 60 ou mais soldados, será dividida comigo em campo. O artífice sapateiro que tiver casa em Porches e nela trabalhe, não pagará fôro por ela; e o que fôr mouro e trabalhe como sapateiro na sua casa, não pagará fôro. Aqueles artífices, ferreiros ou sapateiros, que vivam em casas, onde exerçam o seu ofício, venham residir nas minhas tendas, pagando-me fôro. O que comprar égua ou mouro fora de Porchês, pague aí portagem. Os soldados que possuam bens, devem pagar a sua décima. A' mordoma e mordomo dêem-se-lhes direitos em lugar de décima, e se em vez de décima se negarem a dar direitos, então o Pretor fá-los há dar pelo seu porteiro. Os homens que habitarem nas herdades de Porches, se delas colherem frutos, como atrás fica dito, entregarão metade ao rei, e metade ao Senhor da herdade.

Os moradores de Porches não dêem *Levytosam adalilos* (?) de Porches nem a quinta do quinhão dos

(1) Alcaide—governador.

seus corpos. Os soldados de Porches ocupem a vanguarda do exército do rei. As padarias devem pagar o fôro de trinta pães um. As portagens, foros e quintas dos sarracenos e de outros deverão ser satisfeitos segundo o costume, excepto o que já ficou escrito. Pela alcaidaria de uma besta de fora que vier com peixe, dois dinheiros. Por um barco de peixe miudo, dois dinheiros, e sendo de todo o peixe, dêem o seu fôro. Assim, todas estas cousas que ficam ditas vos dou e concedo nesta carta como fôro, mas para isto deve apresentar-se ao mordomo o testemunho dos homens bons e não outra cousa testifiquem os soldados. Se pois alguem firmemente observar isto que vos é dado seja coberto das minhas e das bençãos de Deus. Aquele que o quizer violar seja acompanhado da minha e da maldição de Deus. Tambêm aquele que não obstante o testemunho dos homens bons, alguma vez calcar aos pés estas minhas disposições, será multado no pagamento de cinco soldos. No que respeita porêm à navegação mando que o alcaide, dois espadalários e um fintental (?) tenham o fôro de soldados. Tambêm concedo que nunca soldados pedestres de Porches entrem em navio meu contra sua vontade, mas em seu proveito seja-lhes concedido o beneplácito de virem por terra ou por mar prestar-me obediência. E quando homens de fora comprem ou vendam cavalo, mula ou macho, por menos de dez marabitanos, darão por isso um marabitano. Carta feita em Lisboa aos vinte do mês de agosto de mil tresentos e vinte e quatro.

Infante dom Afonso, tenente da guarda; dom Martinho Egidio, alferes; dom Mendo Rodrigues, tenente; dom João Rodrigues, dom Martinho João Tio, Pedro João Portel, Fernando Pedro da Barrosa, Lourenço Soeiro de Valadares, Lourenço Escola, portario maior; Durando Martinho de Parada, vice-mordomo; Pedro Martinho de Romoeira, dom Fratel Teles, arcebispo de Braga; dom Vicente, bispo do Pôrto; dom Eimerico, bispo colibriense; dom João, bispo egitano; dom Mateus, bispo de Vizeu; dom Bartolomeu, bispo

de Silves; dom Domingos João, bispo de Evora; o chanceler de El-Rei, o bispo lisbonense, o bispo de Lamego, Pelagio Domingues, Rodrigo Gomes, Estevam Lourenço, testemunhas supra mencionadas, João Soares L...., auditor da Curia, Estevam Lourenço, Domingos Pedro, João Dalperam, testemunhas; Pedro Palagio, Jacob Joanes, Domingos Pedro, escrivão notário da Curia. (B).»

(Chancelaria de D. Diniz, livro I, fl. 173).

Para que os nossos leitores façam uma ideia apròximada do grande trabalho do nosso amigo, o rev. padre José Francisco Guerreiro, a quem encarregamos de fazer as traduções da doação de Porches e do seu foral, pedimos-lhes a fineza de ler os originais daqueles documentos que intercalamos nas notas, sob a letra A e letra B. Estão escritos em latim bárbaro, próprio da época em que foram redigidos, e também devido talvez ao empregado que se encarregou de os copiar da Torre do Tombo. Vá isto sem *censura*.

*

* *

O foral de Porches foi mais tarde, no reinado de D. Pedro I, confirmado em todos os seus privilégios, como se vê no Arquivo Nacional, Chancelaria de D. Pedro I, livro I, fl. 21 v. No livro de confirmação onde foram confirmados os privilégios ainda se conservou Porches como sede do seu concelho. Mais tarde porêm D. Fernando, em 30 de janeiro de 1408, publicou a carta pela qual fêz mercê à cidade de Silves do julgado de Porches que o rei pela mesma carta extinguira.

Mandamos vir da Tôrre do Tombo êstes dois documentos e não os publicamos porque nenhum interesse despertam.

CAPÍTULO VI

Domínio Português—1408 a 1880

Terminamos o anterior capítulo fazendo referência à *Carta* publicada por D. Pedro I, em Santarem, no dia 30 de janeiro de 1408, pela qual o monarca poz termo ao julgado de Porches e ordenou que esta freguesia fôsse anexada ao julgado de Silves, apeando a vila.

Esta Carta traduz a completa decadência da Vila de Porches, não obstante o seu foral e a importância atribuida ao seu *Castro*. Houve certamente fatores importantes que contribuiram para esta decadência, e um dêsses fatores foi a ameaça contínua dos mouros que, depois da sua expulsão, não cessavam de nos incomodar. Chegou a tanto a sua ousadia que tiveram sob sua constante ameaça Castro Marim, Cacela, Tavira, Faro, Lagos e outros centros marítimos.

Estava a Vila de Porches situada no lugar hoje denominado *Porches* Velho, um lugar mais ou menos isolado. Por isso os habitantes da antiga vila trataram de se transferir para outro local, onde estivessem mais seguros contra os mouros.

Quando se realizou a transferência do centro da população não é ponto apurado. Corre na tradição que a actual matriz de Porches foi edificada em 1560; portanto, nêste ano já Porches Velho decaíra de importância.

Alguns escritores nossos, e nomeadamente o nosso benemérito patrício Estácio da Veiga, caíram em êrro quando afirmaram que o tremor de terra de 1755 tinha encontrado Porches Velho na sua opulência. Nesse ano já Porches Velho deixara de existir

como vila. Sôbre o seu terreno, e no lugar onde se ergueriam prédios urbanos mais ou menos suntuosos já no ano do tremor se encontravam árvores seculares. Enganou-se pois o nosso patrício, quando escreveu que era denominada Porches Velho uma grande região e uma antiga povoação, situada a pouca distância do Cabo Carvoeiro, que o tremendo terramoto de 1755 quási inteiramente arrazara destruindo-lhe em poucos momentos duzentos e trinta e oito prédios de casas e um forte castelo mourisco, talvez em grande parte levantado sôbre muralhas da mais antiga data.

Enganou-se o nosso patrício: a povoação que foi arrazada, caindo 238 prédios, foi Porches, a actual, e não Porches Velho, que a êsse tempo apenas ainda existia na tradição dos povos e nalgumas ruínas muito apagadas.

Não encontramos documentos que nos guiem com relação a Porches nestes antigos tempos. Cremos poder afirmar que no século XV encontramos os habitantes de Porches em Sagres, acompanhando o vulto ilustre do Infante D. Enrique, dirigindo essa escola náutica, onde se educaram aqueles que afirmaram o seu valor nas conquistas e nas descobertas dos novos domínios marítimos. Eram os habitantes de Porches marítimos insignes e soldados valentes e tanto que gosavam do privilégio de formar na vanguarda dos exércitos; quem nos diz que por isso mesmo seriam os filhos de Porches os escolhidos pelo Infante? Se no livro de ouro das nossas façanhas marítimas estivessem registados os nomes dêsses heróis, que tão grande glória deram à pátria e tanto a nobilitaram aos olhos da pasmada Europa, todos poderiam soletrar nomes ilustres de filhos de Porches. Talvez que êles podessem dizer que dos primeiros baixeis que desferraram da baía de Lagos e de Sagres eram seus nautas os honrados filhos de Porches.

Sabemos que desde que o Algarve entrou definitivamente como jóia preciosa na coroa de Portugal, não mais dali saiu, entregando-se com todo o afan a bem servir a pátria comum. Não são necessárias gran-

des demonstrações. Assim, vemos que em seguida ao falecimento de D. Fernando, se levantaram dois partidos capitaniados, um pela rainha D. Leonor em nome de sua filha, e o outro pelo Mestre de Aviz, e então foram os algarvios os que mais geral e mais prontamente tomaram o partido do Mestre. Caso semelhante se deu com a restauração de 1640, quando os espanhoes foram expulsos de Portugal e D. João IV aclamado rei; ora os habitantes de Porches presam-se de ser algarvios, e por isso acompanharam leal e fielmente os seus irmãos nas questões a favor da nossa pátria.

Chegou afinal o desastroso combate de Alcacer-Quibir, e foram desbaratadas as nossas tropas, morto D. Sebastião, caindo o nosso reino sob as garras da Espanha.

Com o intruso govêrno dos reis espanhoes, desfez-se a lenda que apregoava Portugal invencível por promessa especial de Deus a D. Afonso Enriques antes da batalha de Ourique; não só foi vencido, mas com o govêrno nefasto dos reis intrusos, começou muito consideràvelmente a decaír o nosso Algarve; foi a menos a sua população, que já se havia enfraquecido com as expedições contra os mouros, guerras de África e colonização das terras conquistadas; decaíu a sua agricultura, definhou a sua indústria, e as mesmas pescarias foram em progressivo abatimento; pois não obstante, os habitantes de Porches, confiados e resolutos, ficaram no solo onde tinham nascido; lutaram contra a adversidade, até que enfim chegou o dia para sempre memorado do 1.º de dezembro de 1640, e então tiveram ocasião de festejar a independência da pátria e correram pressurosos a alistar-se nos exércitos de Portugal.

Nenhum facto importante, e que mereça ser referido, encontramos na história desta freguesia. Povoada na sua máxima parte de lavradores, que se encontram espalhados pelos diversos sítios, a sua vida nada tem de tumultuária, antes, é serena e pacata como é sempre a vida do nosso lavrador rural.

Êste viver socegado no decurso de alguns séculos foi em um dia alterado por virtude de um fenómeno inesperado. No dia 27 de dezembro de 1722, começou das 5 para as 6 horas da tarde no cabo de S. Vicente a sentir-se um tremor de terra que se foi estendendo pelo reino, vindo principalmente a sofrer nesta província as povoações de Portimão, Lagos, Porches, Albufeira, Faro, Olhão e Tavira.

Neste tremor não só morreram muitas pessoas, mas desabaram inumeráveis edifícios. Verdade é que antes dêste dia houvera outro tremor em 6 de março de 1719, mas nenhuns estragos sensíveis tinha causado; êste porêm dera ocasião a alguns desmoronamentos no Povo de Porches. Pouco tempo decorrera e outro tremor de terra muito mais desastroso se fizera sentir sôbre o nosso reino e muito particularmente sôbre a nossa província, dando causa a muitas mortes e desabamentos.

Referimo-nos ao tremor do 1.º de novembro de 1755, em que Porches ficou quási totalmente destruído e arruinado. Eis como Silva Lopes narra êste funesto acontecimento:

«Pelas 9 horas da manhã do dia 1 de novembro, estando o dia claro e sereno, como de estio, vento N. O., ouviu-se um grande trovão, e logo passados 3 ou 4 minutos, principiou a tremer a terra com espantosa violência; o mar recolheu-se em parte mais de vinte braças, deixando as praias em sêco; e arremetendo imediatamente para a terra com tamanho ímpeto, que entrou por ela dentro mais de uma légua, sôbrepujando as mais altas rochas; tornando a retraír-se e romper por três vezes dentro de poucos minutos, arrastando no fluxo e refluxo enormes massas de penhascos e edifícios; e deixando por isso arrazadas quási todas as povoações marítimas.»

Continuou a tremer a terra até 20 de agosto seguinte com poucos dias de interpolação, principalmente nos primeiros cinco meses e quási sempre de noite, nos quartos de lua nova e velha. Os mais sensíveis tremores foram a 14 de dezembro, em junho

pelo meio dia, e a 14 de agosto pelas 3 horas da manhã. Naquele dia morreram em todo o Algarve mais de mil pessoas, e muitas outras faleceram depois em conseqüência dos ferimentos e incómodos.

Em Porches causou o tremor grande dano. Segundo lemos na *Corografia do Reino do Algarve* caíram na povoação 238 casas e parte da Igreja paroquial, que foi reparada.

Temos em nosso poder um documento importante e que dá esclarecimentos bastantes sôbre os estragos causados por aquele terramoto nesta freguesia. E' uma carta do pároco de Porches, depositada na *Tôrre do Tombo* e escrita dois anos depois do referido movimento geológico. Já mais de uma vez temos informado com relação a essas cartas, e por isso não perdemos agora tempo em dar mais informações.

Eis o conteúdo da carta:

Porches

«Seu assento é em um monte; dêle se descobre da parte do nascente a Vila de Loulé, distante cinco léguas e um lugar que chamam Alfontes da Senhora da Guia na distância de uma; da parte do norte se avistam quatro aldeias, que são: Messines, Portela, Cortes (da freguesia do lugar de São Bartolomeu de Messines, termo da cidade de Silves, distante duas léguas) e Alcaria (da freguesia do lugar de Alte, termo de Loulé, na distância de três léguas).

«O seu orago é Nossa Senhora da Encarnação; a igreja tem quatro altares, um dêles é o altar-mor da mesma Senhora; outro do Senhor Jesus Crucificado; outro de Nossa Senhora do Rosário; e outro de Santo António.

«A igreja é de uma nave; tem duas irmandades: uma do Santíssimo Sacramento e outra da Senhora do Rosário.

«Tem em seu distrito duas Ermidas e ambas fora do lugar: uma de Nossa Senhora da Rocha em uma

fortalesa na rocha do mar pertencente a El-Rei, Nosso Senhor e a outra de S. Sebastião pertencente ao Bispo.

«Tem um castelo na rocha do mar em uma ponta metida do mar 160 passos, que pelo terramoto de 1755 padeceu grande ruína, em os muros, armazêm, quarteis de soldados e na capela de Nossa Senhora da Rocha, mas hoje se acha esta já reparada, menos alguns pedaços dos muros e também três casas dos soldados que ainda se acham caídas.

«Grande ruína teve esta freguesia no dito terramoto de 1755, não só em casas, pois caíram 238, mas também na igreja que ficou destelhada, com aberturas e caída por terra muita parte, e na ermida de S. Sebastião, que quási o mesmo estrago sofreu, mas ao presente só falta por reparar a dita ermida; e das casas só se acham sem reparo 42.»

É esta a carta que se encontra no *Dicionário Geográfico*, volume 49; carta que foi escrita pelo pároco de Porches em 1758 e que mais tarde foi remetida para a Tôrre do Tombo.

Silva Lopes caíu em êrro quando deixou traduzir na sua *Corografia do Reino do Algarve* a ideia de que fôra a antiga Vila de Porches Velho a castigada pelo terramoto de 1755. Nesse ano havia já séculos que Porches Velho deixara de existir. Da carta evidencia-se que Porches fôra, com excepção de 42 casas, repovoado depois. Portanto Porches Velho não teria razão de desaparecer por ocasião do terramoto se não tivesse já desaparecido. Em 1755 já a actual povoação de Porches estava assente no monte que hoje ocupa. Parece-nos até que já no ano de 1755 não existia de pé o *castrum* de Porches. E' sabido que D. Diniz mandou construir uma bateria no alto da rocha, em defesa da ermida e dos moradores dos sítios próximos. Foi talvez nesta bateria que se tornaram sensíveis os efeitos do terramoto de 1755.

António Martins

*

* *

Envolvidos nas lutas causadas pela revolução francesa entramos com a Espanha na guerra do Roussilon, fazendo bôa figura. Resumiremos esta história. Quizeram a Inglaterra e a Espanha, nações monárquicas, levantar a luva arremessada pela França às faces das nações monárquicas da Europa. A Espanha achava-se debilitada, e precisava do auxílio de Portugal. O nosso país não tinha vontade de entrar em guerra com a França, mas não sabendo resistir às instâncias da Espanha, auxiliada pela Inglaterra, caíu em declarar guerra à França. Mais tarde a Espanha fez as pazes com a França, e esta nação, querendo vingar-se de Portugal, acordou com a Espanha em acabar com a nacionalidade portuguesa, pelo conhecido tratado de 27 de outubro de 1807 — o tratado de Fontainebleau, pelo qual era dividido em três partes: Entre Douro e Minho, tendo por capital o Pôrto, com uma população de 800:000 almas; o Alentejo e Algarve com uma população de 400:000 habitantes; e finalmente a Beira, Trás-os-Montes e Extremadura, que ficariam em depósito na mão do imperador. A primeira parte formaria o apanágio da rainha da Etrúria, a segunda seria dada ao príncipe da Paz; e a terceira era a parte do leão.

Mais tarde a Espanha percebeu que estava sendo ludibriada pela França, uniu-se a Portugal, e seguiu-se a Invasão Franceza.

Muitas famílias espanholas, fugindo em frente das fôrças francesas, internaram-se em Portugal, e aqui ficaram. Encontramos em Porches o termo de nascimento duma creança que reza assim.

«António, primeiro do nome, filho legítimo de Bento Peres, natural de Castelegos, Arcebispado de Sevilha, e de Ana Sanches, da mesma vila de Castelegos, moradores neste povo; neto paterno de Domingos Gomes e de Catarina Horta; materno de Manuel de Jesus e de Antónia Martins, todos da

mesma vila de Castelegos, e nasceu aos vinte e seis do mês de setembro de mil oito centos e quinze, e foi batizado e lhe foram postos os santos oleos por mim pároco desta igreja, abaixo assinado, aos dois do mês de outubro do dito ano; foi padrinho Sebastião Garcia, natural do Almendro, Arcebispado de Sevilha e ao presente morador no lugar de S. Bartolomeu de Messines; e tocou com a coroa de Nossa Senhora da Encarnação José Martins Batista, tesoureiro eclesiástico desta igreja; de que fiz êste termo. —O pároco Rodrigo Pires Paraíso.

Está conforme. Paróquia de Porches, 7 de abril de 1910.

Pároco—João Crisóstomo de Freitas Ramos.»

Transcrevemos propositadamente aquele termo porque a criança batizada saíu mais tarde de Porches e veio residir em Loulé, onde foi geralmente muito conhecido e estimado sob o nome de António Martins Peres Gomes.

Casou António Martins Peres Gomes com uma sua prima de Vila Nova dos Castelegos, D. Maria Rosa Formosinho, e dêste casamento nasceram Bento Martins Peres Gomes, D. Maria das Dores Martins Correia (falecida), Sebastião Martins Peres Gomes (falecido) e António Martins Peres Gomes.

Casou Bento Martins Peres Gomes com sua prima-irmã, D. Maria Piedras Albas Barbosa Martins, natural de Vila Nova de Castelegos, em 3 de abril de 1875 e dêste casamento nasceram D. Joana Martins Barbosa Domingues, hoje casada com seu primo Francisco Barbosa Domingues, D. Maria das Dores Barbosa Combreira, casada com seu primo José Maestro Peres Combreira, D. Rosa Martins Barbosa, D. Izabel Martins Barbosa, D. Maria do Carmo Martins Barbosa, Sebastião Martins Barbosa e António Martins Barbosa, solteiros.

Em 20 de dezembro de 1909 casou Antonio Martins Barbosa com uma menina, D. Maria das Dores de Castro Barbosa, filha estremecida dos honrados industriais e proprietários Marçal António e

Bento Martins e D. Piedras Ribas

D. Maria das Dores de Castro. Dêste casamento foram paraninfos Bento Martins Peres Gomes, pai do noivo, e Francisco Xavier de Athaide Oliveira, o autor da presente Monografia.

Em 6 de maio de 1911 nasceu daquele casamento uma criança do sexo masculino, que recebeu no batismo o nome do avô paterno. Foram padrinhos Francisco Xavier de Athaide Oliveira e tocou com a coroa da Nossa Senhora, servindo de madrinha, o referido avô paterno Bento Martins Peres Gomes.

Casualmente no mesmo dia em que a criança nasceu, o autor do presente livro lançou no papel as primeiras linhas da presente Monografia. E esta seria uma das razões que levaria o seu autor a dedicar ao seu afilhado êste livro, se outras, como as mais íntimas relações de amisade do seu autor com os bis-avós, avós e pais da criança, e a muita estima para com todos os membros da mesma família, sempre mantida através de mais de trinta anos, não fôssem de per si suficientes para resolver o padrinho a fazer ao seu querido afilhado esta dedicatória.

Tem o padrinho a convicção de que quando o seu afilhado chegue a tomar na devida consideração esta sua lembrança, já não pertencerá ao rol dos vivos, mas também tem a certeza de que seus pais e avós lhe tornarão bem sensível quanto seu padrinho fôra seu amigo e quanto folgava com os seus progressos.

E pedindo desculpa aos seus leitores desta pequena interrupção, entremos no assunto da presente Monografia.

*

* *

De 1820 a 1830 angustioso período correu no Algarve. «Com entusiásmo abraçaram os algarvios— escreve Silva Lopes—a liberdade proclamada no Pôrto em agosto de 1820; deram-se com prazer a gostar os bens, que dela bem arreigada podiam esperar; contando à sua sombra ser aliviados dos males que

os oprimiam; e amargurados sentiram a sua quéda em 1823, sendo muitos perseguidos, e alguns presos. Posto que em outubro de 1826 apontasse ali o govêrno da usurpação, deve êsse labéu ser antes imputado a sórdidos manejos, urdidos por mãos ocultas, e desenvolvidos por indivíduos extranhos ao Algarve: o bom espírito porêm de seus habitantes fêz abortar tão tresloucada tentativa. Malograda por desgraça foi a gloriosa empresa com que em 1828 alguns beneméritos pretenderam sufocar à nascença a hidra da usurpação que por todo o reino alçara o colo. Frustrados êstes esforços tiveram de sucumbir; e mais de mil habitantes do Algarve foram encerrados em lôbregas masmorras; erraram omisiados; ou profugos tiveram de abandonar os seus lares; sofrendo com suas míseras famílias privações e angústias provenientes dos confiscos, e sequestros em que seus bens foram metidos.»

É assim que se exprime o benemérito autor da *Corografia do Reino do Algarve* em referência àquele angustioso período da nossa história.

Chegara D. João VI a Lisboa em 3 de julho de 1820, e logo os ánimos se começaram a indispor entre si, seguindo uns as ideis liberais, outros o legitimismo. De um lado estava o grande partido liberal, que mais tarde se havia de afirmar vencedor; do outro, D. Carlota Joaquina e o seu filho D. Miguel com os seus sequazes.

Em 12 de outubro de 1822 proclamava o Brasil a sua independência; entretanto em Portugal promulgava-se a Constituição em 23 de setembro do mesmo ano, Constituição que nem Carlota Joaquina, nem o patriarca de Lisboa quizeram jurar. Como nota curiosa vamos aqui transcrever a carta que a rainha escreveu ao rei quando lhe impozeram o desterro como castigo de não prestar aquele juramento.

«Senhor—recebi a noite passada por mão de um dos vossos ministros a ordem para saír dos vossos Estados. Eu vos perdôo. Eu me compadeço de vós do fundo do meu coração. Todo o meu despreso, todo o meu ódio, serão reservados para aqueles que vos cer-

António Martins Barbosa

D. Maria das Dores Barbosa

cam. Eu serei mais livre no meu desterro do que vós no vosso palácio. Levo comigo a liberdade. Meu coração não está escravizado. Ele nunca se humilhou na presença daqueles vassalos rebeldes, que ousaram impôr-nos leis, e que queriam forçar-me a um juramento que a minha consciência regeitara. O mundo dirá!: a rainha conservou intacta a magestade do diadêma. Partirei brevemente, mas para o lugar do descanso, onde dirigirei meus passos!».

E' claro, apesar do entono soberbo desta carta a rainha não chegara a pensar em desterrar-se. O que a rainha queria era criar atritos ao marido a quem ela não amava e contra quem só combatia. Carlota Joaquina detestava o marido, e êste via-se sem o consolo da família. Diz Pinheiro Chagas: «D. João VI quási não tinha família; sua mulher detestava-o; as infantas que viviam junto dêle não lhe tornavam a existência agradável; D. Ana de Jesus não tinha olhos senão para o duque do Loulé, mais tarde seu marido; D. Izabel Maria já era sêca e reservada; e D. Maria da Assunção ralava-se de saudades pelo seu querido irmão D. Miguel.»

Por isso desde a chegada do Brasil a vida de D. João VI foi um continuado martírio.

Estava-se em 1826. Ratificara-se o tratado da independência do Brasil. D. João VI sentia-se fraco e doente, e porque se sentia doente, nomeou uma regência para governar o reino durante a sua doença. Pouco tempo sobreviveu a essa nomeação. Eis o que foi D. João VI na opinião de Pinheiro Chagas:

«Mas no decurso da sua vida o que é certo é que não mostrou nunca senão uma fraqueza que foi a causa principal de todas as suas desventuras: fraqueza perante a França que não lhe evitou a invasão de 1807; fraqueza perante as côrtes, que lhe não evitaram a constituição de 1822; fraqueza perante os *ultra* que lhe não evitou a *abrilada;* fraqueza perante os brasileiros que lhe não evitou a separação do Brasil. Os acontecimentos escarneciam dêle. Quando aconselhava aos seus povos que recebessem os fran-

ceses como amigos, fugia dêles e das dádivas que êles lhe enviavam ainda pela bôca dos canhões de S. Julião. Quando se declarava liberal exaltado, era arrastado para a *vilafrancada*. Pobre rei sempre muito mais ministerial do que os seus ministros, e condenado sempre a demiti-los quando menos o esperava!»

Assim se exprime o nosso arguto escritor em relação a D. João VI. E quási aceitamos a doutrina consignada pelo mesmo escritor quando escreve: «há reis fracos e bondosos que são os precursores das nossas liberdades. Assim como Jaime II foi o precursor da constituição inglesa, como Luís XVI foi o precursor do novo regime em França, assim D. João VI foi o precursor da liberdade em Portugal.»

Faleceu D. João VI em 10 de março de 1826; logo a regência tratou de nomear uma comissão que fôsse ao Brasil participar a notícia da sua morte, e entretanto D. Pedro era aclamado em Lisboa e em seu nome eram publicados os actos oficiais, sem contestação alguma. Em 2 de maio de 1826 D. Pedro IV fêz o seu acto de abdicação em favor de sua filha. Corria tudo às mil maravilhas, quando se começou a espalhar em Lisboa que D. Pedro ia conceder uma Carta Constitucional. Apenas correu esta notícia foi grande a alegria dos liberais e a fúria dos absolutistas. Esta fúria dos absolutistas encontrava-se no seu estado rubro em 1830.

CAPÍTULO VII

1830 a 1911

Abre êste capítulo numa das épocas mais tristes da nossa história. Com entusiasmo tinham os algarvíos abraçado a liberdade proclamada no Pôrto em agosto de 1820, mas em 1826 surgia o gérmen da usurpação, em 1828 via-se malograda a gloriosa empresa de a combater, e mais de mil habitantes do Algarve foram encerrados em lôbregas masmorras, erraram homisiados, e abandonaram o seu país.

Até 26 de maio de 1834 o Algarve estava sujeito a toda a qualidade de perseguições. Se o desembarque da divisão expedicionária comandada pelo inclito duque da Terceira, em 24 de junho de 1833, alentou os ánimos dos constitucionais, efémera foi a sua influência e aqui mesmo em Porches vamos ver qual a fortuna dos que se achavam alistados no partido liberal. Esperavam ainda assim os devotados liberais que o seu mal-estar tivesse fim em 24 de maio, com a convenção de Evora Monte, mas enganaram-se os liberais. Confiaram de mais nas virtudes dos seus partidários, pois que, em o entender dos contemporâneos foram as ambições dêsses liberais que deram origem a graves represálias. Quando em todo o Portugal os liberais já disfrutavam as liberdades proclamadas, o Algarve continuava sob o vexame de um partido guerrilhento que levantara armas contra a pátria, por não poder sofrer os vexames liberais!...

O povo de Porches alimentava partidários de ambos os lados. Havia legitimistas ferozes e liberais desalmados. Não faziam talvez diferença na ambição.

Em um dia, certo lavrador recebeu de um afilhado, a quem muito beneficiara, um tiro, que o lançou no outro mundo. Antes da morte tão infame, pedia o padrinho ao afilhado que o não matasse, e no intuito de se livrar do canalha, abraçou o pai do facínora. Este facínora então abriu uma navalha, de um golpe cortou os dedos do padrinho que o prendiam ao pai, e atirou-o à rua, matando-o com um tiro. Remexido, o comandante da guerrilha, quando foi informado da infâmia, mandou chamar o criminoso e increpou-o. Defendeu-se, dizendo que o padrinho informara mal dêle às autoridades superiores. Era uma falsidade, por isso Remexido entendeu praticar um acto de justiça, mandando que fôsse fuzilado e assim sucedeu.

O Algarve, porêm, não teve só de lamentar o que sofreu até o momento da Convenção de Evora Monte. Sofreu muito mais talvez da guerrilha do Remexido, até que se conseguiu a sua prisão.

Por diversas vezes entraram os guerrilhas em Porches, e de cada vez saíam lavando as mãos em sangue. (C).

Em 1838 foi prêso o Remexido, sendo julgado e condenado à morte.

Em 1834 passou a freguesia de Porches do julgado de Silves para Lagôa. Os habitantes de Porches, levados daquela sentença: — *não sirvas a quem serviu* — não receberam com grande entusiasmo esta passagem de situação.

Em 1841 foi publicada a *Corografia do Reino do Algarve* pelo seu autor João Baptista da Silva Lopes. E' um livro que honra o nome do seu autor. Demandou certamente grande cópia de trabalho; e sôbretudo foi muito feliz na escolha dos seus auxiliares.

Neste livro há selecta escolha de apontamentos principalmente na sua parte topográfica, que os nossos modernos escritores teem copiado, sem lhes prestar a devida crítica. Com referência a Porches, diz o seguinte: «Porches, outrora povoação com castelo forte,

de que El-Rei D. Afonso III fêz doação com suas igrejas e outras terras e herdades em Faro e mais partes do Algarve, em fevereiro de 1252, a D. Estevão Anes, seu chanceler.»

Antes de passar adiante devemos notar um equívoco em que caíu o nosso escritor Silva Lopes; houve duas doações de D. Afonso III ao seu chanceler: uma do *Castro* de Porches, quando ainda El-Rei estava em Faro, datada de fevereiro de 1250; a outra é datada de 4 de agosto de 1251, quando El-Rei se encontrava em Coimbra, e nesta doação fêz êle presente ao mesmo chanceler do herdamento que Abozaala e sua mulher Zaforona, mouros, tinham em Santa Maria de Faro e em todo o Algarve. Na primeira apenas se refere ao *Castro* de Porches e a tudo o mais que se compreendia dentro dos seus limites; na segunda refere-se aos bens dos citados mouros em Faro e em outras terras do Algarve. Não transcrevemos esta segunda doação porque nela se não compreendem bens alguns situados em Porches.

Continua Silva Lopes, o benemérito autor da Corografia mencionada:

«D. Dinis deu foral a seus moradores em 20 de agosto de 1286; D. Pedro I confirmou seus privilégios e D. Fernando uniu o seu julgado ao termo de Silves, por carta de 30 de janeiro de 1370. Hoje em dia é uma pequena aldeia situada em um outeiro na estrada que vai de Lagôa para Albufeira; e que passa por uma das suas ruas, por sinal muito mal calçadas e pouco limpas.»

Era assim em 1841. Então a estrada de Lagôa para Albufeira atravessava uma das ruas bem mal calçadas de Porches. Mais tarde porêm foi construida a estrada a mac-dam do litoral do Algarve e então esta estrada atravessa ao lado norte de Porches a distância de alguns metros, comunicando-se com Porches por intermédio de dois ramais.

Continua o mesmo escritor:

«Pelo terramoto caíram 238 casas e parte da igreja paroquial, que foi reparada e tem 4 altares.

A freguesia está espalhada, na maior parte, por casais entre fazendas de vinhas, figueiras, oliveiras, amendoeiras e menos alfarrobeiras; terreno de caliças e areias em geral; pouca produção de trigo, mais cevadas e centeios. Os dízimos da massa grossa chegaram a 500$000 réis, ultimamente estavam por 300$000; os vinhos por 40, e os furões por 30, tendo andado antes aqueles por 100, e êstes por 150$000 réis. A menos de meia légua a E. da povoação e outra meia a N. da Nossa Senhora da Rocha fica o sítio denominado *Porches o Velho,* onde foi a antiga povoação e castelo, de que poucos vestígios aparecem; tem-se porêm encontrado naqueles arredores alguns sarcófagos, alicerces de edifícios antigos, o que bem indica ter sido ali a primeira povoação, a cujos moradores foi concedido o foral e privilégios que ficam apontados; em seu lugar estão hoje árvores que denotam seculos de antiguidade.

«Confina com o mar pela banda de N. Senhora da Rocha, ermida dentro da fortaleza, situada em uma ponta de terra, que se mete 160 passos pelo mar. Sofreu também muito com o terramoto; ali se fêz uma feira franca a 15 de agosto, em que se celebrava a festa de N. Senhora; fica-lhe Lagôa a O., Silves a N. e Alcantarilha e Pêra a E. Foi ultimamente desanexada do termo de Silves e encorporada no de Lagôa, donde dista uma légua.»

2.º

Em o *Portugal Antigo e Moderno,* volume 7.º, correspondente ao ano de 1876, em que êste volume foi publicado, lê-se o seguinte artigo:

«Porches—Algarve—comarca de Silves, concelho de Lagôa, da qual dista 6 quilómetros. Foi do concelho de Silves, do qual dista 8 quilómetros, como de Faro dista 40 quilómetros, e 240 ao sul de Lisboa.

«Tem 270 fogos. Em 1757 tinha 139 fogos. Orago Nossa Senhora da Encarnação. Bispado do Algarve, distrito administrativo de Faro. O bispo

apresentava o cura que tinha 120$000 réis de rendimento.

«Foi vila e cabeça de um julgado; e teve um forte castelo, do qual D. Afonso III fêz doação com suas igrejas e outras terras e rendas em Faro e outras partes do Algarve—em fevereiro de 1252 a D. Estevão Anes, seu chanceler.»

(Já acima explicamos o que havia de verdade nesta doação).

«D. Dinis lhe deu foral em Lisboa a 20 de agosto de 1286. D. Pedro I confirmou êste foral; e o rei D. Fernando mandou unir o julgado de Porches ao termo de Silves por carta régia de 30 de janeiro de 1370. Assim perdeu a sua autonomia e o título de Vila.

«A povoação é situada em um outeiro, sôbre a estrada que vai de Lagôa para Albufeira. Esta estrada passa mesmo no centro da povoação e por uma das suas ruas.

«Ainda em 1755 era uma povoação grande e importante, mas o terramoto dêsse ano lhe destruiu 238 casas e parte da igreja matriz, que, pouco depois, foi reparada.

«A maior parte da freguesia está espalhada por casas, entre vinhas, figueiras, olivedos, amendoeiras, alfarrobeiras e searas de trigo e centeio.»

A actual Porches não é a primitiva povoação; esta ficava a E. a 2 e meio quilómetros de distância, e 3 ao N. de Nossa Senhora da Rocha, no sítio ainda hoje chamado *Porches Velho*. Aqui é que existiu o castelo, do qual apenas existem vestígios, assim como da antiga Vila.

«Teem-se aqui achado algumas sepulturas antigas e alicerces de edifícios. Foi também a esta extinta povoação que se deu foral.

«O chão onde existiu a antiga vila está hoje ocupado por arvoredo, que denota já séculos de idade.

«Pelo sul confina esta freguesia com o mar, e capela de Nossa Senhora da Rocha, ermida construida dentro da fortaleza, que está em uma ponta de terra

que se mete pelo mar, a uns cento e cincoenta metros. Tanto a ermida como a fortaleza sofreram pelo tremor de terra de 1 de novembro de 1755.

«Fêz-se aqui uma feira a 15 de agosto, havendo então uma grande romaria a N. Senhora da Rocha.»

«A fortaleza onde está a capela de N. Senhora da Rocha foi construida sôbre um rochedo, de onde vem o nome à Senhora. A ermida, que é grande *(ao contrário — pequeníssima)* conta alguns séculos, mas não se sabe quando e por quem fôra construida. E' tradição que a Imagem da Senhora foi achada sôbre a rocha, onde logo se lhe construiu uma ermida, que mais tarde foi reedificada, ampliada e erigida em matriz de uma paróquia. Como porêm ficasse na extremidade da freguesia, se construiu a actual matriz, pelos anos de 1560, ficando a antiga reduzida a capela, como hoje está.

«Consta que a fortaleza foi mandada construir pelo rei D. Dinis, não só para defesa da capela, que já então existia, como para defender os povos dêstes sítios das freqùentes entradas dos mouros africanos, que vinham aqui saquear e cativar.

«A povoação de Porches a 4 quilómetros ao N. do oceano é pouco distante do cabo pequeno do Carvoeiro, que fica ao S. O. O Carvoeiro pertence à freguesia de Lagôa.»

3.º

Em 1911 foi publicado o 5.º vol. do *Dicionário Portugal;* neste lê-se:

«Porches — Povoação e freguesia de N. S. da Encarnação, da província do Algarve, concelho de Lagôa, comarca de Silves, distrito de Faro, bispado do Algarve; 294 fogos e 1:505 habitantes. Tem escola do sexo feminino e estação postal. Dista 5 quilómetros da sede do concelho e está situada num outeiro,

na estrada real de Vila Nova de Portimão a Faro. O bispo apresentava o cura, que percebia 120$000 réis de rendimento. Foi vila e cabeça de um julgado, e teve um forte castelo, do qual D. Afonso III fêz doação a Estevam Anes, seu chanceler, em fevereiro de 1252, juntamente com suas igrejas, e outras terras e rendas em Faro e noutras partes do Algarve. El-Rei D. Dinis lhe deu foral em Lisboa, a 20 de agosto de 1286, que D. Pedro I confirmou. El-Rei D. Fernando ordenou que a freguesia de Porches fôsse unida ao termo de Silves por carta régia de 30 de janeiro de 1370. Assim perdeu a sua autonomia e o título de vila. Em 1755 *era ainda* uma povoação importante, mas o terramoto dêsse ano destruiu-lhe 238 casas e parte da igreja matriz, que pouco depois foi reparada.» (Já a êste tempo se achava construida a actual povoação de Porches).

«A maior parte da freguesia está espalhada por casais, entre vinhas, figueiras, oliveiras, amendoeiras, alfarrobeiras, searas de trigo e de centeio. O primitivo assento desta povoação era a E. a alguns quilómetros de distância e 3 ao N. da capela de Nossa Senhora da Rocha, no sítio ainda hoje chamado *Porches Velho*. Aqui existiu um castelo do qual apenas restam vestígios, assim como da antiga vila. *(Hoje nada resta)*. A' antiga povoação é que foi dado o foral e ali se teem encontrado algumas sepulturas antigas e alicerces de edifícios. A capela de N. Senhora da Rocha está dentro da fortaleza, que fica numa ponta da terra que se mete pelo mar, a uns 150 metros. A fortaleza foi construida sôbre um rochedo, donde vem o nome à Imagem. Consta que é construção de El-Rei D. Dinis, não só para defesa da capela, que já então existia, mas para defender os povos dêstes sítios das freqùentes entradas dos mouros que vinham saquear e cativar. A capela é grande, muito antiga, e não se sabe quando e por quem fôra edificada. E' tradição que a Imagem da padroeira foi achada sôbre a rocha, onde logo se lhe edificou uma igreja, que mais tarde foi ampliada e erigida em matriz da povoa-

ção. Como porêm ficasse na extremidade da freguesia se construiu a actual igreja em 1560. Porches pertence à 4.ª divisão militar e ao distrito de recrutamento e reserva n.º 17 com a sede em Lagos.»

Fizemos apenas a transcrição daqueles três artigos porque bastam êles para se fazer uma ideia do juízo em que Porches era tido em tempos passados.

Como se vê da sua leitura, tanto o artigo do *Portugal Antigo e Moderno,* como do *Dicionário Portugal,* reduziram-se em grande parte a copiar o artigo publicado na *Corografia do Reino do Algarve,* de Baptista Lopes, publicada em 1841.

Em os três artigos encontram-se notícias que hoje não teem razão de ser. Diz-se por exemplo que havia em Porches uma feira; essa feira deixou de existir. Diz-se que a povoação era atravessada pela estrada que de Alcantarilha se dirigia para Lagôa, e contudo hoje essa estrada foi substituida pela estrada a mac-dam, que de Vila Real de Santo António se dirige para Lagos, e mais tarde se dirigirá para Sagres.

Dadas pois todas estas explicações é tempo de entrar na segunda parte da presente Monografia.

ACTUALIDADE

CAPÍTULO IX

§ 1.º

Situação

A povoação de Porches, o novo, ou simplesmente Porches, ergue-se sôbre um pequeno outeiro, de onde se disfruta, sobretudo para o nascente, uma vista ampla, limitada ao longe pelos sêrros que emergem nas freguesias de Messines, Alte, Paderne e Loulé. A sua freguesia, na maior extensão, assenta em terrenos de areia, tendo uma pequena parte de terrenos denominados barrocal.

Confronta do nascente com a freguesia de Alcantarilha, do norte com esta, Silves e Lagôa, do poente com esta e do sul com o oceano.

Faz parte do julgado e concelho de Lagoa, de cuja sede dista 4 quilómetros e pertence à comarca de Silves, de cuja sede dista 10 quilómetros. Está situada 40 quilómetros ao O. de Faro, e 240 ao S. de Lisboa.

Pertenceu ao concelho de Silves até 1834. Na matriz do concelho de Lagôa estão inscritos como pertencentes à freguesia de Porches—2:098 prédios, sendo 118 urbanos e 1:980 rústicos. O rendimento colectável dos prédios urbanos é de 374$767 reis e o dos prédios rústicos é de 15:993$167 reis.

§ 2.º

Clima

O clima desta freguesia é temperado. Está esta freguesia assente na zona, tendo por limite a norte

uma linha que passa por Cacela, Salir, Silves até Lagos.

As serras, erguidas ao norte d'esta freguesia, de Messines, Alte e Silves, servindo de barreira aos ventos do norte, e a predominância dos ventos do mar, a certas horas do dia, exercem benéfica influência no clima, suavisando a temperatura tanto no inverno como no verão. Por isso nesta freguesia encontram-se organismos botânicos que denunciam evidentemente acharem-se sob a influência da 7.ª zona.

§ 3.º

Flora e Fauna

A flora da freguesia de Porches, como de todas as freguesias do Algarve, é assaz rica, compreendendo quási todas as espécies vegetais dos países temperados, e grande número de produções africanas como a alfarrobeira e a palma, originárias da África, e ainda outras plantas exóticas.

Por isso encontram-se nesta freguesia as seguintes árvores de fruto: a laranjeira, a figueira, a pereira, o pessegueiro, a nespereira, a oliveira, a amendoeira, a vinha e outras árvores bem conhecidas; e bem assim dão-se perfeitamente o trigo, o milho, o centeio, a cevada, aveia e toda a espécie de legumes. E' já importante a colheita da batata, etc., etc.

Com relação à sua Fauna temos: além dos animais domésticos (boi, carneiro, cabra, porco, cavalo, jumento, cão, gato, galo, pombo, pato e o peru) que são comuns a todo o Algarve, encontram-se ainda mais de 30 espécies de mamíferos (coelho, lebre, raposa, toupeira, texugo, morcego, ouriço); uma variada colecção de aves (coruja, corvo, perdiz, rôla, melro, tordo, rouxinol, canário, pintassilgo, pardal, andorinha, etc., etc.); e ainda alguns *reptis* (lagarto, cobra, etc.), os seguintes *batràquios,* rã e sapo, e grande variedade de insectos, alguns dos quais de

grande utilidade, como a abelha, e outros nocivos como o mosquito e a filoxera.

Além dos animais mencionados e que teem a sua existência fixa nesta freguesia, encontram-se em épocas determinadas aves de arribação, que constituem o prazer do caçador.

O mar que cerca esta freguesia pelo sul é abundante de muito e bom peixe.

§ 4.º

Hidrografia

Parece que nos tempos de D. Afonso III havia ao norte da freguesia de Porches um rio de água doce, pois que na carta de doação feita por aquele monarca ao seu chanceler do castelo de Porches diz-se:

«Faço doação do castelo de Porches... *com toda a pescaria tanto do mar como da água doce.*»

Se houve rio, êsse obliterou-se como sucedeu ao *rio sêco* de Salir, ao rio sêco de Faro, que ligava Estoy com Faro, e a muitos outros rios actualmente sêcos e que em séculos passados transportavam grandes volumes de água.

Hoje sómente existem nesta freguesia duas ribeiras ou ribeiros: um que desagua na praia do Vale de Olival, junto do Quintão, e outro próximo da Senhora da Rocha, em frente. A esta ribeira chamam o *Barranco*. E' até muito possível que nesses tempos as ribeiras fôssem mais importantes e criassem em seus pegos peixes, como ainda hoje vemos em algumas ribeiras do nosso Algarve.

Actualmente aquelas duas ribeiras ou ribeiros sómente conservam água durante o inverno.

§ 5.º

Hidrografia da costa

Escreve Silva Lopes:

«Da Ponta de Albufeira até ao Cabo Carvoeiro forma a costa uma espécie de enseada, em cujo centro está a aldeia e forte arruinado de Santo António de Pêra. Daquela vila até esta aldeia é o terreno contíguo ao mar como retalhado em pequenos e escarpados istmos de terra de diferentes côres, entre os quais se avistam várias cavernas...

«Na Ponta da Pedra da Galé, que fica duas milhas a O. da de Albufeira, se deitava antigamente uma armação de atum, muito piscosa sim, mas que arruinava sobremaneira as redes por ser o fundo muito pedregoso e correrem muito as águas. Naquela Ponta começa a famosa praia que se estende até à Senhora da Rocha, em cujo centro se acha a povoação de Pêra da armação. Esta praia é bastante limpa... Nesta Ponta da Senhora da Rocha, a duas milhas e meia, a O. de Pêra, está um forte, ou antes tôrre de vigia do tempo dos mouros, construido sôbre um alto, alguma cousa saliente, que forma duas enseadas com um fundo, abrigadas dos ventos do N. O. N. E. Pouco mais a O. fica o Cabo Carvoeiro.

«Um pouco a E. dêste Cabo se deu uma renhida e crua batalha naval em agosto de 1554, entre a esquadra da guarda costa do Algarve, composta de 4 galés, 3 patachos e duas caravelas, comandada por D. Pedro da Cunha e a do famoso corsário turco Xaramet-Arraes, composta de 8 galés bem providas de gente e artilharia. Saíu o corsário de Argel buscando os portugueses na direcção de Tavira; ali estava o general português, e logo que teve notícia dos mouros, fêz embarcar gente a toda a pressa, acompanhando-o voluntáriamente alguns mancebos da cidade, e saíu em demanda dêles, sem embargo da desigualdade das fôrças. Encontraram-se já sôbre a terra e

travaram combate, não podendo entrar em acção os patachos e as caravelas por escassear o vento. Durou o combate até alta noite, ficando cativo o corsário com a sua galé e mais três, uma delas tão crivada de balas, que logo foi a pique com toda a tripulação. Nas outras se deu a liberdade a 220 cristãos cativos que traziam a rêmo, e foram aprisionados quási 100 turcos, e com estes presos entrou o comandante português em Lisboa.

«Entre as tradições de Porches figura êste combate, cuja vitória é atribuida à intercessão da Senhora da Rocha.»

§ 6.º

Orografia e planuras

Assenta a freguesia de Porches sôbre um plano mais ou menos ondeado, mas sem altos. A sede desta freguesia está erguida sôbre um pequeno outeiro, de onde se disfruta uma bonita vista, pois que as serras de Silves, Messines e Alte estão distantes e só ao longe limitam essa vista. A' proporção que a freguesia se estende para o norte vai-se erguendo o plano, e tanto que a Senhora da Rocha, limite ao norte da mesma freguesia, está situada a 32 metros de altura sôbre o nível do mar.

§ 7.º

Vias de comunicação

Saem da povoação de Porches dois ramais que se vão meter na estrada do litoral, de Vila Real de Santo António para Sagres. Um dêstes ramais dirige-se para nascente, o outro para poente. Cada um tem apenas alguns metros de extensão.

Se a câmara de Lagôa tomasse interesse por esta freguesia teria já realizado um ramal para as Fontes da Matosa, outro para a estação da via fér-

rea mais próxima—o Poço Barreto, outro para a Senhora da Rocha e, finalmente, outro para Armação de Pêra.

A câmara porêm despresa por completo esta freguesia, e tanto que, obrigando o médico municipal a visitar semanalmente Estombar e Ferragudo, não lhe impõe igual obrigação a Porches. Por que razão estabeleceu Lagôa uma excepção tão odiosa para a freguesia de Porches?

§ 8.º

Agricultura

A freguesia de Porches é, na sua máxima parte, composta de agricultores, que nestes ultimos anos se entregam à cultura das suas propriedades com bastante esmero e cuidado. Conhecemos ainda esta freguesia, principalmente ao norte, quási exclusivamente povoada de pinheiros; hoje muitos dêsses pinheiros desapareceram, sendo substituidos por excelentes vinhedos, que constituem talvez o seu producto mais importante.

Encontram-se igualmente outras árvores de fruto muito apreciadas. A amendoeira imprime com a sua flor no princípio do ano uma graça especial àqueles sítios; e o seu fruto hoje constitui um artigo importante ao lavrador. Costumavam os nossos lavradores dizer sob uma forma sentenciosa:

ano de amendoa
nunca cá venha

e isto porque a amendoeira para que o seu fruto vingue exige um clima especial que não agrada aos outros frutos agrícolas. Todavia é certo que nestes últimos anos a amendoa tem auxiliado muito o lavrador, sem que tenha prejudicado outros frutos agrícolas.

Também é esta freguesia muito povoada de fi-

gueiras, oliveiras, alfarrobeiras e sobreiros, que o lavrador cultiva com cuidado, tirando elevado juro dos capitais que empregou nas cultivações.

O que escrevemos da agricultura da freguesia do Estombar tem aqui toda a aplicação.

§ 9.º

População

Das estatisticas publicadas na *Corografia do Reino do Algarve,* e que certamente não oferecem muita segurança, apuramos que Porches em 1722 tinha 127 fogos com 483 almas—em 1802 tinha 147 fogos com 634 almas—em 1837 tinha 160 fogos com 646 almas.

No censo de 1900 dá-se à população desta freguesia 1:306 habitantes, sendo 656 do sexo masculino e 651 do feminino; no documento, porêm, passado pelo actual reverendo pároco de Porches, encontramos a população da freguesia assim mencionada: 306 fogos—1:031 almas, sendo 492 do sexo masculino e 539 do feminino.

Do que deixamos exposto a única conseqüência a tirar é a seguinte: que no censo oficial da população de Porches do 1.º de dezembro de 1900 se procedeu muito irregularmente, pois que se deu àquela freguesia naquele ano uma população a que ainda não atingira em maio de 1911!

E é assim que se cumpre a obrigação de formular estatisticas verdadeiras!

Explica-se em certo modo êste aumento à população: é que o encarregado de formular a estatistica tinha um prémio pecuniário consoante o número de fogos que *arranjava.*

§ 10.º

Instrução primária

Em Porches há sómente uma escola oficial de instrução primária para as crianças do sexo masculino. A câmara entendeu que a mulher não tem direito a saber ler, pois que nem ao menos permite a Porches uma escola mista.

Não sabemos explicar o motivo desta má vontade da câmara para com tudo que é de Porches. Naturalmente é porque Porches é das freguesias do concelho a mais moderna.

Efectivamente não encontramos em Porches um acto qualquer que se possa atribuir a bôa vontade da câmara para com esta freguesia. Não tem estradas, devendo tê-las; nega-se-lhe a visita semanal do médico, graça que sempre tem dispensado a Estombar e Ferragudo; e, por último, nem mesmo consente uma escola de instrução primária mista!...

Supuz que a câmara municipal de Lagôa, coerente com a propaganda do ensino, que tem sido inegavelmente sustentada pelo partido rèpublicano, criaria imediatamente uma escola de meninas em Porches. Qual história! Tendo aumentado grandemente o numero de escolas de instrução primária desde 5 de outubro de 1910, em Lagôa nem se pensou ao menos nisso!...

Por muito favor não tem metido na cadeia o pai ou o tutor que tem mandado ensinar suas filhas a ler. Contenta-se apenas em não lhes dar mestra.

E não nos admiraria se os mandassem prender.

Desejando ilustrar a Monografia de Porches, como tinhamos procedido com a de Estombar e outras, pedimos a um amigo, muito digno eclesiástico, da freguesia de Loulé, se dirigisse com a sua máquina fotográfica a Porches e tirasse algumas vistas mais importantes daquela freguesia. Nesse sentido dirigiu-se aquele nosso amigo àquela freguesia, e, acompanhado do

reverendo pároco de Porches, tirou algumas vistas, muito principalmente da Ermida da Senhora da Rocha. Quando já se encontrava em Loulé, foi chamado à administração do concelho, a fim de que explicasse ao respectivo administrador o que andava a fazer nas alturas da Senhora da Rocha com uma coisa na mão a dar sinais para o mar. Ficou o digno eclesiástico muito surpreendido com a *acusação,* e respondeu contando toda a verdade e mostrando até algumas fotografias, que a autoridade administrativa muito apreciou. Dadas as explicações, a auctoridade pediu desculpa ao eclesiástico de o ter incomodado.

Segundo constou, o padre fôra acusado de andar pelas alturas da Senhora da Rocha a fazer comunicações para a esquadra que se dizia do Couceiro, à maneira de telégrafo sem fios!...

Pois é uma injustiça que se faz a Porches não lhe dando a verdadeira instrução.

Está demonstrado que esta freguesia tem aptidões muito notáveis. Em questões desta ordem argumentamos com factos. Porches não desmerece de Lagôa. Sem remontar muito alto vamos indicar o nome dum cavalheiro, filho de Porches, e que muito tem honrado a sua terra: Joaquim Pereira da Silva Negrão, capitão de infantaria.

Em Porches nasceu José Gregório de Assunção Cabrita, que faleceu pároco colado em Lagôa. Em Porches nasceu António da Silva Martins, que por muitos annos foi inteligente coadjutor da freguesia de S. Bartolomeu, de Messines, e actualmente vive em sua casa, administrando os seus bens. Em Porches nasceu Inácio dos Santos da Silva Negrão, actual pároco colado de Lagôa. Em Porches nasceu Joaquim A. Vieira, actual pároco colado na freguesia de Estombar; e finalmente é de Porches o reverendo José da Silva Lola, actualmente coadjutor da freguesia de Salir.

§ 11.º

Hidrologia

Nesta freguesia apenas damos notícia de um poço mandado abrir pelo falecido padre José Gregório da Assunção Cabrita, que faleceu sendo pároco da freguesia de Lagôa. Este poço foi aberto em propriedade sua no sítio dos *Padrões,* e logo foi baptizado pelos vizinhos com o nome de *Nora*. Mais tarde foi o reverendo eclesiástico instado para a venda daquela propriedade. Vendeu-a, mas foi consignado no documento que o poço ou a *Nora* não entrava na venda, por isso que êle a reservava para o povo. E assim aquele poço é hoje do público. Há ainda outro poço próximo do Quintão, na praia do Barranco de *Vale do Olival.*

Na povoação de Porches não há poços, nem fontes: há simplesmente as cisternas, mas em abundância. Na freguesia de Porches adopta-se um sistema de poços exactamente como em Monte Gordo, junto de Vila Rial de Santo António: Em qualquer sítio onde o terreno é todo de areia fazem uma cova ou um buraco, metem-lhe dentro uma barrica, ou duas, uma sôbre a outra, e está o poço feito. No dia seguinte encontram a cova cheia de bôa água, certamente filtrada do mar. Em sítios desta freguezia, para o norte, encontram-se êstes poços.

§ 12.º

Comércio e indústria

A freguesia de Porches é essencialmente agrícola. A sua labutação é toda cavar a terra, cultivar. Os proprietários vendem os seus frutos directamente ao comerciante de Lagôa ou Portimão; ou então aos comissários que as casas comerciais daquelas duas vilas, ou ainda de Silves, mandam a Porches entender-se directamente com o lavrador.

O comércio, pois, em Porches consiste na venda dos produtos agrícolas desta freguesia aos negocian-

tes estranhos à freguesia que depois os revendem ao estrangeiro.

A sua indústria é igualmente limitada. Há simplesmente a pequena indústria, exercida pelo sapateiro, alfaiate, etc., etc. As mulheres, quando nos campos não há trabalhos agrícolas em que elas possam ocupar-se; entregam-se à indústria da palma, fazendo ceiras, golpelhas, alcofas, etc. Compram a palma, pois que a que existe dentro da freguesia é muito curta. Cresce espontaneamente no campo, mas não a guardam com cuidado, e por isso é logo roída pelos animais.

Há também a indústria do azeite. No povo há um lagar pertencente ao muito reverendo padre António Martins; há também algumas fábricas de distilar águardente.

§ 13.º

Emigração

Que nos conste apenas três filhos desta freguesia largaram a mãe pátria e foram prestar serviços ao estrangeiro.

De há uns anos a esta parte tem saído do Algarve um grande número de operários e trabalhadores para o Brasil e Argentina. As crises agrícolas muito teem contribuido para êste estado desgraçado.

CAPÍTULO X

Origem da palavra Porches

Envidamos esforços no intuito de descobrir a origem da palavra Porches, que nos parece não ser portuguesa. As tradições, que são sempre férteis em resolver êstes problemas, manteem-se mudas em relação a Porches. Chegamos a pensar que o nome actual seja corrução de outro muito antigo. Ouvindo a êste propósito a opinião autorisada do nosso excelente colega e amigo, padre José Gonçalves Vieira, respondeu-nos:

«Tenho por certo que Portimão nunca foi terra amuralhada em antigos tempos por lhe faltarem as condições de combatividade exigidas então para o levantamento de fortalezas e por não haver aqui razão para um castelo, tendo ao lado, e muito perto, os de Alvor e Portimão. Nas côrtes gerais de 1475 a 1477, em que se tratou do cêrco de Portimão, nenhumas referências se fêz a antigas fortificações, parecendo por isso que eram novas as que se iam levantar. Isto induz-me a crer que o *Porcimunt* a que se refere expressamente o *Cruzado,* que escreveu o *Roteiro* da conquista de Silves no tempo dos cruzados, não era Portimão e sim Porches. Ora Porches era um pôrto avançado de Silves como Estombar, Monchique (Alforce) e Paderne, e porque não seria Porches êsse castelo que o *Cruzado* baptizou com o nome de Porcimunt?»

Realmente não se explica a existência dêsse castelo em Portimão para sómente se conservar mudo e quêdo.

Cavalgaram os almagraves do mestre D. Paio

Vista geral do povo de PORCHES tirada do alto do Inferno

Peres Correia e partiram de Aljustrel, passaram a serra pela tôrre de Ourique e chegam a Estombar e tomam posse de Abenabeci à fôrça de armas, e o castelo de Portimão assiste sem dar voz de guerra contra os inimigos!...

Antes porêm de D. Paio ter descido de Aljustrel e tomar posse do castelo de Estombar, passaram pelo rio Portimão as náus dos cruzados a sitiar Silves. Passaram a Alvor e foram informados que outras náus da mesma proveniência tinham destruido o castelo de Alvor e matado 5:600 pessoas; e depois passaram ao lado de Portimão; pois bem, nem de uma nem de outra vez, o castelo *Porcimunt* deu sinal de si! Por isso seguimos a opinião do reverendo Gonçalves Vieira que sustenta que Porcimunt não é Portimão e sim Porches. Chamava-se pois no antigo tempo Porcimunt o que actualmente se chama Porches. Caiu-lhe a última sílaba e a palavra *Porci* transformou-se com o tempo em Porches. (D).

*
* *

Outros afirmam que a palavra Porches é de origem lusitana, e como tal passou para a língua espanhola com a mesma redacção e significação que tem na língua portuguesa.

«Porche — El espacio descubierto y por lo comum cercado de porticos, que hay en algunos edificios. — Anden o sitio descubierto que seule haber delante de los tiemplos y palacios, por lo regular enlasado y mas alto que el piso de la calle.»

E neste ponto de vista o nome de Porches é bem dado ao local em que Porches Velho está situado. Este sítio está sobranceiro ao mar e aos sítios vizinhos; está num pico mais elevado; forma, como escreve Estácio da Veiga, uma espécie de parapeito, de onde o observador se compraz em dominar com a vista os sítios próximos. Esta palavra — dizem — conservou-se na língua espanhola, mas desapareceu da portuguesa.

O abade de Miragaia, continuador do *Portugal Antigo e Moderno,* diz: — Na minha opinião Porches vem de Porcüs, patronímico de Portius. Pode também vir do latim *Portii,* portiorum — os Porcios, família romana que nesse tempo vivia no Algarve. Próximo de Vagueiros foi encontrado um denério da familia Portia (C. CAT) e assim *Porcii* podia dar Porches.

E' possível mesmo que o nome Porches tenha uma origem mais humilde. E' sabido que algumas vezes os santos por humildade tomavam para si os nomes de animais: leão, tigre, urso, porco, etc., e cremos que em Portugal se repetisse êste caso mais de uma vez. Desde os tempos mais remotos se costumou a dar êste nome às terras: Porcilho, Porcilhota, Porcariça, Porcel, Porcimo, Porcão, Porca, Porqueiros, Porquinhas, Val de Porca, etc., etc., etc.

A's vezes simples incidentes dão origens a nomes, que mais tarde se não explicam.

Em vista, pois, do que temos esplanado tome cada qual a opinião que lhe parecer mais adequada.

§ 1.°

Porches actual

A actual povoação de Porches, que nos parece terá quatrocentos anos de existência, assenta sôbre um pequeno outeiro, de nascente a poente, de onde se contempla uma bonita e muito ampla vista, limitada ao nascente pelos sêrros da freguesia de Loulé, Paderne, Alte e Messines. Em 1755 Porches actual era uma grande povoação, pois que o tremor de terra daquele ano deitou por terra 238 prédios urbanos; estendendo-se a população de nascente a poente.— Como por ocasião do tremor se notasse que êste se exercera mais violentamente nos pontos altos, muitos dos seus moradores passaram a residir em Lagôa, depois daquela grande catástrofe.

Vamos estudar a povoação, começando pela

igreja matriz, seguindo assim o sistema adoptado em todas as outras monografias, devendo já concluir-se que Lagôa aumentou muito em seguida à enorme catástrofe que vitimara Porches.

§ 2.º

Igreja Matriz

O templo actual, ainda hoje incompleto, compõe-se de duas partes distintas: antiga e nova. A antiga acha-se apenas representada pela sua capela-mór, a única parte que se conservou do templo antigo; a moderna é composta por diversos altares, que foram substituir os que o referido tremor tinha arrasado. Mais tarde essa obra nova que se tinha mandado fazer no intuito de reparar os danos causados pelo tremor manifestou claros indícios de que brevemente ia cair em ruinas, e para se evitar tão grande mal um benemérito filho de Porches, António Joaquim Cabrita, solteiro, proprietário, filho da povoação, por escritura, que em outro lugar transcreveremos, fêz doação à Junta de Paróquia da mesma freguesia da quantia de quatro contos de reis (4:000$000 reis) para esta corporação administrativa acrescentar a igreja existente, levantar as paredes, fazer o fôrro e o soalho, reformar as capelas, fazer o côro e em suma praticar todas as obras que fôssem convenientes à mesma igreja (E). A Junta de Paróquia compunha-se então dos seguintes cavalheiros: presidente, Constantino José da Silva Martins, vogais, José Pedro da Silva Negrão, António Gomes, Manuel da Encarnação Cabrita e José da Encarnação Vieira, que aceitaram a doação nos seus primeiros termos. Ora a respeitável corporação, interpretando as palavras da escritura, deu-lhes um sentido talvez diverso do doador, porque ela entendeu que devia demolir quási todo o templo, com excepção da capela-mór, por isso que esta parte estava velha, e assim, demolindo capelas com segura alvenaria, e com óptimos trabalhos de talha, e

forradas de excelentes azulejos, foi gastar na demolição muito dinheiro, que certamente teria sido bastante para executar e completar trabalhos que ainda faltam, visto que a sua construção ainda está incompleta. Traçou a planta da actual igreja o reverendo pároco António José Nunes da Glória, então cura na Mexilhoeira Grande, e hoje pároco em Bensafim.

O ilustre sacerdote, honra e glória do clero algarvio, ao qual tem dado brilho com as luses da sua inteligência, desenhou a planta, mas não assistiu à sua execução. Como apenas lhe pediram um projecto, desempenhou-se dêle sem retribuição. Há pouco tempo foi o mesmo pároco convidado a dar autorizada opinião sôbre uns trabalhos a realizar-se no mesmo templo, e então ficou admirado de ver que a sua planta tinha sido completamente alterada!! Sómente a porta exterior é obra sua!! Circunda o templo um muro de cal e areia, muito caiado, com três portas abertas, que dão acesso a um passeio em redor do templo. No passeio estão plantadas algumas árvores de jardim, não havendo mais porque a falta de água e a magreza do terreno não permitem plantações de maior escala. Está o templo construido num dos extremos da povoação para nascente, em lugar elevado, e voltado para onde a vila de Lagôa se acha situada, para cujo lado se desfruta de uma esplendida vista.

E' o templo dedicado à Nossa Senhora da Encarnação, orago da freguesia, e está voltado para o poente, para cujo lado abre uma porta alta e larga; para sul abre outra porta mais pequena. Não tem naves, e o seu corpo principal mede de comprimento $18^{m},90$ e de largura 9,95. Tem bom pé direito e muita luz fornecida pelas indicadas portas e ainda por três janelas tambêm abertas para o sul, poente e norte, e mais por um óculo amplo do lado do nascente.

A parte nova do templo tem quatro altares laterais: um dedicado ao SS. Sacramento, outro a N. Senhora do Rosário, êstes do lado do norte; outro às Almas do Purgatório e outro ao Senhor Jesus, êstes do lado do sul. Em frente fica o altar-mór.

Vista da Igreja Paroquial de PORCHES tomada da vinha do cemitério

O altar do SS. Sacramento é em talha, obra feita sob a direcção do reverendo pároco Nunes da Glória; todos os mais altares estão ainda incompletos. No altar-mór está exposta à devoção pública a Imagem da Padroeira, a de Nossa Senhora de Lourdes, Menino Jesus, Santo António e S. Luís. No altar do SS. Sacramento estão as Imagens do Sagrado Coração de Jesus e Imaculado Coração de Maria. No altar da Senhora do Rosário estão as Imagens de Nossa Senhora do Socorro e de S. José. Esta última Imagem foi oferecida há poucos anos pelo reverendo António da Silva Martins e sua ex.ma irmã D. Constança Rosa da Silva Martins, beneméritos filhos daquela povoação; o altar das Almas tem as Imagens de S. Miguel, de S. Pedro e de S. Sebastião; finalmente, no altar do Senhor Jesus estão o Senhor Crucificado, o Senhor Morto (dentro do altar), a Senhora da Soledade e S. João Evangelista.

Com relação ao altar-mór, o único que ficou do antigo templo, é de talha o altar e adornadas de azulejos as paredes. Demonstram êstes azulejos possuirem antiguidade. Pertenceria ao antigo templo que devia existir em Porches Velho, pois que não é admissível a opinião dos que sustentam ser a ermida da Senhora da Rocha a Matriz daquela povoação.

No arco da capela-mór encontram-se alguns caracteres, cuja leitura é difícil, por estarem pintados; e no chão há uma inscrição de sepultura também de muito difícil leitura por estar quási apagada.

Parece que a sepultura revela pessoa de elevada jerarquia, pelo lugar em que foi aberta e pela última palavra da mesma inscrição. Apenas se pode ler o seguinte:

«Sepultura de... e a última palavra é — *cavaleiro.*»

Segundo alguns trabalhadores informaram, quando se procedeu à última demolição de grande parte da igreja encontraram muitas sepulturas com inscrições, que destruiram porque nenhum interesse tinham na sua leitura.

O baptistério é desafogado, mas também não está concluido.

No frontespicio do templo, sôbre a sua porta principal, existe uma lápide com as seguintes palavras: *Construido em 1882 com os fundos doados por António Joaquim Cabrita.*

E' tradição que o primeiro templo construido no local onde hoje se acha situada a povoação, data do ano 1560. Refere-se expressamente a esta tradição o *Dicionário-Portugal*. Não sabemos em que documentos a encontrou. Sendo assim podemos talvez afirmar que data dêsse tempo a mudança do local da sede desta freguesia que antes fôra em *Porches Velho*.

E' facto atestado por todos que sôbre o terreno onde estava a sede da antiga freguesia — *Porches Velho* — se erguem árvores seculares, o que muito bem se pode ter dado, se o sítio de Porches Velho deixasse de ser povoado no ano em que se marca a construção primitiva do templo construido onde hoje está situada a sede daquela freguesia.

Também não pudemos apurar se esta igreja foi filial; se o foi seria certamente de Silves, e não de Lagôa, que é muito mais recente do que Porches. Encontramos no arquivo alguns livros de onde claramente concluimos que Porches pertenceu á Vigariaria de Silves.

Lagôa nasceu e cresceu à custa da substância de Porches.

§ 3.º

Tôrres e Sinos

Sobe-se a tôrre entrando pelo templo. E' muito elevada e dela se desfruta um extenso panorama; desde Loulé a Lagos avistam-se muitas povoações. Afirmam que do alto da tôrre se avistam terrenos de cinco bispados. Lícito nos é duvidar de tal asserção. Foi a tôrre levantada em 1905, sendo pároco o reverendo Joaquim António Vieira. Tem quatro sinos que foram

oferecidos também por um benemérito filho desta terra, o reverendo José Gregório de Assunção Cabrita, que por alguns anos paroquiou esta freguesia, e morreu sendo pároco de Lagôa. Tem igualmente um bom relógio novo, oferecido pelo rev. padre António Martins e sua ex.ma irmã D. Constança.

Foi no reinado de Constantino Magno que a igreja começou a servir-se dos sinos, e no pontificado de Sabiniano que as basílicas romanas os possuiram pela primeira vez.

A origem dos sinos é antiqüissima. Strabão diz-nos que com os sinos se anunciava a abertura dos mercados, e Plínio conta que um rei antigo da Toscana estava num sepulcro, que se achava ornado com campainhas. Entre os hebreus o grande sacerdote vestia nas cerimónias religiosas uma túnica guarnecida de campainhas de ouro.

Em Atenas os sacerdotes de Proserpina e Cibele empregavam os sinos durante os sacrifícios. Julga-se que o primeiro que introduziu o uso dos sinos no culto divino foi Paulino, Bispo de Nola no ano 100.

Os sinos tocam à *elevação,* desde o século XII, durante as procissões desde o século XIII, ao sair o *Viático* desde o século XV, e ao *angelus* desde o ano de 782.

A tôrre mais elevada é o campanário da Catedral de Strasburgo, pois tem 142 metros de altura, e o sino maior e mais pesado é o sino de Krenlim com o pêso de 201-266 quilogramas.

§ 4.º

Cemitério

Antigamente faziam-se os enterramentos nas igrejas. Em Portugal foram êsses enterramentos abolidos pelos alvarás de 27 de março de 1805 e de 28 de outubro de 1806. Não obstante, a letra dos alvarás continuou a ser considerada letra morta. Foi necessário que aparecesse o decreto de 21 de setembro de

1835, referendado pelo ministro do reino Rodrigo da Fonseca, proíbindo terminantemente os enterramentos nas igrejas e criando os cemitérios públicos para que de todo acabasse a costumeira dos enterramentos nas igrejas. No Algarve antes daquele decreto já vigorava como lei a criação dos cemitérios públicos. O sábio bispo do Algarve, D. Francisco Gomes, muitos anos antes do decreto de Rodrigo da Fonseca já ordenava a construção dos cemitérios. Ainda assim como nem todas as Juntas de Paróquia se encontravam habilitadas a proceder à construção dos cemitérios, foi concedida provisoriamente licença de se fazer os enterramentos nos adros das igrejas. Por isso foram-se construindo pouco a pouco os cemitérios consoante se adquiriam os fundos respectivos.

No princípio tinha a construção dos cemitérios de obedecer a uma certa ordem de preceitos, porque então eram êles considerados *estabelecimentos insalubres de primeira ordem;* hoje porêm a sciência moderna modificou profundamente a sua opinião e por isso já não há tantos óbices à construção dos cemitérios. Porches tem o seu cemitério. Não se veneram ali pomposos mausoléus, última e mal cabida manifestação das grandezas mundanas; e o mais que ali se contemplam são campas rasas com inscrições simples indicando o passamento dêste para o outro mundo.

O cemitério de Porches fica ao poente da igreja, cêrca de 80 metros de distância. E' largo e espaçoso. O terreno é de areia mas consome bem os cadáveres. Tem capela e foi terminada a sua construção em 1871, sendo pároco José Gregório de Assunção Cabrita. A porta é de ferro. Algumas catacumbas e o resto sepulturas rasas e poucos adornos. Logo depois da cólera em 1856 o registo começa a referir-se ao cemitério. Não tinha então paredes e sim uma espécie de palissada.

§ 5.º

Quantos e quais os maiores contribuintes proprietários e industriais da freguesia de Porches?

São quatro os maiores contribuintes proprietários e industriais: D. Maria da Conceição Cabrita, viuva de João Pedro Bitorres Cabrita; Padre António da Silva Martins, António Bentes e José Bentes.

§ 6.º

Párocos

De 13 de janeiro de 1787 até hoje houve o seguinte movimento paroquial:

1—António de Ataíde Mascarenhas.
2—Veríssimo Paulo Barroso.
3—José Joaquim de Sousa.
4—André Gonçalves de Sousa.
5—Joaquim José dos Reis.
6—Rodrigo Peres Paraíso.
7—Francisco de Paula Xavier de Lacerda.
8—Manuel de Ferro e Sousa.
9—Fr. Joaquim de Alcantarilha (Encomendado).
10—António Francisco de Sousa.
11—Francisco de Paula Rodrigues.
12—Fr. Manuel de Loulé (Encomendado).
13—Francisco António Martins (Encomendado).
14—Francisco José das Dores.
15—Domingos de Sousa Viegas.
16—Francisco de Paula Ungria Ataíde (Encomendado).
17—José Gregório Assunção Cabrita (Encomendado).
18—José Gomes Relego Arouca (Encomendado).
19—Luís Artur Peres.

20 — António da Silva Martins (Encomendado).
21 — David José Pinto Ribeiro Neto.
22 — Joaquim António Vieira.
23 — José da Silva Lola (Encomendado).
24 — João Alves da Costa (Encomendado).
25 — João Crisóstomo de Freitas Barros.

Dos 25 párocos foram encomendados ou interinos os que levam a respetiva nota depois do nome.

Os designados sob os numeros 17, 20 e 23 eram naturais da mesma freguesia de Porches.

§ 7.º

Tabela dos emolumentos paroquiais

Prémio do Páraco — cada fogo paga 2 alqueires de trigo, raso e sem volta, e uma arroba de figo branco.

Ao sacristão — cada fogo paga uma quarta de trigo.

BAPTISMOS

Ao páraco — meio alqueire de trigo e uma vela ou 240 reis.

Ao sacristão — 120 reis, sendo 60 reis da água da pia e 60 reis do repique dos sinos.

CASAMENTOS

Ao páraco — uma galinha pela leitura dos proclames e 120 reis pela certidão dos mesmos.

Ao sacristão — apresentação dos proclames 60 reis.

ÓBITOS

Ao páraco — Enterro de adultos, acompanhamento e encomendação 1$000 reis; havendo missa de corpo presente, 480 reis.

Ao sacristão — de acompanhamento 600 reis;

por cada dobre, que mandem dar, 60 reis — A' Fábrica do Jazigo, 250 reis. A' Confraria, de cada cruz, 200 reis.

Enterro de menores.

Ao Pároco — Acompanhamento e encomendação 500 reis; se houver missa de Anjos, mais 480 reis.

Ao sacristão — Acompanhamento 300 reis; por cada repique 30 reis.

A' Fábrica do Jazigo 250 reis.

Quando os falecidos são pobres costuma a família alugar à Fábrica o caixão, pelo que paga 120 reis, ou esquife, pelo qual paga 100 ou 40 reis conforme é do campo ou é da povoação.

Os nossos leitores ficam certamente pasmados de tão grandes rendimentos que o pároco recebe nesta freguesia. E todavia enganam-se completamente. Nenhum dos últimos párocos tem recebido mais de 240$000 reis de verba — *prémios;* e o chamado pé de altar não se eleva a 60$000 reis anuais.

E o que sucede em Porches, repete-se em todas as freguesias onde o pároco recebe o prémio em vez das congruas.

O pároco de Porches para obter o seu despacho teve de pagar direitos, adicionais, emolumentos, e como não os pôde pagar de uma assentada, requereu para fazer o respectivo pagamento em 48 prestações como a lei lhe facultava. Feita a conta viu-se que o pagamento total era de 234$578 reis, à razão de 4$884 reis cada prestão mensal.

E agora teriamos que fazer uma pequena interrogação se tivessemos interesse na resposta. Anulado o despacho que o nomeou pároco de Porches com a lei da separação receberá o pároco as prestações que tiver pago além do tempo porque tem servido na freguesia?

Não se leve a mal a interrogação.

§ 8.º

Praça

Há em frente do prédio que serve de casa de residência do pároco um pequeno largo ou Praça, onde é costume fazer exposição dos artigos que se vendem aos domingos e dias santificados. Ali se vendem pão, batatas, frutas e outros artigos. Em quási todas as pequenas povoações há estas pequenas praças adaptadas desde tempos antigos a êste uso. Por isso nenhuma povoação existe na nossa província que não tenha a sua competente praça.

§ 9.º

Confrarias

Há apenas duas: uma denominada do Santíssimo Sacramento; a outra das Almas.

§ 10.º

Associações de piedade

São tambêm duas: uma denominada do Coração de Jesus, que foi instituida pelo rev. pároco João Evangelista de Freitas Barros, em 1810 e a outra de Nossa Senhora do Rosário.

§ 11.º

Junta de paróquia

Actualmente serve por determinação do govêrno uma comissão paroquial que foi nomeada pelo governador civil e é composta pelos seguintes industriais:

Domingos Jesus da Encarnação, José Ferreira Lamy, António Bento, Constantino da Encarnação Cabrita e Joaquim Leitão; Secretário, José da Silva Seról; tesoureiro, o penúltimo membro da comissão.

§ 12.º

Registo paroquial

Em 1906 houve o seguinte movimento:
Baptismos 53, casamentos 17, óbitos 28.
Em 1907, baptismos 45, casamentos 11, óbitos 17.
Em 1908, baptismos 31, casamentos 13, óbitos 13.
Em 1910, baptismos 66, casamentos 10, óbitos 27.
O número superior de baptismos foi devido à lei do registo civil, a toda a hora esperada.

§ 13.º

Médico

Com uma excepção verdadeiramente criminosa, o médico municipal não é obrigado a visitar esta freguesia, embora seja obrigado a visitar as outras duas do concelho: Estombar e Ferragudo! Quando nos comunicaram esta notícia, perguntámos se Porches não pagava impostos camarários; não nos souberam responder. Que o concelho negue a Porches a instrução de suas filhas, embora seja isso um crime, suporta-se; mas que lhe dificulte o médico, parece-nos uma traição de escala acima; e dizemos traição porque quando Porches em 1834 passou para o concelho de Lagôa, obrigou-se Lagôa a cuidar dos interesses materiais e morais da nova freguesia.

§ 14.º

Estação postal

Tem Porches estação postal, mas não despacha vales nem encomendas postais. O correio é trazido de Lagôa por um rapaz de 14 anos. Deve chegar a Porches às 9 horas da manhã, mas chega sempre muito depois, e parte para Lagôa às 2 da tarde.

Este serviço está muito mal regulado, e parece-nos que era mais sensato aproveitar o serviço da es-

tação ferro-viária. Não tem Porches distribuidor do correio; talvez não tenha, porque se tivesse não se pareceria com o *Porches* que não tem escola nem médico.

§ 15.º

Assembleia eleitoral

Em Porches só há as chamadas eleições paroquiais. Nas outras eleições vai votar a Lagôa.

§ 16.º

Rendimento da Fábrica

É escasso. Além de pequenos emolumentos resultantes dos óbitos, tem alguns foros, cujo rendimento anual regula por 16$000 reis. Tudo poderá, quando muito, atingir a 20$000 reis.

§ 17.º

Registo paroquial

O registo paroquial da freguesia de Porches começa em 1630. O 1.º assento, que é do baptismo, está ilegível, mas o 2.º é também de baptismo celebrado em 2 de abril de 1630. Ainda assim julgamos que esta paróquia é anterior a 1630 porque lêmos em um livro de baptismos uma nota donde concluimos que nesta igreja paroquial esteve crismando em 3 de fevereiro de 1622 o bispo D. João Coutinho. Este prelado entrou no govêrno da diocese em julho de 1618 e aqui se conservou até 1626 em que foi transferido para Lamego, mas sómente foi desligado do vínculo do bispado do Algarve em 7 de junho de 1627. Seguiu-se-lhe o bispo D. Francisco de Menezes, que tomou posse em dezembro de 1627. Por curiosidade notaremos que êste prelado, pouco depois de tomar posse do bispado, obteve um Alvará datado de 17 de feve-

reiro de 1628, no qual se ordena que enquanto o Bispo do Algarve crismar, esteja à porta da Igreja um Alcaide ou Meirinho, ou o Juiz do lugar.

Em 1910 houve na freguesia de Porches o seguinte movimento paroquial: 66 baptismos, 10 casamentos e 27 óbitos. Coisa notável! Em 1835 houve nesta freguesia exactamente o mesmo número de casamentos.

§ 18.º

Estação ferro-viária

A estação ferro-viária mais próxima de Porches é a do Poço Barreto, da freguesia de Silves. Por estradas carreteiras, dista Poço Barreto de Porches uns seis quilómetros. Se houvesse por bem abrir-se um ramal de Porches ao Poço Barreto não teria mais de tres quilómetros de extensão.

§ 19.º

Serviço de recrutamento

Pertence a freguesia de Porches à 4.ª divisão militar e ao distrito de recrutamento e reserva n.º 17, com a sua sede na cidade de Lagos.

§ 20.º

Cólera

Assinalou-se terrívelmente nesta freguesia o ano de 1855. O flagelo da cólera-morbus fincou horrívelmente as suas garras nos habitantes da freguesia e povo de Porches. Nada menos de 58 óbitos desde 3 de novembro a 18 de dezembro. A primeira pessoa que caíu no chão da morte pela terrível doença foi um filho de Manuel Cabrita e Eulália Rosa, chamado Gregório, do sítio dos Redores. No dia 19 faleceram 10 pessoas, no dia 20 outras 10, a 21 subiu a 11; depois foi

decrescendo, tendo sido o último em 18 de dezembro. Os lugares da freguesia onde o flagelo mais se fêz sentir, foram: na povoação, onde faleceram 45 pessoas; Redores, 9; Crastos, 2; Sobral, 1; Vale do Olival, 1; Areias, 1. Quási não houve casa que não cerrasse suas portas de nojo, nem indivíduo que não pusesse luto. Era pároco Domingos de Sousa Viegas, que assistiu a todos os enterros e levou o Viático a todos os enfermos: nada sofreu.

Então serviu o adro de cemitério, que se encheu de cadáveres.

§ 21.º

Festas principais

As principais festas religiosas desta freguesia, são: a festa da Padroeira, instituida por António Joaquim Cabrita com os fundos por êle doados; tem constado de festividade de igreja com vésperas e sermões, procissões e fogos de artifício. — 2.ª Festa do SS. Sacramento, que a actual confraria não tem mandado celebrar, apesar de estar sujeita a êsse encargo pelos estatutos. — 3.ª Festa das Almas — ofício de 9 lições, missa, sermão e procissão ao cemitério, mandada celebrar pela confraria das almas. — 4.ª Outra festividade das Almas, mandada celebrar pela dita confraria, em cumprimento dum legado do mesmo António Joaquim Cabrita. — 5.ª Do Sagrado Coração de Jesus e Imaculado Coração de Maria, com a primeira comunhão das crianças. Esta é de recente data e foi instituida pelo actual pároco João Evangelista de Freitas Barros. — 6.ª Da Senhora da Rocha, na ermida própria, com festa de igreja, vésperas, sermão, procissão, fogos e música. — 7.ª De S. José, por devoção do Reverendo Padre António da Silva Martins e de sua ex.ma irmã D. Constança.

§ 22.º

Beneméritos

De tempos a esta parte teem merecido especial menção nos registos desta paróquia alguns cidadãos que teem prestado à mesma seus importantes serviços. Começaremos por mencionar António Joaquim Cabrita, proprietário dêste povo de Porches, pelas suas importantes doações à sua igreja e a favor de algumas festividades que instituiu.

Mencionaremos em segundo lugar o Reverendo Padre José Gregório da Assunção Cabrita, que faleceu pároco colado em Lagôa e era filho desta freguesia. Este benemérito cidadão ofereceu à sua freguesia quatro sinos que estão colocados na tôrre e abriu um poço denominado a *Nora,* no sítio dos *Redores,* que ofereceu ao público para dêle se utilizar.

Em terceiro e quarto lugar mencionaremos os nomes do Reverendo Padre António da Silva Martins e de sua ex.ma irmã D. Constança Rosa da Silva Martins, ambos filhos desta freguesia, que teem legado à sua igreja e por diversas ocasiões preciosas ofertas: uma bonita Imagem de S. José, que se acha exposta à devoção dos fieis no altar da Senhora do Rosário; ofereceram o relógio e o competente sino que existem na tôrre da freguesia.

Embora sejam vivos os dois últimos beneméritos, esperamos não levarão a mal a nossa menção, pois que entendemos obrigação nossa fazê-la, como vivo exemplo dos que prestam preito à sua terra natal.

§ 23.º

Fumeiros

São assim denominados os armazêns onde se enceira e escolhe o figo que é vendido para o estrangeiro. Para a exportação fazem-se geralmente duas escolhas: o mais grado, ou de comadre, e o médio,

ou figo branco. O trabalho da escolha e enceiramento é em regra feito pela mulher. O comissário que ao lavrador compra o figo à boca da terra, recebe-o depois no armazêm onde o enceira.

Em geral são diversos êsses comissários e por isso diferentes os fumeiros. Temos: Joaquim dos Santos Vitória, morador na rua da Igreja; José Lourenço, morador na mesma rua; José da Silva Serol, morador na rua Direita; José Rodrigues, morador na mesma rua; Joaquim Leitão, morador na rua da Travessa; e outros na freguesia. João da Encarnação e Constantino Silva, dos Redores. São aqueles os donos dos principais fumeiros onde se prepara para a venda o figo da freguesia de Porches.

§ 24.º

Quintas

Encontramos na freguesia de Porches, no sítio *Porches Velho,* uma quinta pertencente a João Gregório Grade dos Santos, casado com D. Mariana Mimoso Bitorres Cabrita; outra no mesmo sítio, sob o nome — *Monte dos Mochos* — pertencente a João Lopes dos Reis, de Silves. Esta fica próxima do mar. Tendo-se procedido, há anos, a uns trabalhos no intuito de se construir uma cisterna, encontrou-se uma furna muito extensa em direcção à praia do Barranco, a poente da ermida de Nossa Senhora da Rocha. E' possível que esta furna encontrada estabelecesse a comunicação das diversas furnas ou cavernas encontradas naquele sítio.

§ 25.º

Confraria das Almas

A confraria das Almas compõe-se neste ano das seguintes entidades:

Juiz — Domingos Trindade Lopes.

Tesoureiro — Joaquim dos Santos Vitória.

Escrivão — Constantino da Silva Lôla.

Irmãos do peditório — José Monteiro, João Pina, Domingos da Encarnação Soares, Joaquim José Lopes, Pedro de Oliveira, Manuel dos Santos Carapeto.

Tem foros na importância de 650 reis em cada ano. Tem juros cêrca de 80$000 reis anuais. Tem também esmolas anuais.

Sócios benfeitores — António Joaquim Cabrita, com 1:000$000 reis; Constantino José da Silva Martins, com 50$000 reis; Maria Gertrudes de Oliveira, mãe do Padre José Gregório, com 100$000 reis. Todos com encargos pios.

Maria Lúcia, viuva, com 100$000 reis, que os herdeiros ainda não cumpriram, apesar de terem decorrido dois anos depois do óbito.

Tem actualmente próximo de 30 irmãos.

E' muito conhecido nesta freguesia o denominado *Canto das Almas,* que está ao cuidado da confraria. Mais adiante transcreveremos os versos dêsse *Canto,* que nos foram cedidos por muito obséquio.

Em regra, os indivíduos encarregados de sair com o *cântico* escolhem a ocasião melhor de encontrar em casa os fieis, o que no campo só sucede à noite. Avisados pois os fregueses de um ou mais sítios de que em certa noite lá os irá cumprimentar a comissão do cântico, aí é esperada com todo o recato. Aí reunidos recitam os versos, que certamente são já muito conhecidos por toda a freguesia.

Uma amostra do cântico:

Aqui veem seus devotos
Visitar o nosso irmão;
Pois qu'êles não podem vir
Veem os que vivos são;
P'ra que deis uma esmola
A's almas que em penas estão.

§ 26.º

Prédios urbanos no Povo

Os prédios mais importantes no Povo de Porches são os seguintes:

Prédio urbano pertencente aos herdeiros de João Pedro Bitorres Cabrita.

O prédio pertencente ao Padre António da Silva Martins e a sua ex.ma irmã D. Constança Rosa da Silva Martins.

O prédio pertencente a António Bentes.

E finalmente o prédio pertencente a José Pedro da Silva Negrão e irmãos.

§ 27.º

Ruas

Tem Porches as seguintes ruas: rua da Igreja, travessa da Igreja, rua da Praça, rua Direita e rua do Rocio.

Da simples exposição do nome das ruas vê-se bem que o moderno progresso ainda não entrou portas a dentro do Povo de Porches. Sim, o moderno progresso, que consiste em dar às ruas os nomes de pessoas célebres, esquecendo as que se tornaram notáveis na sua terra, e são da própria povoação.

Felizmente em Porches não se vai fora da povoação buscar herói para as suas ruas. Se um dia se convencerem de que as suas ruas devem ser honradas com uma nomenclatura humana terão o nome de António Joaquim Cabrita e de José Gregório da Assunção Cabrita a glorificar as duas ruas principais. E citamos apenas êstes dois indivíduos, porque são aqueles que agora lembramos. Se quizéssemos citar nomes de filhos de Porches ainda vivos encontrariamos quem certamente merecesse ser lembrado.

Quando um dia se convencerem de que é bom

registar os nomes dos filhos de uma dada povoação, pelos seus serviços e pelas suas virtudes, será bem aceita a rememoração do nome dêsses indivíduos nas ruas da sua terra.

§ 28.º

Cântico das Almas

De tempos remotos costumam os empregados na Confraria das Almas fazer correr pela freguesia o denominado *Cântico das Almas*. Este ano é o cântico dirigido pelo tesoureiro Joaquim dos Santos Vitória, tendo por auxiliares Pedro de Oliveira, Joaquim da Teresinha e outros irmãos. Percorrem êles toda a freguesia, começando na Quaresma e acabando no sábado da Alèluia.

O produto das esmolas que recebem é para auxiliar as despesas da festa das Almas.

Pudemos obter ainda êstes versos:

Escutai, irmãos, ouvi
Seus suspiros e ais.
São gemidos dos que morrem:
Parentes, avós e pais.
. . . . . .
Parentes, avós e pais
Em pênas estão metidos,
Do meio dos seus tormentos
Aqui chegam seus gemidos.
. . . . . .
Vamos ouvir uma missa
Com sincera devoção;
Desta sorte se consolam
As almas que em pênas estão.
. . . . . .
Por vossos rogos e meus
P'los vossos fieis cristãos,
Somos mandados por Deus
Como naturais irmãos.
. . . . . .
Clamam contra seus herdeiros
Pelos bens que lhes deixaram,
Contra seus testamenteiros
Que tão mal desempenharam.
. . . . . .
Etc., etc., etc., etc., etc., etc.

Os versos nem ao menos teem o merecimento de ser antigos. São modernos, bem modernos.

Há em grande número de freguesias o antigo costume de *cantar* o cântico das Almas, recitando-se versos adequados. O dinheiro reverte para a ajuda da festa das Almas que se celebra em todas as freguesias da diocese, ainda a mais pobre.

§ 29.º

Curiosidades

D. Manuel reformou todos os forais concedidos às diversas cidades e vilas do Algarve, com excepção de Cacela e de Porches, em 1564, o que nos faz crer que já a êste tempo o *Porches Velho* tinha completamente caído, tendo-se transferido para o local actual; e assim é que na tradição corre que a actual igreja foi edificada em 1560.

*

* *

Em 1802 havia em Porches a seguinte população: até aos 7 anos, 72 crianças do sexo masculino e 68 do feminino; dos 7 anos aos 25, havia 79 do sexo masculino e 93 do feminino; dos 25 aos 40, existiam 52 do sexo masculino e 59 do feminino; dos 40 aos 60, 61 do masculino e 61 do feminino; dos 60 anos para cima, havia 28 do sexo masculino e 20 do feminino.

*

* *

Em 1835 houve o seguinte movimento paroquial em Porches: casamentos, 10; nascimentos, 26; óbitos, 27. Houve portanto mais um óbito sôbre o número de nascimentos.

Em 1836 houve 3 casamentos, 18 nascimentos e 13 óbitos.

Em 1837 houve 6 casamentos, 25 nascimentos e 14 óbitos.

*

* *

Porches em 1757 tinha 177 fogos, e em 1876 elevava-se a sua população a 270 fogos.

Antes de 1833 o bispo apresentava o cura, que tinha 120$000 réis de rendimento.

Os dízimos da massa grossa andaram arrendados por 500$000 réis, ultimamente por 200; os vinhos por 40 e os furões por 70, tendo andado antes aqueles por 100 e êstes por 150$000 réis.

CAPÍTULO XI

Sítios da freguesia

Seguindo o sistema adoptado em todas as nossas *Monografias,* vamos entrar pròpriamente na freguesia de Porches, descrevendo tudo quanto mereça especial menção.

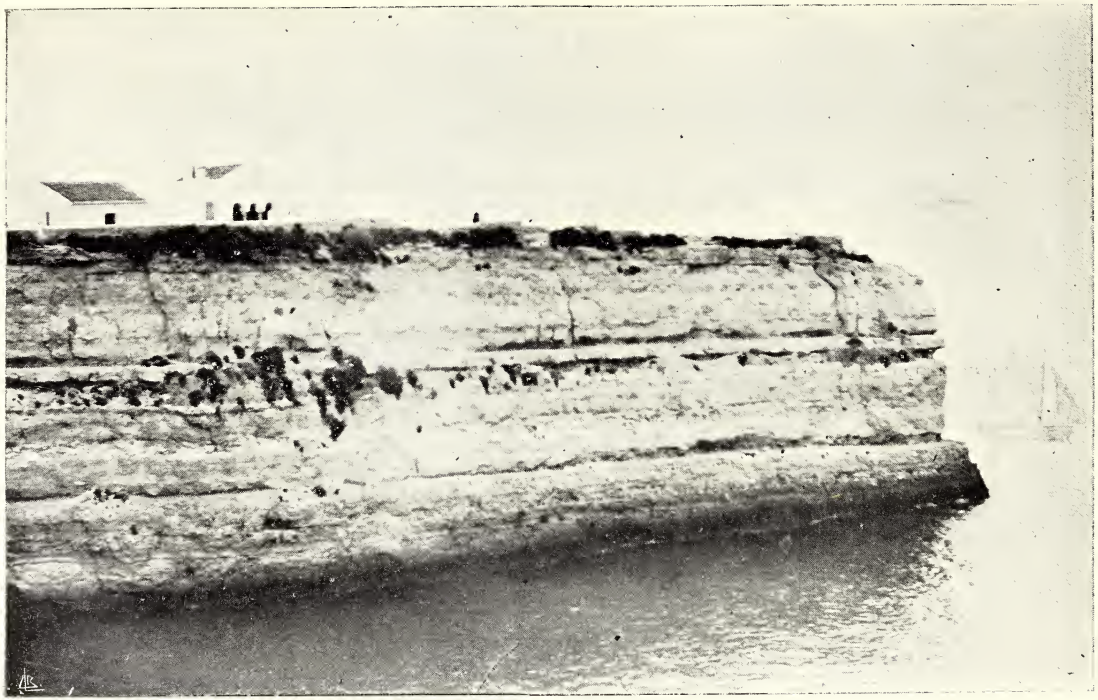
Começaremos pela *Ermida* da Senhora da Rocha e terminaremos êste capítulo fazendo menção de um antigo santuário de que hôje nem restam as ruínas: êste santuário é o de S. Sebastião.

Como o que temos a referir em relação à Ermida da Senhora da Rocha é complexo e extenso, resolvemos dedicar-lhe todo um capítulo, abrangendo nêle o pouco que há a dizer em referência à antiga ermida de S. Sebastião.

§ 1.º

Ermida da Senhora da Rocha

Desta ermida escreveu Estácio da Veiga: «Á distância de 5 quilómetros a es-nordeste do Cabo Carvoeiro avança para o mar uma ponta de terra, guarnecida de baixo parapeito, onde se vê edificada a 32 metros de altura sôbre o nível do mar a ermida da Senhora da Rocha, em grande parte construida com material *de edifícios romanos destruídos.* A curta distância da ermida estão parcialmente à vista as ruínas romanas de um castelo arrazado *(castrum),* deixando observar um quadrilátero de grossa muralha, donde o próximo sítio de *Castros* ou *Crastos* muito provàvelmente derivou por corrução o nome tradicional que ainda conserva.»



Vista da Ermida de N.ª S.ª da Rocha, tomada da rocha lateral, lado poente

Não nos é possível determinar o ano em que foi construído aquele pequeno santuário; a lenda, porêm, justifica a razão ou o motivo da invocação da pequena capela. E' sabido que desde o princípio da monarquia se tem tornado muito sensível a especial devoção do nosso povo pela Virgem, Mãe de Deus. Com três ordens de argumentos justifica o Snr. Alberto Pimentel no seu mimoso livro—*História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*—esta devoção especial do nosso povo: 1.º o facto do nosso primeiro rei —D. Afonso Henriques— sêr um fervoroso devoto da Mãe de Deus, e tanto que colocou o seu novo reino sob a protecção de Nossa Senhora, tomando-a como padroeira e mãe de todos os portugueses (D); 2.º a peste e a fome que dizimaram o nosso reino nos primeiros séculos da monarquia. A êste propósito escreveu o Snr. Alberto Pimentel: «Naturalíssimo era que em frente de tais calamidades se voltassem para o céu, invocando a protecção de Nossa Senhora, os olhos e as almas de todos os portugueses»; 3.º a guerra do Algarve contra os mouros. Diz o escritor citado: «A guerra do Algarve: — os combates sanguinolentos aí travados entre portugueses e mouros foram origem da fundação de vários templos em honra da Mãe Santíssima.» E assim vê-se que principalmente no Algarve são inúmeros os templos e santuários erguidos em honra da Virgem-Mãe.

Um dos muito notáveis santuários é certamente o erguido em rocha altaneira, onde o povo ergueu em honra de Nossa Senhora a pequena e bonita ermida da Senhora da Rocha. Diz a lenda que o aparecimento de uma Imagem da Virgem naquele local dera motivo à construção da pequena ermida.

O certo é que o local escolhido pela Virgem para nêle ser reverenciada não podia ser mais belo nem mais poético.

Um poeta algarvio, em momento de inspiração, quando contemplava o mar, daquela religiosa estância, escreveu o seguinte soneto:

Sôbre um alcantil agreste, elevada
Face a face do oceano ingente
Ebúrnea capela, encanto da gente,
Se encontra em pirâmide lanciolada.

Corre plácida a aragem perfumada
As ondas beijando a praia jacente,
Ribomba a tempestade e inclemente
Ameaça da Rocha a aprumada.

Que importa?! Sempre ridente a capela
Impávida, serena, triunfante,
Superior às iras da procela.

Como se liberasse azul radiante,
E' qual Imagem, viva e sempre bela,
Da Virgem-Mãe e do *divino* infante.

Um escritor do Pôrto, Júlio Lourenço Pinto, quando governador civil do Algarve, em certo dia, como êle conta no seu precioso livro, o *Algarve,* desejou visitar as costas do Algarve, onde certamente se contemplam preciosos santuários erguidos pelo nosso povo em homenagem à Virgem, e a que mais lhe despertou a sua atenção foi a pequena ermida da Rocha. Contemplando a ermida e o mar, que marulha em frente da ermida, exclama: «São duas grandezas que se medem num olhar ansioso: a do céu, Maria Santíssima; a da terra, o oceano ingente!»

E confessa aquele escritor—Lourenço Pinto—que então lhe passou pela mente a visão das ermidas solitárias, descritas pelo nosso maior poeta, Guerra Junqueiro, e que para aqui transcrevemos, servindo de ramalhete de flores:

Lá nos altos montes sem trigais nem vinhas,
Sem o bafo impuro que dos homens vem,
E' que a Mãe de Cristo com as andorinhas
E as estrêlas d'oiro mesmo ali vizinhas
Num casebre térreo se acomoda bem.
. . . . . .

E nas brutas, rudes solidões tão calmas,
Ai, muito se engana quem a julga só!
Entre o luar dos hinos e o ardor das palmas
Para lá caminham romarias d'almas. .
Todos nós lá fomos com a nossa avó.
. . . . . .

E essas almas todas ela apasigua
Com o dos seus olhos bâlsamo eficaz:
Verte sôbre as pênas sugestões de lua,
Montes dá d'estrêlas à miséria nua,
Lágrimas aos crimes e ao remorso paz.
. . . . . .

Mas a sempre linda Virgem da Amargura
Baixa do altarzinho toda afadigada,
E através de serras, pela noite escura,
De menino ao colo — santa criatura!...
Lá vai ela andando, não tem mêdo a nada!...
. . . . . .

Lá vai ela andando... no caminho estreito ..
Deixa um rasto d'oiro pela escuridão...
Deixa um rasto d'oiro de divino efeito,
Por que as sete espadas a fulgir no peito
Põem-lhe um sete-estrêlo sôbre o coração...
. . . . . .

E de povo em povo, que é de serra em serra,
Almas na agonia visitando vai.
Quando chega, a Morte já as não aterra,
Ela lhes dá asas para voar da terra,
Seu menino beijos p'ra levar ao pai.
. . . . . .

A deshoras mortas ei-la vigilante
Pronta a dar socorros ao menor queixume,
Acender estrêlas para o navegante,
Ir levar às mães o cordeirinho errante,
Defender das cobras a ninhada implume.
. . . . . .

Pois como não há de consolar as dores
Dos humildes, simples, engeitados, nus,
Se inda se recorda de só ver pastores
Com cordeiros brancos, cantilenas, flores...
Na sagrada noite em que pariu Jesus!...
. . . . . .

Sim! adora a rude gente da lavoira,
Sementeiras, gados, matagais, hebreus...
Por que não se esquece da vaquinha loira
Que se pôs de joelhos ante a mangedoira
Quando nas palhinhas dormitava Deus.
. . . . . .

E por isso arreda pestes, ventanias,
Fomes e procelas, bruxas e trovão
Lá para malditas, negras penedias,
Onde silvam cobras doudas e bravias
E onde não existe nem cristão, nem pão...
. . . . . .
E por isso ex-rotos, que relembram dores,
Cobrem de ternura todo o seu altar:
Bustos de meninos, mãos de cavadores,
Tranças de donzelas, soluçando amores...
Corações e peitos, de fazer chorar!...
. . . . . .
Alvas capelinhas, sempre milagrosas,
Sois nessas alturas, para os olhos meus,
Como ninhos virgens d'orações piedosas,
Miradoiros brancos de luar e rosas
D'onde as almas simples entreveem Deus.

Propositadamente transcrevemos do ilustre poeta aqueles versos, obedecendo assim à ideia de que a religião nada tem com a forma do govêrno de um país; e tanto assim que quem escreveu aqueles versos foi sempre rèpublicano, e é actualmente nosso ministro acreditado na Suíssa. Julgamos conveniente dar estas explicações pois nos afirmam que há por aí alminha de Deus que não crê se possa ser profundamente religioso e declaradamente rèpublicano.

Continuando no nosso assunto, iremos informando os nossos leitores que existe uma lenda em relação ao aparecimento da Senhora naquele escarpado sítio. Vimo-la publicada em um jornal de província, e pedimos licença para tambêm a transcrever. No referido jornal não traz a lenda em verso o nome do autor, e por isso nos julgamos dispensados de pedir a competente autorisação. À lenda preside a ideia predominante em todas as lendas de santuários da nossa província.

LENDA

Contou-me minha mãe... Que saudade
daqueles tempos sinto tão ditosos!...
Tudo então eram traços luminosos
de vago enlêvo, de meiga ansiedade!

E que encanto no peito eu não sentia,
que enlevos d'alma, doces emoções,
no ouvir as maravilhosas versões
de tudo que se refere a Maria.

Nada porêm a mim tanto encantava,
nada tão fortemente me prendia,
como o aparecimento, na penedia,
da Senhora da Rocha se ostentava.

Ali o formoso céu a distender-se,
ali a atmosfera branda e serêna,
ali sôbre o alcantil da serra amena,
a Virgem com o mar imenso a ver-se!...

Era uma bela manhã
risonha como d'abril,
toda fresca e bem louçã,
estação primaveril.

Pouco antes, o vendaval,
com estrondo sibilava,
d'estrago assim, sem igual,
ninguem já se recordava.

Inconstante, a natureza,
é como o pobre coração.
Agora mostra feresa,
logo é todo mansidão.

Um barco à tona boiando
e com a quilha invertida
da procela triunfante
três homens conduz com vida.

Da gran borrasca no seio,
perdida toda a esperança,
erguido haviam o anseio
para o céu... Surgiu a bonança.

Dissipou-se o nevoeiro
— tudo como por encanto —
Divisam, com ar fagueiro,
terra... a rocha... com espanto.

Mais... uma auréola de luz
Doura as cristas dos penedos.
Lá se vê a Santa Virgem
Retratada nos rochedos.

Foi ela, — exclamaram — sim,
foi ela que nos salvou,
foi ela que ali da Rocha
da morte nos resgatou.

Com efeito, aparecera
a Virgem Nossa Senhora.
Ignoram donde viera,
mas surgiu com tal aurora,
tais riquezas, tantas graças,
que é socorro, toda a hora,
eficaz alívio às desgraças.
— Sempre, sem descansar,
conforta em terra e mar.

E à Rocha dedica viva afeição
com tal cuidado e com firmeza tanta,
que feita na esplanada uma ermida,
é mudada para ela em procissão!...
Ao outro dia — maravilha que espanta!
de novo na Rocha era aparecida!
«Deixem, disseram todos então,
está visto: a Rocha é sua eleição!»

Eis por que ali se encontra a capelinha,
no rochedo, face a face do oceano,
mas é tradição, que se não espesinha,
que ruirá, dia de festa, um ano.

Porêm não deixem de ali ir,
não tenham receio... não.
Séculos hão-de volver,
para chegar tal ocasião.
E quem tal dia morrer
encontrará a salvação.

ALÍRIO.

O aparecimento de algumas Imagens em lugares desertos, em lapas e subterrâneos, recorda-nos os tempos das grandes catástrofes, que fizeram sofrer o cristianismo em épocas remotas: as perseguições no tempo dos imperadores romanos, e a invasão dos serracenos. Então os fieis para não assistirem à profanação das Imagens as escondiam em lugares ocultos, esperando monção de as expor novamente ao culto.

Fr. Agostinho de Santa Maria escreve no seu *Santuário Mariano,* vol. VI, pág. 458, o seguinte:

«Duas léguas distante da cidade de Silves, para a parte do mar, se vê o lugar de Porches, aonde, sôbre uma Rocha, que cai sôbre o mar, em uma grande ponta, que mete para dentro, se vê a Igreja de Nossa Senhora da Rocha, edificada dentro de uma fortaleza, aonde é buscada com mui grande devoção esta imagem da Mãe de Deus, pelos muitos e grandes milagres que obra, e assim é freqüentada a sua Casa com muitos concursos de romagens. E dizem os velhos por tradição que ali aparecera esta Senhora sôbre aquela Rocha, e como à Senhora se lhe não dá outra invocação, senão a da Rocha, daqui se pode inferir que apareceria certamente em aquele lugar. E dizem mais que é êste seu aparecimento muito antigo e que os cristãos em gratificação dos muitos milagres que logo a Senhora começara a obrar-lhes, edificaram aquela Ermida, ou os princípios dela. Dizem também que antigamente fôra a Paróquia do lugar, mas como o povo cresceu e a igreja lhe ficava distante, erigiram dentro do lugar nova Paróquia e ficou a Casa da Senhora sendo Ermida, e anexa à Igreja de Porches.

«Fica, como dissemos, dentro de uma fortaleza a Igreja da Senhora, e esta se foi aumentando mais com a devoção dos fieis, porque em os seus princípios foi cousa muito limitada e parece também se edificou ali a fortaleza não só para amparo dos moradores do lugar de Porches, mas para maior segurança dos devotos da Senhora, que contínuamente freqüentam a sua Casa, dos sobressaltos que ali costumam dar lanchas e navios dos mouros.

«E' esta sagrada Imagem de escultura de madeira e estofada; tem o Menino Deus sôbre o braço esquerdo, e a sua estatura são cinco palmos. Está colocada no Altar-mór como Patrona daquela sua Casa, em um nicho de seu retábulo. Não nos referem dos seus milagres, sendo tantos, nem ao menos um dos mais prodigiosos, que costuma obrar.»

Desde 1711, ano em que foi publicado aquele

volume do *Santuário,* até hoje, nem a Ermida nem a Imagem da Senhora sofreram quaisquer aumentos: a Imagem é exactamente a mesma; e a Ermida é muito pequena, mas elegante, terminando em elevada pirâmide e tendo um átrio com três arcos, que lhe servem de complemento. Não tem própriamente uma casa de sacristia que comunique por dentro com a Ermida. A única casa que lhe fica junta serve de posto da guarda da Alfandega.

Insinua o *Santuário Mariano* que a primitiva Ermida era mais pequena, e que fôra acrescentada no decorrer dos tempos. E' possível, porque nos parece que o átrio com os três arcos, que comunicam o mesmo com o templo, seja obra posterior. A capela é pequeníssima, e não tem púlpito fixo, e sim um portátil que se conserva no átrio por não caber no corpo da Ermida, que nem porta tem.

Não é crível, pois, que tal Ermida fôsse em qualquer tempo sede de uma freguesia. A ermida é todavia muito antiga. Diz-se que a fortaleza onde está a Ermida foi construida sôbre o rochedo por D. Dinis, não só para defesa da capela, que já ali existia, como para defender os povos daqueles sítios, que eram freqùentemente perseguidos pelos mouros, que iam ali fazer cativos.

O *Santuário* conclui o seu artigo dedicado à Senhora da Rocha com as seguintes linhas:

«Não nos referem dos seus milagres, sendo tantos, nem ao menos um dos mais prodigiosos, que costuma obrar; que tanto é o descuido daqueles eclesiásticos; recolhem êles com cuidado as ofertas, que à Senhora os fieis levam, em acção de graças dos seus favores e milagres; mas fazer memória dêsses milagres, não o fazem.»

No entanto devemos afirmar que os fieis de Porches entre os muitos milagres que durante os séculos teem atribuido à Senhora da Rocha, um há relatado pelo *Santuário Mariano,* embora êste o atribua à Senhora da Ourada:

«Sendo governador e Capitão General do Reino

do Algarve o Marquez de Fronteira, mandou da cidade de Lagos uma companhia paga, de que era capitão Manuel Alvares Pereira, em um barco pequeno para a vila de Albufeira, e chegando êste barco à vista de N. Senhora da Rocha, lhe saíram ao encontro quatro naus de turcos com quatro lanchas, e lhe foram dando caça até à ponta da Balieira e tão avizinhadas se achavam as naus dos turcos do barco que conduzia os nossos soldados, que a artilharia grossa já lhe não podia fazer dano algum e só a mosqueteria era a que chegava ao barco. Neste apêrto em que se viam, imploraram o favor da Senhora da Ourada, que lhes ficava por detrás da Balieira. E quando imaginavam serem tomados e cativos dos seus inimigos, dando uma volta ao traquete e à vela escaparam-se por entre os navios inimigos sem perigar soldado algum, despedindo os navios mais de tresentas balas, e inumerável mosqueteria; o que foi reconhecido por um grande milagre da Senhora. Postos os soldados com o seu capitão em terra, foram todos formados a pé descalço à Ermida da Senhora da Ourada dar-lhe graças, etc., etc., etc.»

Também à intercessão da Senhora da Rocha os povos dêstes sítios atribuem a grande vitória num renhido combate entre a esquadra da guarda costa do Algarve e a esquadra do famoso corsário turco Xarамet-Arrais, travado em agosto de 1554. Dêste combate fizemos a descrição neste livro, quando tratamos da *Hidrografia da Costa*.

*

* *

É difícil sustentar que a Ermida da Senhora da Rocha tenha uma existência anterior a D. Dinis; no entanto é certo que esta é a tradição que diz também que o referido monarca mandara construir a fortaleza tal como hoje se encontra.

Sabemos pela história que o abandono das conquistas africanas do Mediterrâneo, a começar por Ar-

zila e Azamor em virtude da corrente exploradora para o Oriente e Brasil, que de lá nos mandavam ouro e riquezas várias, deu alento aos mouros que, livres de tão importunos hóspedes, procuraram novamente infestar as nossas praias, mórmente na época do *alacil* (colheita da uva e azeite) em que a população anda dispersa pelo campo. Para obstar a estas incursões mandou D. João III, e D. Sebastião continuou, cingir a costa algarvia com uma linha de fortificações, a começar no Cabo. A esta linha pertencem as fortalezas da Luz de Lagos, do Pinhão, do Forte de Maria Luzia, de Santa Catarina de Riba Mar, em Portimão, da Senhora da Encarnação, no Carvoeiro, da Senhora da Rocha, na freguesia de Porches, de Santo António da Armação da Pêra, etc., etc., etc. Desta forma parece que a fortaleza da Senhora da Rocha data de tempos posteriores a D. Dinis. Existiria porêm já erguida nas alturas da Senhora da Rocha a bateria que a tradição afirma ter sido mandada edificar por D. Dinis? Não podemos dar uma resposta segura. O que sabemos é que de remota data vem a tradição afirmando que D. Dinis mandara ali fundar aquela fortaleza para segurança dos povos daqueles sítios contra a ousadia dos mouros.

Não nos deve causar reparo a explicação que vemos dar aos que afirmam que esta ou aquela Ermida fôra construida no intuito de ali receber certa imagem que fôra encontrada escondida entre pedras, num subterrâneo, ou em qualquer lugar oculto. E' sabido que desde o estabelecimento do cristianismo apareceram inimigos que o tentaram aluir: perseguições dos imperadores romanos; heresias; guerras entre gentes de diferente religião; a invasão dos sarracenos, deram motivo a que os devotos escondessem as imagens no intuito de as fazer escapar ao desacato. A Imagem, por exemplo, da Senhora de Nazaré, foi trazida por um monge grego chamado Ciríaco, que quiz salvar a Imagem, tirando-a à vingança dos Iconoclastas; e da mesma forma quando os suevos, álanos e outros bárbaros invadiram a Galiza, mandou o

arcebispo de Braga, Pancrácio, que todas as imagens de santos fôssem escondidas em lugar seguro. Guardavam-se pois as imagens em lugar oculto, até que os tempos proporcionassem melhor monção de as tornar a expor ao público. Algumas dessas imagens foram encontradas pelos próprios que as esconderam; outras sómente foram casualmente encontradas. Cremos que a Imagem da Senhora da Rocha fôra casualmente achada, pois é esta ainda hoje a tradição.

Em regra, estas imagens teem sido encontradas ocultas nas brenhas, nas lapas, ou em qualquer esconderijo feito pela natureza. E' que de propósito procuravam-se os lugares mais ocultos. Sucedia até os fieis escolherem aqueles lugares que menos atenção despertavam.

E para fazer uma pequena ideia do que muitas vezes sucedia a estas imagens, propositadamente escondidas, basta ter em atenção o que sucedera à Imagem de Nossa Senhora de Nazaré. Veio primitivamente da cidadezinha de Nazaré, na Palestina, e o monge Ciríaco a foi depositar no mosteiro de Cauliana, junto a Mérida. Ali se conservou durante o tempo em que floresceu o império dos Wisigodos, até que tendo Rodericus ou Rodrigo, rei godo, sido forçado a descer o trono dos seus antepassados e a fugir desbaratado, foi dar consigo no mosteiro de Cauliana, de onde saiu depois acompanhado por um velho monge chamado Romano, e se dirigiram a Portugal, levando consigo a Imagem da Senhora e um cofre em que se continham as relíquias de S. Bartolomeu e de S. Brás. Chegaram ambos às pròximidades da Vila de Pederneira, e ambos descansaram no topo de um monte. Entre dois grandes penedos achou o monge Romano uma cova, que êle aparelhou, colocando ali a Santa Imagem da Senhora de Nazaré, mais tarde encontrada por D. Fuas Roupinho.

Assim narram os nossos historiadores outros achados de outras imagens. Em relação à Imagem da Senhora da Rocha nada mais pudemos apurar.

Conta o *Santuário Mariano* que no seu tempo

era a Santa Ermida da Senhora muito freqùentada com muitos concursos de romagens; e é certo que no meado do século passado repetiam-se com muito fervor essas romagens. Hoje apenas ali se celebra uma pequena festividade.

A capela ou ermida da Senhora da Rocha está a cargo de uma mordomia de que é juiz João Gregório Grade dos Santos, de Lagôa; tesoureiro José Ferreira Lamim; escrivão Gregório Gonçalves Atanásio.

A festividade costuma ser no 1.º domingo do mês de agosto de cada ano. E' muito concorrida até de pessoas que de longe veem pagar seus votos. Não tem a capela rendimentos próprios, a não ser umas pequenas casas (duas) que estão arrendadas ao ministério da guerra, secção da Guarda Fiscal. Possui uma cisterna.

A festividade, pois, que ainda hoje anualmente se celebra em honra da Virgem, é custeada pelos fieis com suas esmolas e ofertas.

Fica a capelinha na extremidade meridional da freguesia de Porches, em ponto que afoutamente afirmamos não poder ser mais belo nem melhor situado. Assenta sôbre um rochedo que sobe à altura de trinta metros acima das marés ordinárias e que parece um navio petrificado, na suave expressão do Snr. Alberto Pimentel. A capelinha é de forma hexagonal, rematando em pirâmide. Não se lhe conhece a data da fundação e consta ter sido antigamente eremitério.

Possui êste santuário uma cisterna, cuja água, além de refrescar os romeiros, lhes alenta a fé.

§ 2.º

Ermida de S. Sebastião

Houve em tempos nesta freguesia, nas pròximidades da povoação actual, à entrada ou à saída, um pequeno santuário, erguido em honra de S. Sebastião. Em quási todas as freguesias do Algarve há santuá-

rios sob igual invocação. Explica-se a existência dêstes santuários sob a feição religiosa, porque êste Santo é advogado contra a peste. E' sabido que nos primeiros séculos da nossa monarquia foi Portugal muito visitado da peste. Para não estar a mencionar quantas vezes ela assolou o nosso país, diremos apenas que em 29 de setembro de 1348 se principiou a sentir em Portugal uma horrível peste que o povo denominou *peste grande* ou *mortandade grande*. Dizem as memórias daquele tempo que este flagelo teve origem na Scytia. Em Portugal durou apenas três meses, mas fêz um grande número de óbitos.

Em 7 de junho de 1569 principiou a sentir-se em Lisboa um terrível contágio, que se propagou por todo o reino. Durou perto de cinco meses, havendo dias que só em Lisboa morriam 700 pessoas. Afirma um escritor que dessa peste faleceram em Lisboa 50:000 pessoas. Cresceu erva pelas ruas, e os falecidos eram amortalhados e colocados às suas portas, até que dali os levassem para a vala comum.

Em 1579 faleceram de peste em Lisboa 40:000 pessoas, e em Evora faleceram 25:000.

No dia 15 de outubro de 1598 rompeu em Lisboa outra terrível peste que durou 5 anos, fazendo mais de 80:000 vítimas.

E não é necessário mencionar mais casos, devendo apenas informarmos que S. Sebastião é advogado contra a peste, e como em regra só lembra Santa Barbara quando fazem trovões, S. Sebastião foi muito lembrado pelos portugueses em ocasião de peste.

Acresce que El-Rei D. Sebastião, por devoção especial com o Santo do seu nome, ou para livrar as povoações da peste, promulgou um decreto, ordenando que se erguessem à entrada ou à saída dos centros povoados ermidas a S. Sebastião, para que o Santo não consentisse a entrada de tão horrível e incómodo hóspede nos lugares povoados.

No Algarve encontram-se muitas destas ermidas à entrada ou à saída das povoações. A de Porches ficou situada a poente da povoação. Ainda há muita

gente antiga que chegou a ver as ruínas daquele santuário. Hoje nenhum indício se encontra.

Parece deduzir-se da carta do pároco de Porches, arquivada na Torre do Tombo, que desde o terramoto de 1755 não mais se tratou de reparar os estragos causados pelo tremor na citada ermida, pois diz: «... e na ermida de S. Sebastião, que quási o mesmo estrago padeceu, até ao presente, só falta reparar a referida ermida.»

CAPÍTULO XII

§ 1.º

Porches Velho

É um sítio da freguesia de Porches habitado por 18 fogos. Dêste sítio escreveu Estácio da Veiga: «Porches Velho — Ainda era grande povoação antes do terramoto de 1755 lhe ter prostrado 238 prédios de casas e o seu famoso castelo.» Vol. II, pág. 376.

Em outro lugar — vol. IV, pág. 96 — escreveu: «*Porches Velho* — Assim era denominada uma grande e antiga povoação situada a pouca distância do Cabo Carvoeiro, que o tremendo terramoto de 1755 quási inteiramente arrasou, destruindo-lhe em poucos momentos 238 prédios de casas e um forte castelo mourisco, talvez em grande parte levantado sôbre muralhas da mais remota data.»

Evidentemente laborou em êrro o nosso benemérito patrício: por ocasião do terramoto de 1755, havia séculos que Porches Velho deixara de existir. O sítio tem árvores de séculos; e a descrição feita de Porches, dois anos depois daquele terramoto, está tão expressiva, que ninguem pode duvidar de que a povoação de Porches arruinada por aquele terramoto foi a actual.

Quando escrevemos de *Crastos* apontamos algumas notícias que são referentes a Porches Velho.

Mencionando Estácio da Veiga o que Silva Lopes escrevera na *Corografia do Reino do Algarve* com referência a uns sarcófagos que existiam naquele sítio, escreveu as seguintes linhas:

«Comunicou me o snr. Manuel Veríssimo Cabrita,

um dos principais lavradores da localidade, que em sua propriedade naquele sítio tinham os trabalhadores algumas vezes achado sepulturas quási quadradas, feitas com lageado tôsco, e que dentro delas havia pedaços de ossos, vasilhas de um barro escuro mui ordinário, cunhas de cobre, etc.» Isto parece traduzir a civilização da idade do cobre.

Os terrenos dêste sítio são quási todos muito pouco produtivos.

Estácio da Veiga, respondendo aos que lhes pareça suspeito que próximo a uma zona tão extensa de oeste para leste de Santo Estêvão, do Pico Alto, da Atalaia de Alte, não tenha sido encontrado na freguesia de Porches mais característicos da idade do cobre, escreveu:

«A carta não os acusa, porque me não deram tempo suficiente para os descobrir. Alguma cousa disso há-de ir aparecendo nestes cincoenta anos mais próximos, à medida que aqueles terrenos forem sendo escavados para a plantação de vinhas e figueiras. A sciência que espere, já que os governos não autorizam fazer-se estudos.»

E com razão o benemérito escritor apela para os tempos vindoiros. Não querendo o governo gastar cinco reis em investigações pre-históricas, não há outro remédio senão esperar que o proprietário dos prédios rurais trate de os amanhar por forma que os revolva o mais profundamente possível. Já muito depois de Estácio da Veiga escrever aquele seu último período teem sido encontrados característicos das primitivas civilizações; e foram descobertos muito casualmente, simplesmente revolvendo alguns terrenos de pouca altura. Queremos com isto dizer que não seriam precisas grandes despesas para se encontrar em toda a área de Porches Velho, Senhora da Rocha, Crastos, Quintão e Alporcinhos, grande abundância de restos venerandos das civilizações pre-históricas e proto-históricas, e dentro destas a civilização dos Lusitanos, cujos costumes se tornaram tão célebres.

*

* *

Porches Velho representa para nós o berço da freguesia e talvez do concelho. As civilizações paleolíticas e neolíticas percorreram a freguesia, como se deve deduzir das cavernas da Senhora da Rocha; e data certamente dêsse tempo a aptidão do filho de Porches Velho para as armas; por isso que não podemos deixar de reconhecer no homem das cavernas um formidável caçador, origem do famoso militar, como tal reconhecido por D. Dinis. «Então a terra era para o homem que a habitava — escreve Edward Clow — como um telefone ao qual aplicava o ouvido para surpreender ao longe a marcha do inimigo. A' perícia com que arremessava o seu projéctil de pedra não havia pássaro que escapasse; a certeza da sua lança com ponta de pedra ou de osso levava a morte à presa que lhe passava ao alcance, voando; mergulhando na água ia, como o australiano, trespassar o peixe com o seu arpéu; só o dia de hoje o preocupava.»

Ao paleolita seguiu-se o neolita e o homem dos metais com os seus progressos extraordinários. E todas aquelas gerações se acentuaram em Porches Velho.

Seguiram-se os povos proto-históricos Fenícios e Celtas nesta região do Algarve; embora sejam todos a dizer que os Fenícios eram um povo mais ou menos civilizado, duvidamos em presença do conceito que dêles forma Tácito: «São — diz êle — extraordinàriamente selvagens: não teem recordações de família nem casa; os seus vestidos são peles; os seus leitos a terra; as suas setas, à falta do ferro, são de osso.» O mesmo podemos dizer dos Celtas e dos mais povos que invadiram o nosso Algarve. Ligaram-se êles aos povos pre-históricos e produziram no Algarve os lusitanos. Diz um escritor: «As sucessivas invasões na Península Ibérica dos cantabros, celtas, íberos, galos, turdulos, fenícios, cartagineses, romanos, visigodos,

suevos, álanos, árabes, judeus, fizeram tal mistura, que quási não sabemos dizer qual o nosso indígena. O que sabemos é que os antigos lusitanos são considerados nossos ascendentes.»

Dos nossos lusitanos escreveram os romanos, gregos e os antigos escritores portugueses o seguinte:

«Os costumes variavam com as terras e as situações. Estrabão fala dos povos da Lusitânia, que residiam entre o Tagus e os Artabros, e refere-se aos seus costumes: os montanheses ou castrejos e os habitantes das planícies não mantinham identidade de vida; nos montanheses os homens traziam cabelos compridos como as mulheres, os quais êles atam quando entram em combate; andam vestidos de saios e dormem no chão. As mulheres trajam de côr. Quanto a comidas, utilizam-se da carne de bode e fabricam pão das landes d ecarvalho, sêcas. A bebida ordinária é a cerveja de cevada e a água. Celebram grandes banquetes em que os convivas, ora sentados em um poial de pedra, uns após outros, conforme o grau de respeitabilidade dos anos ou da posição social, passam os acepipes de mão em mão, ora de taça em punho, bebendo vinho.»

Quem hoje assistir no Porches Velho em dia festivo parecer-lhe há assistir a um banquete dos lusitanos. As casas são construídas como em outro tempo, e lá se vêem à porta os poiais de pedra de uma certa extensão, onde o dono da casa, seus familiares e convivas se sentam, conservando uma certa ordem, e passando de mão em mão a taça ou o copo de vidro cheio de vinho, que êles vão libando com uma certa ordem.

Não constituem as danças e a música os seus únicos divertimentos, pois também se entregam aos jogos hípicos, hoplíticos, etc.; semelhantemente ainda hoje os rapazes e as raparigas se entregam aos bailes, enquanto outros preferem o jogo das cartas, da bola, etc.

Na arte da guerra eram os lusitanos exímios.

Diz Diodoro Sículo que êles marchavam para a guerra a passo cadenciado, cantando hinos, e sendo os Turdetanos os mais fortes.

Ainda modernamente os habitantes de Porches Velho eram considerados valentes e intrépidos. No foral de D. Dinis foi-lhes dado o privilégio de acompanhar o rei em combate, ocupando a vanguarda do exército.

Durante a paz, o que sucedia raras vezes, por que andavam quási sempre em guerra, entregavam-se à caça e à pesca. Por isso eram perfeitos caçadores, e muito precisos no atirar da aljava ou no tiro de arremêsso. Na pesca não eram dos menos audazes. Perseguiam as feras no campo, com a mesma agilidade que perseguiam os monstros no mar, escreveram Políbio e Estrabão. Serviam-se dos barcos feitos de coiro ou de peles, como de antes se serviam dos troncos de carvalho escavados com instrumentos de pedra. Ainda hoje os filhos de Porches Velho, Crastos, etc., são notáveis no mar. Serviram muito o rei no mar, como se deduz do *foral;* e mais tarde prestaram grandes serviços ao infante D. Henrique na escola de Sagres.

Costumavam os lusitanos, quando lhes adoecia algum, colocá-lo à beira da estrada ou caminho, e os que casualmente passavam ensinar ao doente os remédios com que se tinham curado. Ainda hoje êsse velho costume se mantem por uma forma bem sensível. Quando adoece alguem é logo visitado pelos vizinhos, que vão ensinando ao enfêrmo os remédios com que se curaram. Por isso ouvimos a um médico muito notável de Lagôa, falecido há anos, dizer que na freguesia de Porches toda a gente sabia medicina, excepto os médicos. E' talvez por isso que a Câmara não obriga o médico a visitar semanalmente aquela freguesia. Convenceu-se talvez de que os habitantes de *Porches Velho* não necessitam dos socorros médicos da medicina de Lagôa.

§ 2.º

Crastos

Crastos é um sítio da freguesia de Porches actualmente habitado por 25 fogos. Dêste sítio escreveu Estácio da Veiga:

«Visivelmente, *Crastos* é um nome corruto, deve ter sido Castro ou *Castrum*. Lá estão ainda parcialmente à vista as arrazadas muralhas de um grande quadrilátero fortificado, que vigiam e defendem em antigos tempos aquelas paragens...»

Em outro lugar, escreveu:

«A curta distância da ermida da Senhora da Rocha estão parcialmente à vista as ruínas romanas de um castelo arrazado *(castrum)*, deixando observar um quadrilátero de grossa muralha de onde derivou o nome de *Castros* ou *Crastos*.»

Das muralhas nada resta hoje. A freguesia de Porches neste último meio século tem experimentado um grande desenvolvimento agrícola. Quási que não há um migalho de terreno por aproveitar e daqui resulta que ninguem consente que se conservem de pé umas velharias, que não dão pão.

Muito fazem os habitantes daquele sítio em conservar de memória as tradições. Efectivamente, ainda hoje os moradores daquele sítio, como do sítio de Porches Velho e da Ermida da Rocha, todos muito próximos entre si, conservam a tradição, que nenhum facto material hoje justifica, os nomes antigos de Tôrre e Torrejão, nomes que consagram a existência de antigos fortes ou castelos. Assim, no sítio dos *Castros* ou *Crastos*, a 200 metros da Senhora da Rocha, em lugar mais elevado, há o sítio da *Tôrre*, e próximo a *Porches Velho* outro denominado o *Torrejão*, denominações estas que comemoram certamente antigos castelos.

Também próximo da Ermida da Senhora da Rocha e junto da mesma há indícios de fortificações, pois se encontram vestígios de qualquer entrada, e

restos de fossos e de paredes, que diáriamente vão desaparecendo.

Em outro lugar, vol. IV, fls. 79, escreveu:

«*Crastos.* — São numerosos os instrumentos de pedra, que teem sido achados naqueles terrenos entre Porches Velho e a Ermida da Senhora da Rocha. Visitei aquele pequeno povoado em 20 de dezembro de 1877, e nessa ocasião apenas consegui obter o machado polido de quartzo. Vê-se, pois, que a população neolítica ocupou todo aquele sítio e que continuou a utilizá-lo na idade do cobre, a que devem pertencer as típicas sepulturas quadradas que ali se acham construídas com lages tôscas, postas a prumo em forma de caixa. Um dos informantes, tendo visto nas sepulturas muitos pedaços de ossos, chegou a imaginar que eram partidos de propósito para poderem caber naquelas caixas de pedra, e estava convencido de que seriam de mouros, *porque só êles eram capazes de tratar assim os defuntos.*» Esta ideia que ainda hoje o nosso povo faz dos mouros resulta inteirinha da propaganda dos nossos antigos cronistas contra aquela raça. Eles bem sabiam que os mouros eram mais ilustrados do que o povo gótico.

Os terrenos dêste sítio são muito magros; ainda assim produzem alguns frutos. Há aqui um bom prédio urbano pertencente aos snrs. José Maria Vieira dos Santos e Francisco Fernandes Pereira, da Armação de Pêra; e ainda se encontra outro pertencente ao snr. Simões, de Armação de Pêra.

Encontram-se muitas vinhas nesta região.

§ 3.º

Quintão

E' um sítio da freguesia de Porches actualmente habitado por 9 fogos. Com o mesmo nome encontramos nas freguesias de Estombar e Lagôa dois sítios, e ambos acusando a existência de instrumentos da civilização neolítica. Encontrando-se êstes sítios entre si

não muito distantes, ocasionaram uma certa confusão ao nosso investigador Estácio da Veiga. Escreveu êle no vol. II do seu citado trabalho o seguinte:

«*Quintão.* — Este sítio a nordeste de Estombar vai talvez por erradas informações incluido na freguesia de Porches e confundido mui provàvelmente com outro Quintão que fica a noroeste da Armação de Pêra em distância de 1,5 quilómetro.» Este *Quintão* ao noroeste da Armação de Pêra é situado na freguesia de Porches, e nêle encontrou Estácio da Veiga os seguintes instrumentos, que lhe foram vendidos por pessoas que os possuiam:

Machado, todo polido, de gume muito arqueado, produzido por gradual desengrossamento nas faces mais largas e rematado inferiormente em ponta arredondada. Comprimento, 1m,29; largura, 0m,056; e espessura, 0m,043.

Brunidor de diorite, de fina granulação, da forma de triângulo curvilíneo, todo polido, formado por duas faces convexas e opostas, aderentes a três lados também convexos. Eixo mais alto, 0m,044; e espessura máxima, 0m,022.

Espigão de peão de azenha (?). Calhau de forma quási cónica, todo polido, com a base lustrada por trabalho de rotação exercido noutra pedra, que lhe serviu de *buxa*. Altura, 0m,044; diâmetro máximo, 0m,032.

Em 1841 ainda êste sítio não era habitado. E fazemos esta afirmação porque na *Corografia do Reino do Algarve* encontram-se como pertencentes à freguesia de Porches os seguintes sítios: Porches Velho, Crastos, Areias, Val de Olival, Quintão Grande, Val de Lousas e Sobral.

§ 4.º

Alporcinhos

E' um sítio povoado por 30 fogos. Nos seus terrenos dão-se os cereais e legumes. Encontram-se ali figueiras, amendoeiras, oliveiras e vinhas.

Quando o benemérito patrício Estácio da Veiga, no vol. IV das *Antiguidades Monumentais do Algarve,* a pag. 97, escreveu de *Porches Velho,* disse: — «E' muito notável e não menos enigmático um corpulento artefacto de pedra achado em *Alporcinhos,* mui perto de Mexilhoeira da Carregação. Parece representar uma secção do disco lunar, o arco de propelir a frecha, ou ainda um assentador de tecidos de linho ou de esparto. A corda da arcatura mede 1m,07 e o diâmetro na expessura central do instrumento 0m,15. E' muito pesado, inteiramente polido e sem uma única falha que permita o reconhecimento da rocha. Foi achado em escavação de trabalho rústico e não se sabe se dentro de alguma sepultura, se isolado, ou acompanhado de mais alguma cousa. Felizmente os escavadores gostaram do feitio do objecto e por isso não o destruíram.»

Quando escrevemos a *Monografia de Estombar* não encontramos em Mexilhoeira da Carregação o sítio dos *Alporcinhos.* Estamos pois na dúvida se este sítio se escreve *Alporcinhos* ou *Alporxinhos,* ou se são dois sítios diversos, um pertencente à freguesia de Porches e outro à freguesia de Estombar. Em todo o caso fazemos menção daquele instrumento de pedra que pode muito bem ter servido no culto da lua, que se presume já existir na última idade da pedra, se é verdade o que teem afirmado escritores vários.

§ 5.º

Redores

Na *Corografia do Reino do Algarve* não figura êste sítio, o que nos leva a crer que a sua área ainda não era povoada. Hoje os *Redores,* sítio da freguesia de Porches, são habitados por 45 fogos.

Neste mesmo sítio, mas sob a denominação *Ferrarias,* encontra-se um poço, mas de pouca água, pois ao chegar o verão seca, e próximo, denominado o *Poço Velho,* existe outro, tambêm de pouca água.

§ 6.º

Vale de Olival

E' um sítio habitado por 21 fogos; em 1841 tinha apenas 13.

Este sítio comunica pelo nascente com o Vale de Louzas e *Quintão;* do norte com o sítio dos *Redores* — poente com *Areias* e sul com o mar.

Os terrenos dêste sítio são todos de areias. E' principalmente povoado de vinhas, encontrando-se algumas figueiras, amendoeiras e oliveiras.

§ 7.º

Vale de Louzas

Este sítio, que em 1841 era habitado por 12 fogos, é actualmente povoado por 18.

Este sítio confronta do nascente com o sítio do mesmo nome, mas já pertencente à freguesia de Alcantarilha; norte com estrada do litoral de Vila Rial a Sagres; poente com o sítio dos Redores, e do sul com as Areias e Vale de Olival.

Terrenos de areias, vinhas, figueiras, amendoeiras e oliveiras.

§ 8.º

Sobral

Este sítio é actualmente habitado por 62 fogos; em 1841 apenas 20 era o número dos fogos que o habitavam.

Os terrenos dêste sítio são em parte compostos de areias, mas teem algum mato, que não tem sido arrancado, naturalmente porque o terreno não é de bôa qualidade.

Neste sítio existe um poço conhecido pelo *Poço da Cascalheira,* de pouca água.

O sítio do Sobral confronta do nascente com Fontes da Matosa, freguesia de Alcantarilha, do norte com o sítio da Vala, freguesia de Silves, do poente com Vala e Redores, e do sul com êste sítio dos Redores e estrada do litoral.

Neste sítio encontram-se os dois moínhos pertencentes a Brísida de Jesus e teem excelentes pontos de vista.

§ 9.º

Areias

E' outro sítio da freguesia de Porches, sendo actualmente habitado por 12 fogos. Em 1841 tinha apenas 7 fogos.

Como está indicando o nome, êste sítio compõe-se de terrenos de areia. Encontram-se nêle excelentes vinhedos, amendoeiras e oliveiras.

§ 10.º

Alqueives

Em 1841 ainda não se achava inscrito no arquivo da paróquia êste sítio dos Alqueives. Actualmente é habitado por 8 fogos.

Neste sítio há glebas de excelente terreno, onde se dão bem as searas de pargana e legumes.

§ 11.º

Praias

Da ponta da *Pedra da Galé* para O, estende-se uma famosa praia, dentro da qual emerge a da Armação da Pêra e chega até ao sítio do *Barranco,* de Vale de Olival, já na freguesia de Porches. A êste sítio seguem-se altas rochas a pique até à Senhora da Rocha. Encontra-se então uma pequena praiá pertencente a esta freguesia. Terá esta praia a extensão de

150 metros, e forma o arraial de uma armação de sardinha denominado da Nossa Senhora da Luz. No alto ergue-se a ermida da Senhora da Rocha. A poente da ermida há outra praia denominada do Barranco, para onde se escoam as águas de Porches Velho e Caramujeira.

Estas praias são pouco aproveitadas pelos banhistas, pois que quem quer tomar banhos vai para a praia da Armação da Pêra ou para a praia do Carvoeiro, que é principalmente visitada pelos banhistas da Vila de Lagôa.

Aquelas duas praias, tanto a denominada do *Barranco do Vale de Olival,* como simplesmente do *Barranco*, são abrigadas dos ventos do N. O. e N. E., e constituem duas enseadas com bom fundo.

Nesta última praia lança-se actualmente uma armação de sardinha.

CAPÍTULO XIII

Uma comemoração

António Joaquim Cabrita

Em 6 de novembro de 1807 nasceu no Povo de Porches uma criança do sexo masculino, que recebeu na pia baptismal o nome—António—mais tarde muito conhecido no Povo e freguesia pelo nome—António Joaquim Cabrita. Foi padrinho dessa criança o honrado comerciante de Mexilhoeirinha da Carregação—António Joaquim Judice, falecido.

Filho legítimo de José Ricardo Cabrita e de Isabel Felícia, naturais da freguesia de Porches, neto paterno de António Dias Negrão e Josefa Maria e materno do Alferes Pedro da Silva Negrão e Luísa da Conceição, todos do mesmo Povo e freguesia, ficou inscrito entre os membros da família Negrão, uma das famílias mais distintas da freguesia.

Solteiro e possuidor de capitais superabundantes para o meio em que vivia, pensou de muito cedo na maneira de distribui-los por sua morte, conciliando quanto possível o amor santo da sua alma à sua querida igreja, onde pela primeira vez entrara acompanhado de sua mãe; e ao mesmo tempo desejando não cair sob a censura dos que, incapazes de compreender os preceitos da caridade, alcunham de hipócrita os que praticam o bem, pensou por muito tempo em legar os seus haveres ao reverendo pároco da sua freguesia, José Gregório da Assunção Cabrita, sob oculta cláusula do mesmo pároco aplicar depois a herança aos melhoramentos que êle desejava fazer na sua Igreja.

Esta confiança absoluta na pessoa do seu pároco

era um documento honroso para o seu grande amigo, mas êste, receoso de que acontecimentos posteriores não transtornassem acordos humanos, convenceu o seu amigo a beneficiar franca e abertamente a sua igreja com os melhoramentos que entendesse, não ligando importância às apreciações que cada qual fizesse ao seu procedimento. Efectivamente, em 2 de abril de 1879, António Joaquim Cabrita fêz o seu testamento público nas notas do tabelião privativo do julgado de Lagôa, e nêle consignou os seguintes legados: um de dois contos de reis em dinheiro, outro de três contos, também em dinheiro, e outro de quinhentos mil reis, no mesmo metal, todos a favor da Fábrica da freguesia de Porches, para os fins e aplicação previstos no referido testamento.

O testamento foi logo apreciado pelo público e diversos foram os pareceres dos entendidos. E' que o artigo 1781.º e o seu § único do Código Civil pareciam contrariar os desejos do honesto benfeitor. Para evitar questões futuras, incómodos e despesas, outorgou então em uma escritura de doação, *inter vivos,* a favor da Fábrica, à qual deixou cinco contos de reis com as seguintes aplicações: fazer-se uma festa anual em honra de Nossa Senhora da Encarnação na qual se dispendesse até cincoenta mil reis; celebrar-se um ofício anual no dia do seu óbito em que se não dispenderiam menos de vinte mil reis; e ainda mais cincoenta mil reis de esmolas aos pobres. Disse mais que doava à mesma Fábrica a quantia de quatro contos de reis para a aplicar em acrescentar a igreja desta paróquia, levantar as paredes, fazer o fôrro e o soalho, reformar as capelas, fazer o côro, e em suma fazer as obras que fossem convenientes, com a cláusula que da referida doação se havia de reservar a quantia de cincoenta mil reis para depois de concluidas as obras se celebrar uma festa solene em honra de Nossa Senhora da Encarnação. Esta festa seria em acção de graças por terem terminado as obras do seu querido templo.

Foi esta escritura outorgada em janeiro de 1880; no ano seguinte faleceu o benemérito cidadão, como

consta do termo de óbito que em seguida reproduzimos:

«Aos 15 dias do mês de maio de 1881, às três horas da noite, na sua casa, sem número, na rua da Praça, dêste Povo de Porches, concelho de Lagôa, diocese do Algarve, faleceu, tendo recebido os sacramentos da Igreja, um indivíduo do sexo masculino, por nome António Joaquim Cabrita, de 73 anos de idade, solteiro, proprietário, natural e morador nesta freguesia, filho legítimo de José Ricardo Cabrita, proprietário, e de Isabel Felícia, desta freguesia. Fêz testamento e não deixou filhos, sendo sepultado no cemitério público.»

Não descuidou a Junta de Paróquia de cumprir a vontade do benemérito filho de Porches, e logo deitou mãos às obras. Parece porêm que a Junta, na interpretação das cláusulas da escritura de doação, foi alêm da vontade do doador. Era intenção do doador gastar nas obras por êle mencionadas na escritura quatro contos menos cincoenta mil reis, e todavia os quatro contos não foram suficientes porque as obras não se completaram por falta de dinheiro. Já tocámos neste ponto quando escrevemos acêrca da igreja da freguesia.

Nada temos com o facto do dinheiro não dar para as obras que foram traçadas; é outra a nossa intenção. O que aqui desejamos consignar é o nosso preito de profundo respeito a um homem que tão superiormente soube inspirar-se no bem. António Joaquim Cabrita, aplicando farta esmola em benefício da sua igreja, não só satisfez ao preceito da caridade, mas praticou um acto de justiça, substituindo-se àqueles que teriam obrigação de concorrer com as suas esmolas em favor das obras do templo, mas não concorrendo por não terem meios suficientes e por serem pobres. Por isso quem fôr a Porches nada perde em dirigir-se ao pequeno cemitério, entrar e lançar os olhos sôbre a sepultura rasa, onde foram depositados os restos mortais dêsse filho estremecido da paróquia. E se no cemitério entrar notará uma particularidade

que muito o recomenda: é que, deixando à sua igreja capitais importantes para o fim de embelezar o seu templo, êle não pensou em deixar qualquer quantia para mandar construir uma pequena capela onde o seu cadáver fôsse encerrado. Não era homem de exterioridades. Conheci-o, era eu bastante novo: acompanhara a Porches o reverendo José Gregório da Assunção Cabrita, que servira como coadjutor no Algôs, e fôra por ordem do Prelado reger interinamente a freguesia de Porches, terra da sua naturalidade.

António Joaquim Cabrita e José Gregório da Assunção Cabrita eram dois amigos estremecidos, não obstante a sua diferença de idades. Contou-nos o reverendo pároco mais de uma vez que o seu amigo, desde que pela primeira vez entrara com sua mãe no templo da sua freguesia, em uma noite de Natal, tivera a inspiração de concorrer um dia com os seus capitais para o embelezamento da sua querida igreja. Não me admirou de que assim sucedesse. Na *Missa do Natal* proporciona-nos a Igreja um verdadeiro poema de amor. Nenhuma criança assiste pela primeira vez a um acto daqueles que não sinta recordá-lo, durante a vida, em seu espírito religioso e meditativo. Lembro-me dêle, como se fôra hoje. Logo na manhã dêsse dia eu fôra prevenido de que minha mãe tencionava levar-me nessa noite à *Missa do Natal,* e que essa Missa era celebrada à meia noite, hora a que nasceria o Deus Menino.

Minha ama, que ainda se conservava em nossa casa, embora eu tivesse já seis anos, fôra quem me prevenira de tudo isto, acrescentando que nessa noite os meninos que se não deixassem adormecer durante a missa ou não chorassem receberiam do Menino Deus uma prenda. Quando chegou a hora fui para a igreja, acompanhado de minha mãe e da minha ama. Eu não sei descrever o que vi, tantas cousas me impressionaram profundamente os sentidos. As luzes, artísticamente distribuidas por todos os altares, ornados de flores; a capela em que se erguia a caminha onde nascera o Menino Deus; os cânticos dos pasto-

res que à proporção que iam entrando na igreja iam fazendo ouvir-se; enfim todo aquele conjunto de vozes que pela primeira vez registara no meu espírito, impressionavam-me tanto e tão profundamente, que eu, sem me esquecer de que me não podia deixar adormecer sob pena de perder a prenda, fechava todavia os olhos para me não deixar ofuscar. Quando ao terminar a Missa minha mãe supunha que me tivesse deixado adormecer, notou que eu de ôlho aberto espreitava tudo quanto me rodeava. Noite cheia de encantos que não esqueci, não obstante terem decorrido sessenta anos.

E' por isso que não me admiro que António Joaquim Cabrita se inspirasse na noite de Natal, quando entrara na sua igreja, acompanhado de sua santa mãe.

Pôde êle felizmente cumprir a sua promessa; as suas circunstâncias económicas permitiram-lhe realizar o seu desejo; bem fêz êle. Deixou à sua freguesia uma lição eloqùente, e um exemplo que certamente muito tarde poderá ser seguido. No entanto deixou o seu nome vinculado a um melhoramento simpático: e hoje as crianças, ao entrar na sua igreja, os adultos de ambos os sexos, não podem deixar de repetir, ao persignar-se, o nome do benemérito benfeitor da sua igreja — António Joaquim Cabrita.

Tendo de registar os factos mais importantes desta freguesia, era do meu dever e da minha obrigação, comemorar aqui o passamento de um verdadeiro benemérito, de um filho querido da freguesia de Porches. Mal me estava esquecer quem devia ser lembrado. Faleceu António Joaquim Cabrita, e estas palavras merecidas que deixei escritas não serão atribuidas a intuitos que não estejam bem a um escritor honesto.

E' necessário não esquecer uma particularidade muito notável nesta freguesia, e que evidentemente manifesta uma vocação para os actos de virtude. Parece que de antiga data vem o costume de beneficiar a freguesia com os bons exemplos. Tem-se procedido a melhoramentos muito importantes nesta freguesia.

Assim vemos que a Confraria das Almas tem sido beneficiada por diversos fieis desta freguesia: António Joaquim Cabrita beneficiou a confraria com um conto de réis; Constantino José da Silva Martins, com reis 50$000; Maria Gertrudes de Oliveira, mãe do pároco José Gregório da Assunção Cabrita, com 100$000 réis; Maria Luísa, viuva, com 100$000 reis. Ainda os herdeiros desta não corresponderam com aquela quantia, apesar de terem decorrido dois anos da sua morte.

Outros filhos desta freguesia teem sabido corresponder aos cuidados dos bons filhos com diversos actos de beneficência: assim, o pároco José Gregório da Assunção Cabrita ofereceu à sua freguesia quatro sinos, que lá estão no campanário da tôrre; o padre António da Silva Martins e sua ex.ma irmã, D. Constança Rocha da Silva Martins, ambos filhos desta freguesia, uma bonita Imagem de S. José, o relógio e o sino para o mesmo.

Parece, pois, que aquêles filhos da freguesia que melhor se encontram em circunstâncias de a beneficiar não se descuram de cumprir os preceitos da mais pura caridade.

Bem haja quem assim dirige os seus passos pelo caminho da virtude.

CAPÍTULO XIV

Lendas, Contos e Narrativas

1.º

Estácio da Veiga, no seu livro—*Antiguidades monumentais do Algarve*—vol. 4.º, paginas 100, diz ter sido informado por uns homens que o acompanharam a um reconhecimento nos terrenos da freguesia do Algôs, que corria a lenda nos seus sítios que na caverna da Guiné, daquella freguesia, se tinham refugiado os mouros, quando o castelo de Porches fôra tomado pelos cristãos. Disseram-lhe mais que para prova ainda se encontravam nas proximidades do Castelo e da Caverna numerosas pedras do feitio de bolas com que os mouros atiravam do alto das muralhas contra os cristãos.

Essa lenda ainda hoje corre. As pedras teem a forma de esferóide e são de diorite. Com estas pedras aparecem tambêm outras de diversos formatos muito conhecidas sob o nome de pedras de raio.

Como o nosso povo aprecia os mouros como a mais antiga raça do mundo, por isso liga no mesmo nexo o povo mourisco e os instrumentos de pedra polida.

2.º

Passa próximo do castelo de Porches um ribeiro —o ribeiro do Vale de Olival—sôbre o qual, conforme a lenda reza, os mouros mandaram construir uma famosa ponte, da qual resta apenas um pilar enegrecido pela acção do tempo. Conta a lenda que passando junto do pilar em certa noite um homem daqueles

sítios, ouviu umas vozes tristes. Pensou que alguem precisava de auxilio para passar a ponte, e para se certificar precisou o ponto de onde vinham os lamentos. Em breve distinguiu duas pessoas: um homem e uma jovem, ambos vestidos à moda dos mouros. Ficou admirado e muito confuso o nosso homem, pois tinham apenas decorrido duas semanas depois da expulsão dos mouros de Porches, e êle julgava que nenhum tivesse ficado. Escutou as palavras que lhe chegavam aos ouvidos. Diziam:

«Aqui ficarás encantada, filha querida da minha alma, pois que enquanto não fôr roçado êste mato, o seu terreno semeado de orégãos, êstes substituidos pela vinha, e esta já em estado de não dar fruto por ser velha, não tornarás a aparecer no aduar de teus pais, a pátria amada dos nossos maiores.»

Ficou o homem dolorosamente impressionado com aquela scena que não durou por muito tempo, pois que tudo desaparecera num momento, apenas o mouro acabara de falar.

Afastou-se daquele lugar e no dia seguinte contou a varias pessoas o que ouvira.

Passados alguns meses deu-se um caso que assombrou toda a gente.

Passára em certo dia por aquele mesmo sítio uma pobre mulher com a sua alcofinha debaixo do braço, pedindo esmola, e viu junto do referido pilar uma esteira com figos expostos ao sol. Ficou ela surpreendida não só porque naquela época não havia figos nas figueiras, mas porque nem figueiras ali havia por estar todo o terreno reduzido a mato. Para se certificar de que eram figos, aproximou-se da esteira e tirou um punhado que guardou na alcôfa. Mais adiante, abriu a alcôfa e então foi maior a sua surpreza; em vez de belos figos defrontou famosas peças de fino ouro. Arrependida de não ter tirado mais figos, voltou atrás mas já não encontrou a esteira.

Este caso foi logo sabido, e por isso ainda hoje muita gente do sítio crê piamente no encantamento da

moura, que certamente se encontra naquele lugar encantada enquanto se não cumprir a sentença paterna.

3.º

O castelo de Porches foi tomado pelos christãos logo em seguida à tomada do castelo de Albufeira. Não assistiu D. Afonso III à tomada do castelo de Porches porque a êsse tempo mal tinha o rei tempo para tratar de amôres.

Em Porches diz-se que tendo os soldados recebido ordem do rei para cair sôbre Porches, o rei ficara em Albufeira. A razão da demora de D. Afonso III em Albufeira consta de um historiador muito sério.

Foi a seguinte:

«Tinha quási sido tomado o castelo de Albufeira, quando chegou El-Rei D. Afonso III, de Faro. Não tardou muito que se fizesse a capitulação, ficando os cristãos senhores da Praça. Ficou El-Rei morrendo de amores pela filha do rei mouro da Vila, e sua formosura era tanta, que enchia de admiração a todos, mouros e cristãos. Suspirou o rei algum tempo por ela até que por fim, convencida e vencida, não do lugar que êle ocupava, mas do grande amor que lhe tinha, rendeu-se aos seus desejos e deu-lhe um filho, que se chamou Martin Afonso Chichorro, chefe de um dos ramos da nobre familia dos Souzas.»

Do exposto vê-se que D. Afonso III não acompanhou as suas tropas em frente do castelo de Porches, porque nêsse tempo ardia nas labaredas do amor atiçadas por uma linda moura. E dizemos *moura linda,* porque então todas as mouras eram lindas e muito principalmente aquelas que tinham a honra distinta de serem filhas de reis.

E talvez esta seja a razão porque os nossos cronistas não concordam em designar dia certo em que se tivesse dado o ataque ao castelo de Porches. Se também ao ataque assistisse o rei era muito possível que êle tivesse descoberto outra filha do rei, tão formosa como a do rei de Albufeira.

4.º

Os filhos de Porches teem uma certa independencia: não se sujeitam fácilmente à vontade dos estranhos. Conta a lenda que nos primeiros tempos da monarquia, a freguesia de Porches sómente produzia pinhão. Eram pinheiros as unicas árvores que se encontravam nesta freguesia.

Ora o génio independente e altivo dos filhos de Porches acentuava-se principalmente nos anos em que o pinhão abundava.

Em um dêstes anos saíu da freguesia de Porches um seu habitante, que se conservou ausente em Lisboa oito dias. No seu regresso à terra natal, não conheceu a povoação, nem a própria mãe. Então ao chegar às portas da sua residência, ergueu um pouco o colo altivo e disse para quem lhe abriu a porta:

—Olá, olá, aqui é que é Porches?! Há por aqui um bocado de mão de vaca ou um bocado de carne assada?

A pessoa, que lhe abriu a porta, sorriu-se e respondeu:

— Pois não me conheces a mim, tua mãe, nem a terra de onde saíste há oito dias?

Então o sujeito, julgando que o queriam disfrutar, ou fingindo que efectivamente não conhecia a mãe nem a povoação, formalizou-se e tomando um gesto de quem se preparava para lutar, respondeu agressivamente:

—Se quer alguma coisa deite a casaca fora.

Eu tenho para mim que esta lenda nenhuma razão tem de ser. Quem consultar o foral de Porches concedido por D. Dinis ou a doação do castelo de Porches por D. Afonso III ao seu chanceler, D. Estêvão Nunes, convencer-se-há de que a freguesia de Porches produzia muito figo, muito azeite, muita amêndoa e muita alfarroba. Não lhes faltava abundância de uva, de peixe e de bolota. Portanto, a lenda deve-se apenas atribuir à graça desenxabida de algum gracioso das freguesias circunvizinhas.

5.º

Porches, Pêra e Alcantarilha, são três povoações muito próximas entre si, e das três é Porches a mais pequena e menos importante. Nos bailes de qualquer das freguesias, em ocasião de festas do Natal, do Entrudo e da Páscoa, costumam as moças de Pêra e Alcantarilha cantar a seguinte quadra:

Já Porches não vale nada,
Alcantarilha um vintêm;
Pêra uns cem mil cruzados
P'las boas moças que tem.

mas as moças de Porches não se calam e respondem vitoriosamente:

Já Pêra não vale nada,
Alcantarilha um vintêm
Porches uns cem mil cruzados
P'las boas moças que tem.

6.º

Ufanam-se os habitantes de Porches de que o seu castelo figurasse logo no princípio entre os sete castelos que abrilhantaram as armas de Portugal. Esses castelos foram: Estombar, Paderne, Aljezur, Albufeira, Cacela, Porches e Castro Marim.

No tempo de D. Afonso III as nossas armas tinham apenas sete castelos, depois, porêm, os nossos reis iam adiantando o número dêsses castelos à proporção que os iam conquistando. No entanto, é certo que o castelo de Porches foi conquistado no tempo de D. Afonso III, antes da conquista do Castelo de Aljezur. Por isso tem direito a figurar nas Armas do nosso reino como um dos sete castelos primeiramente conquistados.

Hoje Porches decaíu da sua primitiva grandeza; é a lei que preside a todas as grandezas do mundo. O

que hoje sucede a Porches, sucederá àmanhã à maior cidade do mundo.

7.º

Os soldados de Porches gozavam de honras e privilégios ligados aos homens valentes e destemidos. Por isso El-Rei D. Dinis no seu foral dá aos filhos da vila de Porches o alto privilégio de sómente formarem na vanguarda dos exércitos, quando assistia El-Rei. Dêste privilégio gozavam igualmente os soldados de cavalo, de Aljezur.

8.º

No tempo em que D. Dinis concedeu o foral a Porches, ainda Lagôa quási não tinha existência como sede de população. Por isso no foral de Porches entra como pertencendo a esta vila grande porção de terreno que actualmente pertence à freguesia de Lagôa.

Cremos que os chamados *moínhos de Eyldebrado, Lagôa* e *Arrogel,* sítios de Porches, naquele tempo, pertencem actualmente a Lagôa. Lagôa foi um sítio que mais tarde deu o seu nome à vila, e Arrogel era outro sítio, que hoje não é possível localizar.

Refere-se o foral a diversas herdades que certamente se achavam situadas no terreno hoje pertencente à freguesia de Lagôa.

9.º

Reza a lenda que a Imagem da Senhora da Rocha fôra encontrada no sítio onde hoje se vê a Ermida, sendo por isso dado à Senhora a invocação actual.

E não admira que a lenda assim o diga, pois é sabido que a religião cristã já era seguida na nossa região nos fins do primeiro século. Depois as perseguições dos imperadores romanos, e mais tarde os árabes fizeram que o povo cristão, para livrar as imagens das profanações gentílicas, as escondesse nas anfractuosidades das rochas e em outros lugares mais

ou menos ocultos. Sabe-se como foi escondida a Imagem da Senhora da Nazaré. E', pois, possível que os habitadores da freguesia de Porches escondessem a Senhora, quando os mouros aqui entraram, e mais tarde fôsse a mesma Imagem encontrada casualmente.

10.º

Contam os poetas romanos e gregos que Saturno, não querendo consentir outros herdeiros mais do que êle e seu irmão Titan, resolvera sacrificar todos os filhos. A esta bárbara sentença pôde escapar Júpiter, que em vingança subiu ao céu e de lá expulsou o pai Saturno. Esta ousadia deu motivo a uma grande sublevação, pois que os filhos de Titan, gigantes horríveis, protestaram tirar vingança do primo, e para êsse fim amontoaram serros enormes, colocaram uns sôbre os outros e tentaram subir ao céu. A êste tempo já Júpiter estava senhor do raio, e com esta arma bem manejada, Júpiter soterrou os gigantes debaixo dos próprios serros, que êles tinham ali reunido. Ora, segundo dizem os poetas da antiguidade, os gigantes escolheram o ponto mais alto dos bosques de Tartessos para escalar o céu.

Diz o Snr. Leite de Vasconcelos: «ou porque no Algarve havia outr'ora muito mais arvoredo do que hoje ou porque se tinha em mira principalmente a vegetação das montanhas, é certo que o historiador Justino afirma que os Cinetas—algarvios – habitavam os bosques dos Tartessos». E onde ficavam êsses bosques? Responde Fr. Vicente Salgado: os bosques dos Tartessos achavam-se situados nas costas marítimas do Algarve entre Vila Real de Santo António e Sagres.

E qual o ponto mais elevado, onde se deveria ter dado a incursão? Responde-nos um mapa da nossa costa: «na freguesia de Porches, ao lado da ermida da Senhora da Rocha»; de onde devemos concluir que essa luta gigante, chegada até nós por via dos poetas, se deu na freguesia de Porches. E desta forma, ainda Lagôa nem ao menos era um centro povoado e ape-

nas um depósito de água nociva, qual outra hidra de Lerna, e já os habitantes da freguesia de Porches assistiam impávidos no alto dos bosques de Tartessos a essa luta, a primeira que apareceu no mundo, pelos que nela figuraram e pelo fim que tinham em vista (E).

11.º

Em tempos antigos, talvez na transição da pedra lascada para a polida, tinha o filho de Porches dois modos de responder aos que lhe perguntavam pela terra da sua naturalidade. Se era no inverno, o vento soprava agreste, e a água corria em catadupas pela beira dos telhados, ao que lhe perguntava de que terra era, respondia muito humildemente:

—Sou de Porches de Jesus Cristo.

Se, porêm, era no verão, os pinheiros floriam, a natureza rejuvenescia, e tudo lhe anunciava força e vigor, erguia a grimpa, e respondia ousadamente, acompanhando as palavras com o gesto:

—Sou de Porches, e se quer alguma cousa deite a casaca fora.

12.º

Desejamos apurar o que havia de verdade em referência às lendas que correm acêrca dos habitantes desta freguesia e pessoa séria se prestou a dar-nos os seguintes esclarecimentos:

Os habitantes de Porches não podem esquecer a sua antiga grandeza. Valiam mais do que todos os que hoje se julgam mais do que êles pelos azares da sorte. E por isso ainda hoje na sua conversação não se sujeitam aos que os querem governar e respondem com intimativa e arreganho. «Somos o que somos— respondem—e se põem alguma dúvida, digam em que ela consiste, que nós lhe saberemos responder.»

Outros porêm dos seus habitantes, conhecendo

bem o mundo e sabendo que o valor está na razão directa do que se pesa, conformam-se com as leis absurdas da actualidade, envergam as vestes dos humildes e deixam-se de bravatas, respondendo humildemente. E' frase vulgar e muito adoptada o dizer-se *Pobre de Cristo,* quando se quer amesquinhar alguem. Por isso os humildes respondem aos que lhes perguntam donde são:—Somos de Porches de Jesus Cristo.

CAPÍTULO XV

Pessoas antigas de Porches

Sem os escrúpulos das nobrezas, sem a vaidade das altivezas—escreve um douto—começou o mundo; era em aquela infância dos homens de todos uma a qualidade, era de todos a nobreza a mesma. Não desprezava a púrpura ao saiol, nem a humilde choça reconhecia vantagens aos palácios grandes, porque ainda a soberba não levantara os palácios, nem a vaidade tecera a púrpura.

Dos homens nasceram outros homens; uns, entregando-se a baixos procedimentos, à vida humilde, deixaram na baixeza das suas obras escurecido o seu nome; outros, dando-se a heróicas acções e feitos ilustres, perpetuaram sua fama no mundo e desviando-se dos mais eternizaram seu nome na estimação. Em uns cresciam as virtudes esclarecidas, os feitos heróicos e as acções ilustres; dominavam em outros o vício e a ociosidade. Estes de cada vez profundavam mais na baixeza, aqueles de cada vez subiam mais na opulência; daqui resultou, com o andar dos tempos, a nobreza e o plebeísmo.

Em Portugal notou-se sempre uma certa predilecção pela nobreza, porque desde o princípio notou-se igualmente um certo cuidado em a honrar e a considerar. Vencida a batalha do Campo de Ourique—escreveu António de Vilas Bôas—batalha em que D. Afonso Henriques assegurou para si a coroa e para a Monarquia a isenção, um dos primeiros cuidados do monarca foi a escolha da nobreza, e esta escolha obedeceu a princípios que se acentuaram por uma forma superior.

Desde o princípio os nossos Reis premiavam os grandes feitos com a nobreza, e castigavam o servilismo com a privação dela. Fizeram mais: adoptaram os seus nomes por forma que êles no futuro relembravam as passadas façanhas.

A exemplo dos romanos tomaram os nossos portugueses os seus apelidos de façanhas praticadas em honra da Pátria, ou em benefício da humanidade. De várias fontes tiraram os nossos portugueses os seus apelidos, que se conservaram ligados ao nome como ligadas se conservaram as façanhas. Uns tomaram os apelidos das tôrres que conquistaram; outros tomaram o seu apelido de algum feito assinalado; outros de alcunhas, como os Malafaias e os Maldonados; outros tomaram o seu apelido de Vilas e Cidades assim chamadas; outros, finalmente, tiraram o seu apelido por algum feito assinalado que praticaram na guerra, como são os Bandeiras, que se apelidaram assim por seu ascendente Gonçalo Peres cobrar na mão de um cavaleiro castelhano a bandeira de El-Rei D. Afonso v de Portugal, depois da batalha de Toro.

Finalmente, em outros os seus apelidos conservaram-se como que ilustrando os seus nomes, e as grandes façanhas conservaram-se ligadas na série das famílias, transmitindo de pais a filhos as virtudes que enobreceram o seu tronco.

Por êste último processo os nossos genealogistas teem descrito as famílias nobres do nosso Portugal.

De pais a filhos teem as famílias conservado os seus apelidos. Em muitos manteve-se o brilhantismo do seu tronco, e conserva-se êle ainda brilhante como ao nascer; em outros a mudança de fortuna foi mal que entorpeceu o sangue. Por isso bem se exprime Damião António de Lemos Fonseca e Castro, quando escreveu: «A maior parte dos fidalgos que ficaram em Tavira foram reduzidos a tal miséria, que vimos por êsses campos muitos homens de trabalho alimentando a vida com o suor do seu rosto, sendo tal a terrível sorte da vida humana que faz depender a nobreza

simplesmente da estimação do cabedal, que levanta os indignos e abate os beneméritos. Nesta freguesia existiam os fidalgos que se seguem.

Na nossa história não encontramos registo algum de pessoa que se tivesse tornado notável em Porches pelos seus serviços à pátria ou pelo seu valor e merecimentos. Encontram-se é verdade no templo da matriz na parte antiga inscrições que memoram nomes ilustres de pessoas, mas essas inscrições estão apagadas e não as pudemos ler. Assim, informa-nos o venerando pároco de Porches ter encontrado uma inscrição aberta sôbre sepultura, de que se lê apenas a última palavra — *cavaleiro*. Ora *cavaleiros* na nossa antiga monarquia eram colocados logo abaixo dos *infanções*.

Lendo o foral concedido por D. Dinis à vila de Porches vê-se que nesta residiam pessoas muito importantes pela sua riqueza ou pelo seu valor. Assim refere-se muito expressamente aos moradores de Porches que possuiam herdades. No português antigo a herdade correspondia ao casal, vila, granja, casa de campo, aldeia, etc., que tinham superior importancia.

Porches foi sempre pouco cuidadoso de registar em livros de ouro os nomes dos seus heróis ou as façanhas dos seus filhos, o que já lhes foi duramente censurado pelo autor do *Santuário Mariano,* quando lhes censura o não ter escrito o relato dos diversos milagres da Senhora da Rocha. Eis as suas palavras: «Nada nos referem dos seus milagres aqueles eclesiásticos da Senhora da Rocha de Porches, e sendo tantos nem ao menos um só mencionam, que tanto é o seu descuido, que, recolhendo de bom grado às ofertas que os fieis à Senhora levam em acção de graças dos seus favores e milagres, todavia não se dão ao trabalho de fazer memória dêsses milagres.» Exactamente sucede com o registo das pessoas antigas que em Porches viveram e lhe prestaram relevantes serviços.

Não encontrando pois documentos que nos guiem nêste assunto, vamos empregar o processo que temos

seguido em outras *monografias*. Este processo reduz-se a registar alguns nomes dos actuais habitantes da freguesia, indo procurar a sua origem em tempos passados. Assim:

§ 1.º

Vieiras

E' êste um apelido que se encontra nesta freguesia. José da Encarnação Vieira foi o membro da Junta de Paróquia de Porches, que recebeu a doação de quatro contos de reis para a Igreja Matriz desta freguesia, e feita por António Joaquim Cabrita.

O primeiro de apelido Vieira que veio a Portugal foi Belchior Vieira, que aqui prestou grandes serviços contra os mouros. Foi-lhe dado para as suas armas um Escudo de campo vermelho com um baluarte de prata, sem portas, lavrado de preto, aparecendo dentro dêle um braço vestido de malha com uma espada nua na mão, com o cabo de ouro, e ao pé do baluarte uma cabeça de mouro foteada de prata, elmo de prata serrado, guarnecido de ouro, paquife de prata vermelho, e por timbre o dito braço com a cabeça pela fota.

Não se sabe quando os descendentes dêstes Vieiras desceram ao Algarve; é talvez quási certo que fôsse quando o Infante D. Henrique veio para Sagres, porque nessa ocasião muitos fidalgos do norte baixaram à nossa província. Por muito tempo se conservaram as tradições das famílias circunscritas à região onde nasceram; hoje, porêm, a nossa legislação moderna tem-se modificado por forma que já não é fácil conservar atravez das gerações os nomes respeitáveis das famílias ilustres. Em outra ocasião escreviamos:

«Se a extinção dos vínculos favoreceu os filhos segundos, mobilizou a propriedade e aumentou o rendimento do Estado, a ela se deve igualmente o rápido aniquilamento das grandes casas e a decadência das respectivas famílias. No tempo dos vínculos, os seus administradores, bons ou maus, apenas podiam com-

prometer o seu usufruto, pois a propriedade passava tal qual aos seus sucessores, e êstes por uma longa série de séculos mantinham-se rodeados dos respeitos que andam ligados a quem é rico, por forma que suas famílias conservavam sempre a importância da sua origem. Hoje não é assim, porque a liberdade de testar as comprometeu. Por isso escreveu o nosso talentoso patrício Damião António de Lemos Faria e Castro: «De tantos fidalgos que havia em Tavira, pois só na Luz havia mais de cincoenta, a maior parte se reduziu a tal miséria, que vemos por aí nesses campos infinitos homens de trabalho, alimentando a vida com o suor do seu rosto, derramado em exercícios vis, quando lhes circula nas veias tão ilustre sangue: sendo tal a terrível sorte da vida humana, que tem pendente a nobreza da qualidade da vil estimação do cabedal, que levanta os indignos e abate os beneméritos.»

§ 2.º

Martins

Este apelido é o patronímico do nome próprio Martinho; e por isso há-os de diversas origens. Alguns procedem de Diogo Martins, um cavaleiro castelhano, muito rico, que passou a Portugal. Como por essa ocasião houvesse muita fome no reino, mandou vir da Sicília três navios de trigo, que fêz distribuir pelo povo, tirando só o custo da despesa feita, e em atenção a êste serviço e outros muitos a rainha D. Catarina, na menoridade do seu neto D. Sebastião, lhe confirmou as armas da família. São elas o escudo cortado em faxa, na de cima em campo negro duas palas de ouro, na debaixo em côro três flores, de lis, de vermelho, em roquete; timbre, uma das liras.

Este apelido veio também para o Algarve nos primeiros séculos da nossa monarquia.

§ 3.º

Negrões

O apelido Negrão em Portugal é o mesmo que Negron em Castela e Negrona em Génova, é uma das vinte e oito famílias senatoriais daquela rèpública. De Génova passaram a Espanha, em tempo de Filipe I, Bartolomeu Negron e Paul Baptista Negron dos quais houve grande descendência que se espalhou por todo o Portugal, depois de ter habitado Sevilha, Valladolid, Xerez de la Frontera, Cadiz e outras terras. Destas famílias descenderam o desembargador Esteves Negrão e seu filho o desembargador Manuel Nicolau Esteves Negrão, que foi chanceler-mor do reino. São suas armas em campo de ouro três bastões negros firmes.

Encontram-se registadas no arquivo da Paróquia muitas famílias com o apelido Negrão, naturalmente parentes entre si; não podemos porêm certificar se descendem das famílias de Espanha ou da Itália.

§ 4.º

Nunes

Outra família fidalga dos nossos reinos, cujas armas são: Escudo dividido em pala; na primeira de prata uma pala azul; na segunda de vermelho um leão de ouro entre quatro merletas de ouro; timbre o leão do escudo.

Há ainda outra família Nunes que tem por armas em campo de oiro uma palma de verde; timbre um leão da sua côr com um ramo de palma nas garras.

Destas e outras famílias encontram-se certamente descendentes, que, embora não tenham já a representação de outrora, são genuínos descendentes dos fidalgos de outros tempos, romanos, góticos, árabes e antigos lusitanos.

NOTAS

A

Carta Cancelary de Castelo de Porches:

In christi nomine et eius gracia. Quia labilis est hominum memoria ne laberentur cum tempore gesta mortalium, diuina gracia prouidit humano generi ut ad posteros facta preterita possent tœmquam presencia scripture testimonio reseruari henc est quod nos Alfonsus dei gracia Rex Portugalie et comes Bolonie considerantes illos esse remuneratione dignos quos labor assiduus et denota sollicitudo in nostro seruicio et digna merita faciunt graciosos. Damus et concedumus nobis domno Stephano iohanis nostro Cancellario Castrum de Porches in Algarbio cum omnibus terminis et pertinencijs suis nouis et antiquis, ruptis et nom ruptis quos habuit uel habere debuit quando erat in sarraçenica potestate et cum montibus fentibus pascuis aquis pratis ingressibus egressibus virneis ficulneis olinetis et cum tota piscaria que est in littore maris in terminis dicti castri tam maris quam aque dulcis et cum iure patronatus ecclesie seu ecclesiarum que in ipso castrio uel ejus terminis edificari centigerit per quos cumque saluis nobis peregio baleatione auri argenti minerijs et excessis. Damus inquam nobis et concedimus pro ut dictum est illud Castrum, liberum quitum et abraseun ab omnium iure et seruicio regali et ab omni tributo et ex actione seu petito et ab omni seruile negocio et officio ita quod nullum forum de cetero de illo castro uel nostres successoribus uos uel uostri successores uel homines uestri qui in eo populauerint faciatis. Sed illud Castrum habeatis et possideatis libere quiete pacifice iure hereditario in perpetuum possidendum. Et faciatus uos et successores uestri de eo tamquam de propria hereditate quicquid uestre placuerit uoluntati cunctis temporibus seculorum. Si quis autem tam de nostris quam de extraneis contra istam nostram donationem ausu temerario nessire attemptauerit non sit ei licitum et in super iram dei et maleditionem nostram im perpetuum incurrat et pro sola temptatione dampnum et expensas in duplo conponat hac nostra nichilominus donatione in suo robore perdurante. Et ut ista nostra donatio perpetuum et firusum robur obtineat presentem donationis cartam nobis inde fieri fecimus nostri sigilli munimine roboratam. Qui presentes fuerunt et audierunt domnus Martinus fernandi magister de auis et

domnus Johanes guarsie prior hospitalis in Portugalie domnus Guasalunspe tri comendator Velensis ordinis in Portugalia. Rodericus martini comendator de Tanara Johanes suerij archidiaconus calagurritanus domnus Matheus Capellanus nostri—Johanes de anoijno subsignifer nostri Menendus suerij de Merloo—Johanes suerij dictus coelo — Egeas laurencij de cunia. — U — didaci superindex nostri actum feuit hoc apud sanctam Mariam de faarom Mense februario. Sub Era Millesima ducentesima octagesima octava.

Chancelaria de D. Afonso III — Livro I, folhas 106.

B

Carta de foro de Porches:

In dej nomine Amen. Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris quod Ego dominus Dionisius dej gracia Rex Portugalie et argarbij una com uxore mea Regina domna Helisabeth filia illustris Regis Aragonia facio cartam de fforo vobis populatoribus de Porches presentibus et futuris videlicet. Do et concedo vobis forum usus et consuetudines ciuitatis Siluensis, excepta iugada de pane quam nobis in perpetuum quito et retineo mihi et omnibus successoribus meis in perpetuum omnes ffurnos panis et omnes Salinas constructos et construendos et constructas et construendas in Porches etin terminis suis. Et omnes tendas de Porches quas Reges sarracenj tenebant ipse sarrecenorum Item retineo mihi et omnibus successoribus meis que non uendatur aliude sal in Villa de Porches nec in terminis suis nisi meum sal. Et retineo mihi et omnibus successoribus meis quod uicini de Porches qui uinum voluerint sacare de Porches uel de suis terminis soluant mihi de quolibet tonelo medium morabitino de vino quod comparauerint et ille quj non fuerit uicinus de vino quod sacauerit soluat de quolibet tonelo unum morabitino. Et propter hoc quito nobis et illis quj uinum sacauerint de Porches e de suis terminis illos almudes de vino que dant in Vlixbone de Portagio de vino quod sacant per mare saluo iure Relegari iu ipso trium mensuum de Relego. Item retineo mihiet omnibus successoribus meis. Moleudina de Eydalradj et meus Regalengos de lacuna et de arrogel et omnes figueyredos meos quod sarracene de me tenent. Item retineo mihi et omnibus successoribus meis. Acçougues et fanegas et balneade villa et de termino de Porches. Item retineo mihi et omnibus successoribus meis in Patronatus omnium. Ecclesiarum de Porches et de terminis suis construtarum et construendarum et Balenatione et

in omnibus alijs rebus preter supradicta. Do et concedo vobis forum usus et consuetudines ciuitatitas Vlixbone que forum tale est. Do itaque vobis pro fforo ut qui publice coram benis ominibus cassam uiolenter cum armis ruperit petet quinhentos solidos et hoc sit sine vozeyro et si infra-domum ruptor occisus-fuerit occisior uel dominus-domus pectet unum morabitino et si ulneratos fuerit ibju, pectet pro eo medium morabitino similiter pro omicidio et pro rauso publice facto pectet quinhentos solidos pro merda in buca sexaginta solidos pectet testimonum bonorum hominum furtum cognitum testimonium benorum hominum nouies conponatur—qui relegum vinj regis rumperit et in relego suum uinum uendiderit et in uentum fuerit testimonium bunorum hominum primo pectet quinque solidos et secunda quinque solidos et tercio sut... in ventum fuerit testimonium bonorum hominum vinum totum effundatur et arcus de cupes vel de Tonellibus incidantur. De vino de fora deut de unaquaque carrega unum almude et uendatur aliud in Relegum. Et habitatores de Porches habeant libere tendas suas et furnos olarum salius in supradictis meis tendis. Et de fornis de tegula dent decimam. Qui hominem extra cantum occiderit pectet sexaginta solidos. Et qui vulnerauerit hominem extra cantum pectet triginta solidos. Qui in platea aliquem armis vulneraverit pectet medietatem homicidij. Qui armam per iram denudauerit uel a domo ea extraxerit per iram et non percuserit pectet sexaginta solidos. Et homines de Porches habebant hereditates suas populatas et illj qui im eis habitant pectet pro homicidio et rauso noto et merda in buca sexaginta solidos medietatem silicet regi et medietatem domino hereditates et eant in apelido Regis et nuelum alinq forum faciant regi. Et almotaçaria sit de Concilio et mitatur almotace per alcayde et per Concilium ville et dent de foro de vaca unum denario et de zeuro unum denario de cerno unum denario et de bestia de piscato unum denario et de Barca de piscato unum denario et de indicato similiter et de alcauala tres denarios. De ceuro—et de zeuro et de vaca et de porco huum denario. Et de carnario unum denario Piscatores dent decimam· De equo uel de mula uel de mulo quod vendiderint uel emerint homines de fora a deçem morabitinos et supra dent unum morabitino De equa vendita uel conparata dent duos solidos et de bone duos solidos et de vaca unum solido et de asino uel de asina unum solido. De mauro uel de maura medium morabitino. De porco uel de Carnario duos denarios. De caprone uel de capra unum denario. De Carrega de azeyte uel de corijs bo um uel de zeurorum uel Ceruorum dent medium morabitino. De carrega de Cera dent medium morabitino de carrega de anil uel de panis uel de pelibus conceliorum uel de corijs nermelijs uel albijs uel de Pipere uel de grana unum morabitino. De bracale duos denarios. De uestitu de pellibus tres denarios. De lino uel de alijs uel de cepis decimam. De piscato de fora decimam. De concas uel de vassis lineas decimam. Et pro omnibus hijs carrigie quas vendiderint. homines de fora et

portagium dederit si alias proprias emerint non det portagium ex eis. De carrega panis uel salis quando uendiderint uel emeriut homines de fora de Bestia caualari uel mulari dent tres denarios. De asinari dent tres medalias. Mercatores naturales de villa qui Soldadam uoluerint dare recipiatur ab eis. Si autem soldadam dare uoluerint dent portagium. De carrega de piscato quam inde leuanerint homines de fora dent sex denarios. Peditès dent ouctauam vinj et linj Balastarij habeant forum militum mulier militis que uiduanerit habeat honorem militis usque nobatur et si miserit pedicti faciat forum pedictis. miles qui se... uel ita debilitauerit quod exercitum facere non posit stet in honore suo. Si autem mulier militis induata talem filium habuerit qui com ea in domo contineatur et caualariam facere potuerit faciat eam per matre. Almocreue qui per almocrauariam uixerit faciat forum suum semel in anno. Milles uero que equam suum aut bestias suas ad almocrauariam miserit nullum forum de almocranaria faciat. Conelliarius qui fuerit ad Sogeyram et illus manserit det folem unius conelij et qui illuc moratus fuerit octo diebus uel amplius det unum conelium cum pelle sua. Et *cone si ualarius* de fora det decimam quociens uenerit Mercatores de Porches qui panem suum uel unium uel ficus uel oleum in alijs locis habuerint et ad Porches illud ad opus sui duxerint et non adreuen dendum non dent in portagium. Qui cum aliquo rixauerit et post rixam domum suam intrauerit et ibi *micto* consilio acceperit fustem uel porinam et eum percusserit peijtet triginta solidos. Si autem in consulte et casu accidente percusserit. nichil pectet jnimicus de fora non intret villam super innimicum suum nisi per treguas aut pro directo illj dare. Si ecuns alicuius aliquanto occiderit dominus equi pectet equm aut homicidium quod horum domino equi placuerit. Et clericus habeat forum militis per totum. Et si cum muliere inuentus turpiter fuerit. Moordomus non mictat manum in eum nec aliquo modo eum capiat sed mulierem capiat si uoluerit. De madeyram que uenerit per aquam dent decimam. De atalaya de villa debet Rex tenere medietatem et milites medietatem suis corporibus milles de Porches cum meus diues homo bene fecerit de terra sua uel de haberè suo per quod cum habant ego eum recipiam meo diuitj hóminj in numero suorum militum. Maiordomus uel sagio eius non eat ad domum militis sine portario pretoris. Et meus nobilis homo que Porches de me tenuerit non mictat ibi alium pretorem nisi de Porches De casis quas nobilj homines aut freyres aut hospitalarij aut monasteria in Porches habuerint faciant forum Ville sicut ceteri milites de Porches ganatum per directum quod Maiordomus inuenerit teneat illud usque ad tres menses et per singulos menses faciat de eo preconem dari ut si eius dominus uenerit detur ej. Si autem dominus eius dato precone usque ad tres menses non uenerit tunc maiordomus faciat de eo quomodo suum. De calualgada de Alcayde nichil occipiat alcayde per uin nisi quod ej milites amore suo dare notuerint. De calualgada sexaginta militum et supra diuidant mecum in campo. ffaber aut

capatarius aut pilitarius que in Porches domum habuerit et in ea laborauerit non det de ea uelum forum. Et qui maurum fabrum aut capatarium habuerit et in domum suam laborauerit non det pro eo forum. Qui autem ministeriales terrarij nel capatarij fuerint et per officium suum uixerint et casas non habuerint ueniant ad tendas meas et faciat mihi meum forum. Qui equam vendiderit aut conparauerit uel maurum extra Porches ubi eum conparauerit uel uendiderit ibj det portagium. Et peditos quibus suum habere debuerint dare dent inde decimam. Maiordoma et maiordomus det ej directum pro decima. Et si pro decima eas directum dare noluerit tunc pretor faciat eis directum dari per portarium suum. Et homines qui habitauerint in hereditatibus de Porches si frutum fecerint ut supra dictus est conponatur medietatem Regi et medietatem domino hereditatis moratores de Porches non dent Le ytosam adaliles de Porches non dent quintam de quinionem scorum corporum Milites de Porches non teneant çagam in exercitum. Regis panatorie dent pro foro de triginta panibus unum. Portagia uero et forum et quinte sarracenorum et aliorum ita per soluatur sicut consuetudo est exceptis hijs que superius scripta sunt et nobis relinquo. Et per alcaydariam de una bestia que venerit de ffora cum piscato de duos denarios. Et de Barca de piscato minuto duos denarios et de toto piscato deut suum forum. Hec itaque omnia prescripta nobis pro foro do et concedo. Et ad hec eat maiordomo testimonium bonorum hominum et non aliamilites de Porches testificentur cum Infancionibus de Portugali. Si quis igitur hoc factum meum nobis firmiter seruauerit benedictionibus mej et dej repleatur. Qui uero illud frangere uoluerit maledictionem mej et dej cum sequentur. Qui etiam aliquando calcaribus percuserit et testimonio bonorum hominum conuictus fuerit pectet quinque solidos. De nauigio uero mando ut alcayde duo spadalarij et unus pintintal habeant forum militum. Concedo etiam uobis ut numquam intrent in nauigium meum pedites de Porches contra sua voluntatem sed in eorum sit beneplacito uenire per terram aut per mare ad obsequium meum. Et de equo uel de mula uel de mulo quando emerint uel conparauerint homines de fora de decem morabitinos infra dent inde morabitino facta carta viginti die Agusti in Vlixhone. Era millesima tricentesima vigesima quarta. Inffans domnus Alfonsus tenens Gardiam.—Domnus Martinus egidij alfferez.—Domnus Menendus rodericj tenens Maijam.—Domnus iohanes roderici.—Domnus Martinus iohanis tio Petrus iohanes portel.—ffernandus petri de baruosa.—Laurentius suerij de Valadares.—Laurentius escola portarius maior.—Durandus Martinj de Parada uice maiordomus.—Petrus Martinj de Romoeijra.—Domnus ffrater tellius archiepiscopus Bracarensis.—Domnus Vicentius episcopus portugalensis.—Domnus Eymiricus episcopus Colibriensis.—Domnus iohanis episcopus Egitaniensis.—Domnus Mateus episcopus Visensis.—Domnus Bartholameus episcopus siluensis.—Domnus Dominicus iohanis episcopus Erborensis.—domnj Re-

gis Cançellarius. —Episcopus Vlixbonensis.—Episcopus Lamenensis. — Palagius dominicj. — Rodericus gomecij. — Stephanus Laurentij.—super uenditiones testes.—Johanes sugerij l.....— Curie auditores testis.—Stephanus laurentij.—Dominicus Petri —Johanes dalpram testis.—Petrus plagij.—Jacobus iohanes.— Dominicus petri scribanus curie notarius.

Chancelaria de D. Dinis—Livro 1.º, folhas 173.

C

José Joaquim de Sousa Reis, o Remechido, levantou guerrilhas no Algarve em duas ocasiões: antes da Convenção de Evora Monte, de 1833 a 1834; e depois da Convenção, de 1836 a 1838.

Em seguida ao desembarque da divisão expedicionária do duque da Terceira, ordenou o visconde de Molelos a Remechido e ao major Camacho se reùnissem e combinassem, no máximo acôrdo, em fazer a contra-revolução em favor da aclamação de D. Miguel. Nesse intuito, dirigiu-se Remechido a Almodovar, onde se encontrava Camacho, e aí combinaram descer ao Algarve, encarregando-se Remechido de fazer aquela aclamação em Albufeira e mais povoações a barlavento, e Camacho em Loulé e mais povoações a sotavento, começando Remechido por S. Bartolomeu de Messines em 19 de julho de 1833 *(Mem. Monograf. de Vila Nova de Portimão,* por José Gonçalves Vieira). A' proporção que essas aclamações se efectuavam, iam-se organizando corpos de guerrilhas nas respectivas freguesias. A guerrilha da freguesia de Porches foi comandada por Manuel Pêdro, filho de um bem comportado cidadão desta freguesia. Apenas foi incumbido destas funções começou a revelar instintos ferozes, matando o próprio padrinho, que só o beneficiara. Teve o padrinho, do mesmo nome, a desconfiança do procedimento do afilhado, e dirigiu-se à casa do pai dêste, a pedir-lhe protecção. Não o encontrou em casa, e sim a espôsa, madrasta do afilhado. Abraçou-a, implorando-lhe protecção, mas nessa ocasião entrava Manuel Pedro, abria uma navalha, e dum golpe cortava os dedos do padrinho, cruzados na cintura da madrasta. Não satisfeito, impeliu com ímpeto o padrinho para a rua, e matava-o com um tiro. Esta morte causou geral terror. Dias depois voltava a Porches a mesma guerrilha de Lagôa, escoltando cinco presos, um dos quais o padre Amador. A uns 1:500 metros de Porches, no sítio dos Alqueives, onde se encontra um frondoso pinheiro, junto da estrada nova, mandou Manuel Pedro fusilar o padre Amador e mais dois dos presos. Seguindo para Porches foram

os dois restantes, tranzidos de mêdo, quási arrastados. Pararam todos junto de uma velha cocheira, no lugar onde está construida a morada do Snr. Domingos da Encarnação Cabrita e aí mandou Manuel Pedro matar o quarto prêso com um tiro na cabêça, e logo a seguir o quinto com um tiro nas costas. Em seguida Manuel Pedro, para imprimir maior crueldade à façanha, lançou fogo aos cadáveres, dando ocasião a que se tornasse insuportável o cheiro a carne queimada.

Ainda de outra vez entrou Manuel Pedro, montado em uma mula carda, acompanhado de outros guerrilhas. Vinha dessa vez respirando ódios contra o sacristão Ricardo e um certo João Pedro. Conseguiu apanhar o sacristão, que caiu morto com um tiro. João Pedro escapou-se, indo esconder-se em casa de Joana Tereza, mãe do nosso informador, que então tinha sete anos. Vamos narrar o facto. Entrou em sua casa o nosso informador, e viu escondido um homem. Assustado, dirigiu-se ao quarto onde encontrou sua mãe a conversar com um desconhecido. Sem intuitos maus, disse para a mãe: *está lá dentro um homem escondido!...—Aí vens tu com as tuas costumadas mentiras,* respondeu a mãe imediatamente, dando-lhe uma formidável bofetada. O rapaz não replicou, antes se portou por forma que o desconhecido teve logo a certeza de que o garoto mentira. Saiu de casa, e depois o homem escondido, que era o João Pedro, teve ocasião de se escapar. Era Manuel Pedro o desconhecido que estava conversando com a mãe do nosso informador.

João Pedro, safando-se de Porches, foi com Manuel Galucho para Albufeira e aí ambos se queixaram a Remechido dos crimes de Manuel Pedro. Remechido mandou imediatamente ordem a José Joaquim Amores, comandante da guerrilha de Alcantarilha, afim de que êste procedesse à prisão do Manuel Pedro e da sua guerrilhada, prisão que se efectuou por estarem todos desprevenidos. Quando sob prisão o Manuel Pedro passava pelo sítio dos Barrancos, fêz alto a escolta e o facínora caía passado por onze balas.

Não foi êste o único caso em que o Remechido castigava a sua gente quando esta exorbitava. Em S. Bartolomeu de Messines mandou fusilar os seus subordinados que tinham assassinado o capitão Manuel Afonso e sua filha; em Portimão mandou fusilar o facínora *Trovoada,* que assassinara o dr. José Nunes Chaves; no caminho dos Pegos Verdes mandou fusilar o *Cachaço,* um canalha desalmado que não cessava de praticar mortes; emfim, o Remechido enquanto manteve a sua força moral não consentiu jámais que os seus subordinados saíssem fora da lei.

Leia-se a êste propósito a *Memória Monográfica de Vila Nova de Portimão,* do P.e José Gonçalves Vieira, pag. 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61.

D

Da primeira vez que Silves foi tomado, depois da constituição da nossa monarquia, no tempo de D. Sancho I, em 1189, entregaram-se os seguintes castelos: *Capharnabul, Lagus, Albur, Porcimunt, Mussiene, Caboire, Munchit,* etc., segundo afirma o autor do *Roteiro,* onde vem publicado tudo o que se passou por ocasião dessa conquista realizada com o auxílio de uma *cruzada.* E logo todos traduziram: Capharnabal, Lagos, Alvor, Portimão, Messines, Carvoeiro, Monchique, etc., e fêz-se esta tradução sem se pensar que em Portimão nunca houvera castelo, ou pelo menos não existia nesse tempo. Ora há quem sustente que *Porcimunt* fôsse o castelo hoje de Porches. No entanto, desta opinião resulta nova dúvida: é que em 1252 — sessenta e três anos depois da publicação daquele *Roteiro* — pouco mais ou menos — existia um castelo no Algarve com o nome de Castro de Porches, que foi doado por D. Afonso III ao seu chanceler Estêvão Anes. Referindo-se o *Roteiro* a Porcimunt e sendo êste castelo o castrum de Porches, não se pode admitir que em sessenta e três anos êste nome se perdesse da memória dos povos, sendo substituido pelo nome de Porches.

Em continuação a esta nota e porque a paginas 125 a tornamos a citar acrescentaremos o seguinte:

Em um diploma antigo de Alcobaça com o sêlo das armas reais se encontra o seguinte voto feito com aplauso de todos os vassalos pelo nosso D. Afonso Henriques:

... desejando agora de ter tambem por avogada diante de Deus a Bemaventurada Virgem de *consentimento de meus vassalos,* os quais por seu esforço, sem ajuda nem socorro estranho me colocaram no trono Rial; ordeno eu, meu reino, minha gente, meus sucessores fiquemos debaixo da tutela e proteção, defensão e amparo da Bemaventurada Virgem Maria de Claraval, e mando a todos e cada um dos meus sucessores que legitimamente entrarem na sucessão deste reino que deem todos os anos á egreja de Santa Maria de Claraval, que é da Ordem de Cistér, sita no reino da França, no bispado de Longrés, em modo de feudo e vassalagem cincoenta maravedis de ouro bom e digno de se receber... e eu D. Afonso, rei de Portugal vos peço que defendais meu reino dos mouros etc.»

(O culto da Virgem, por Alberto Pimentel, pag. 7 e 8.

E

Saibam quantos esta escritura de doação *inter vivos* virem que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e oitenta aos três dias do mês de janeiro nesta povoação de Porches, julgado de Lagôa, comarca de Silves e casa de residência do Senhor António Joaquim Cabrita, solteiro, maior de vinte e um anos, proprietário, morador nesta mesma casa, de mim tabelião conhecido pelo próprio de que dou fé, e por êle foi dito na presença das testemunhas adiante nomeadas e assinadas, que tendo feito testamento público nas notas do tabelião privativo do julgado de Lagôa, no dia dois de abril de mil oitocentos e setenta e nove e tendo nêle feito os seguintes legados: um de seis contos de reis em dinheiro para serem dados a juro, ficando a legatária com três pensões perpétuas; outro de três contos também em dinheiro para acrescentar a igreja e fazer outras obras e uma festa à Nossa Senhora da Encarnação, e finalmente outra do valor de quinhentos mil reis para compra de paramentos, roupas e alfaias, de que a Igreja desta freguesia precisasse, legados que foram deixados à Fábrica desta paróquia — êle, outorgante, tendo em vista o disposto no artigo mil setecentos e oitenta e um, parágrafo único, que proíbe que as corporações de instituições eclesiásticas sucedam em mais de um terço da terça e para evitar de futuro liquidações incómodas e dispendiosas, e usando do direito que lhe confere o artigo mil setecentos e cincoenta e cinco do código cívil, pela presente escritura revoga os referidos legados feitos à Fábrica com a cláusula que ao diante apresentará. Mais disse que tendo em vista as necessidades da sua paróquia e da Igreja da mesma, e desejando tanto quanto cabe em suas forças providênciar tanto as necessidades morais e religiosas como as materiais da mesma, e usando da faculdade que a lei lhe confere, não lhe proìbindo fazer qualquer doação *inter vivos,* seja quem fôr o donatário e seja qual fôr o valor dessa doação, visto que não tem herdeiros legitimários, faz por esta escritura doação *inter vivos* à Fábrica desta freguesia de Porches da quantia de cinco contos de reis em dívidas activas, que ao diante serão designadas, com a declaração da importância de cada uma e dos nomes dos respectivos devedores, ficando a donatária com as três pensões perpétuas seguintes: — *Primeira* — Fazer anualmente a festividade de Nossa Senhora da Encarnação, na qual não gastará menos de cincoenta mil reis. — *Segunda* — Mandar celebrar anualmente, a contar da morte dêle, doador, um ofício de defuntos por sua alma, no que não gastará menos de vinte mil reis, incluindo a cêra. — E finalmente *Terceira* — Distribuir no dia do ofício a que ficou obrigada pela segunda

pensão a quantia de cincoenta mil réis aos pobres desta freguesia. Mais disse que doava *inter vivos* à mesma Fábrica a quantia de quatro contos de réis, também em títulos de dívida, que adiante serão designados, para esta quantia sêr aplicada em acrescentar a Igreja desta paróquia, levantar as paredes, fazer o fôrro e o soalho, reformar as capelas, fazer o côro e em suma quaisquer obras que sejam convenientes, com a cláusula que da referida doação se há de reservar cincoenta mil reis para depois de concluidas as obras se fazer uma festa solene à Nossa Senhora da Encarnação em acção de graças pela reedificação do templo. Em terceiro lugar disse que doava à mesma Fábrica *inter vivos* a quantia de quinhentos mil reis em dívidas para compra de paramentos, roupas e alfaias, de que a Igreja desta paróquia precisar, segundo a indicação do reverendo pároco. Continuando, disse êle, outorgante, que para satisfazer a primeira quantia doada na importância de cinco contos de réis designa as dívidas seguintes: .....
Disse mais êle, outorgante, que das dívidas mencionadas é êle originário crèdor e que as quantias correspondentes foram por êle adquiridas pelo seu trabalho, indústria e rendimentos e que de todas elas existe título, que se obriga a entregar à donatária logo que a doação se torne efectiva pela aceitação e que, vencendo juros alguns dos referidos créditos, os que se acharem em dívida até hoje ficam pertencendo a êle, doador, e os que se vencerem a datar da presente escritura pertencerão à donatária. Mais disse êle, outorgante, que é sua vontade que a presente escritura se torne efectiva tanto na parte em que se estabelece a revogação dos legados feitos à Fábrica desta freguesia como na parte em que faz as devidas doações à mesma Fábrica, mas se porventura, por qualquer motivo, ainda mesmo por sentença judicial, ficarem de nenhum efeito as doações ora feitas, é sua vontade que também fiquem de nenhum efeito as revogações dos legados e que readquira toda a fôrça a parte do testamento revogada, fazendo-se a redução dos legados. Assim o disseram e outorgaram, etc., etc., etc.

*
* *

Citámos ultimamente a *Memoria Manografiea de Vila Nova de Portimão,* um esplendido trabalho, devido à pena do nosso colega e velho amigo, o reverendo José Gonçalves Vieira pároco aposentado daquela vila. Folgamos muito com a leitura daquele precioso livro, que deve ser apreciado com critério por aqueles que se teem entregado aos trabalhos literários daquele género, pois que cada informação representa um grande trabalho de investigação, que só póde ser devidamente apreciado por

quem tem passado a vida inteira a compulsar velhos tomos de história antiga. Esta publicação é para nós um documento valiosissimo de que não andavamos errado quando afirmavamos serem estes trabalhos de grande utilidade ao nosso país; o pároco aposentado de Portimão não empreenderia a publicação da sua *Monografia* se não estivesse convencido da sua utilidade.

FIM

ERRATAS

PAG.	LINHAS	ERROS	EMENDAS
27	18	Emigrando	Emigrante
27	26	acolítico	neolítico
35	3	felonícios	fenícios
92	37	sobre a terra	sobre a tarde
93	21	para o norte	para o sul
100	17	os de Alvôr e Portimão	os de Alvôr e Estombar
102	6	Vagueiros	Vaqueiros
118	3	à boca da terra	à boca da tulha
126	24	ansioso	ancioso

e quiçá outras erratas de somenos importância. Na secção das notas *A* e *B* muitas ficaram por emendar, completamente ininteligiveis e indicifraveis.

INDICE

		PAG.
Algumas palavras		7
Capítulo I	— Noções prévias	11
§ 1.º	— Período paleotítico	14
§ 2.º	— Período neolítico	16
§ 3.º	— Período dos metais	19
a)	O cobre	19
b)	O bronze	20
c)	O ferro	20
Capítulo II	— Considerações em relação ao passaado	25
» III	— Tempos proto-históricos	33
a)	Fenícios ou Phenícios	34
b)	Celtas	35
c)	Africanos	36
Capítulo IV	— Povos históricos	41
§ 1.º	— Romanos	42
§ 2.º	— Godos	43
§ 3.º	— Árabes ou mouros	47
Capítulo V	— Domínio Português — 1250 a 1408	52
§ 1.º	— Castrum Porches	55
§ 2.º	— O foral de Porches	58
Capítulo VI	— Domínio Português — 1408 a 1880	67
Capítulo VII	— 1830 a 1911	79
Capítulo IX	— § 1.º — Situação	89
§ 2.º	— Clima	89
§ 3.º	— Flora e Fauna	90
§ 4.º	— Hidrografia	91
§ 5.º	— Hidrografia da costa	92
§ 6.º	— Orografia e planuras	93

§ 7.º — Vias de comunicação 93
§ 8.º — Agricultura 94
§ 9.º — População 95
§ 10.º — Instrução primária 96
§ 11.º — Hidrologia 98
§ 12.º — Comércio e indústria 98
§ 13.º — Emigração 99
Capítulo X — Origem da palavra Porches 100
§ 1.º — Porches actual 102
§ 2.º — Igreja Matriz 103
§ 3.º — Tôrres e Sinos 106
§ 4.º — Cemitério 107
§ 5.º — Quantos e quais os maiores contribuintes proprietários e industriais da freguesia de Porches? 109
§ 6.º — Párocos 109
§ 7.º — Tabela dos emolumentos paroquiais . . . 110
§ 8.º — Praça. 112
§ 9.º — Cofrarias. 112
§ 10.º — Associações de piedade 112
§ 11.º — Junta de paróquia 112
§ 12.º — Registo paroquial 113
§ 13.º — Médico 113
§ 14.º — Estação postal 113
§ 15.º — Assembleia eleitoral 114
§ 16.º — Rendimento da Fábrica 114
§ 17.º — Registo paroquial 114
§ 18.º — Estação ferro-viária. 115
§ 19.º — Serviço de recrutamento 115
§ 20.º — Cólera 115
§ 21.º — Festas principais 116
§ 22.º — Beneméritos. 117
§ 23.º — Fumeiros 117
§ 24.º — Quintas 118
§ 25.º — Confraria das Almas 118
§ 26.º — Prédios urbanos no Povo 120
§ 27.º — Ruas 120
§ 28.º — Cântico das Almas. 121
§ 29.º — Curiosidades 122
Capítulo XI — Sítios da freguesia 124

§ 1.º —Ermida da Senhora da Rocha 124
§ 2.º —Ermida de S. Sebastião 136
Capítulo XII —§ 1.º —Porches Velho 139
§ 2.º —Crastos 144
§ 3.º —Quintão 145
§ 4.º —Alporcinhos 146
§ 5.º —Redores 147
§ 6.º —Vale de Olival 148
§ 7.º —Vale de Louzas 148
§ 8.º —Sobral 148
§ 9.º —Areías 149
§ 10.º —Alqueives 149
§ 11.º —Praias 149
Capítulo XIII —Uma comemoração —António Joaquim Cabrita 151
Capítulo XIV —Lendas, Contos e Narrativas 157
» XV —Pessoas antigas de Porches 166
§ 1.º —Vieiras 169
§ 2.º —Martins 180
§ 3.º —Negrões 171
§ 4.º —Nunes 171
Notas 173

Obras do mesmo auctor:

Contos infantís (sexo feminino) . .	240
Contos infantís (sexo masculino) .	240
As Mouras Encantadas (Algarve) .	500
Contos Tradicionaes (Algarve) vol. I	500
Contos Tradicionaes (Algarve) vol. II	500
Biografia de D. Francisco Gomes .	800
Cancioneiro e Romanceiro do Algarve (Lição de Loulé) . .	500
Monografia do Algôs	400
Monografia do Concelho de Loulé .	600
Monografia do Concelho de Olhão	600
Monografia de Alvôr	400
Monografia do Concelho de Villa Real de Santo Antonio . . .	500
Memorias para a Historia Eclesiastica do Bispado do Algarve . . .	500
Monografia de S. Bartholomeu de Messines	400
Monografia de Paderna ou Paderne.	400
Monografia de Estombar	400
Monografia de Porches	**400**

EM PUBLICAÇÃO

Apontamentos para a Historia da Ordem Terceira de S. Francisco, de Loulé, desde a sua origem até nossos dias.

GETTY CENTER LIBRARY
3 3125 00018 1616